

**UNIVERSIDADE DE LISBOA
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO**



**APLICAÇÕES DIGITAIS COMO INSTRUMENTO DE EDUCAÇÃO PARA
A PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA NO ENSINO EM PORTUGAL**

Henrique Ramos Torres Deger

MESTRADO EM EDUCAÇÃO

Área de especialização em Educação e Tecnologias Digitais
Dissertação orientada pela Professora Doutora Joana Viana

2022

Agradecimentos

Em primeiro lugar quero agradecer ao meu marido Jörg Deger, pelo apoio, motivação e sobretudo paciência ao longo destes dois anos!

Aos meus professores do Mestrado em Educação e Tecnologias Digitais do Instituto de Educação que contribuíram para a minha formação, em particular à Professora Joana Viana que me orientou pacientemente neste trabalho e à Professora Neuza Pedro pela sua pronta disposição para ajudar e, sobretudo, pelas suas sábias palavras de incentivo e motivação.

Aos meus colegas de mestrado, em especial o FRUPO!

Aos professores que colaboraram na validação do guião de entrevista!

Ao Agrupamento de Escolas em estudo, em especial aos alunos e professores pela sua boa vontade em colaborar.

E a todos os familiares, amigos e amigas de alguma forma contribuíram para que mantivesse o foco e a serenidade para avançar com este projeto.

A todos vós o meu MUITO OBRIGADO!

Resumo

O declínio da participação eleitoral nos regimes democráticos tem levantado sérias questões quanto à participação democrática, tendência que se espelha na ida às urnas e no envolvimento político dos cidadãos, em particular dos mais jovens. Torna-se, assim, cada vez mais importante promover o desenvolvimento de conhecimento político junto dos jovens, incentivando-os a uma participação política efetiva e reconhecê-los como decisores políticos. Neste sentido alguns países da União Europeia têm vindo a desenvolver diversas iniciativas neste âmbito, através de maior investimento na educação cívica e no modo como se poderá tirar partido do uso de tecnologias digitais e em rede para o fazer. O presente trabalho de investigação, desenvolvido no âmbito do mestrado em Educação e Tecnologias Digitais, tem como propósito perceber **de que forma o uso de aplicações digitais na escola pode contribuir para a construção de conhecimento político, fomentar a discussão política e promover nos futuros jovens eleitores maior participação democrática em Portugal.**

O design metodológico adotado nesta investigação é de carácter qualitativo, de natureza fenomenológica interpretativa, com recurso ao método de estudo de caso. O caso em estudo é um Agrupamento de Escolas da região de Lisboa. Para a recolha e análise de dados procedeu-se a análise documental e foram realizadas entrevistas semidiretivas a professores do Agrupamento e entrevistas em grupo focal a alunos do mesmo Agrupamento. A partir da análise dos dados, foi possível constatar que quer os documentos curriculares quer os professores entrevistados consideram fundamental trabalhar na escola o conhecimento político e promover a participação democrática dos jovens, uma vez que a falta de conhecimento é causa de desmotivação para uma participação ativa. Verificou-se também que enquanto contexto de socialização, a escola pode ter um papel transformador da perceção política dos jovens sendo necessário combater a estigmatização do tema; é necessário desenvolver nos alunos competências democráticas; as redes sociais são usadas pelos alunos para divulgar e discutir assuntos políticos e cívicos; que os alunos são recetivos à aprendizagem por meio das tecnologias e que as aplicações digitais enquanto instrumento educativo poderiam servir como base de esclarecimento para os alunos sobre o funcionamento da política em Portugal.

Palavras-chave: ensino, participação democrática, aplicações digitais, jovens, conhecimento político.

Abstract

The decline in electoral participation in democratic regimes has raised serious questions about democratic participation, a trend that is mirrored in the voter turnout and political involvement of citizens, particularly of younger ones. Thus, it becomes increasingly important to promote the development of political knowledge among young people, encouraging them to effectively participate in politics and to recognize them as political decision-makers. In this sense, some European Union countries have been developing several initiatives in this area, through greater investment in civic education and in how digital and networking tools can be positively used to foster civic education. The present research, developed within the scope of the Master's in education and Digital Technologies, **aims to understand how the use of digital applications in school can contribute to the construction of political knowledge, foster political discussion and promote greater democratic participation in Portugal in future young voters.**

The methodological design adopted in this investigation is qualitative, of an interpretative phenomenological nature, using the case study method. The case under study is a School Cluster in the Lisbon region. For the data collection and analysis, document analysis was undertaken, semi-directive interviews with teachers at the school cluster were performed, as well as focus group interviews with students at the same school cluster. From the data analysis, it was possible to verify that both the curricular documents and the interviewed teachers consider it essential to promote not only political knowledge at school but also the democratic participation of young people, since the lack of knowledge is a cause of demotivation for active participation. It was also found that, as a context of socialization, the school can have a transforming role in the political perception of young people, and it is necessary to combat the stigmatization of the theme; it is necessary to develop democratic skills in students; social networks are used by students to publicize and discuss political and civic issues; that students are receptive to learning through technologies and that digital applications as an educational tool could serve as a basis for the students' clarification on the functioning of politics in Portugal.

Key words: teaching, democratic participation, digital technologies, youngsters, political knowledge

Zusammenfassung

Der Rückgang der Wahlbeteiligung in demokratischen Systemen hat ernste Fragen zur demokratischen Beteiligung aufgeworfen. Dieser Trend spiegelt sich in der Wahlbeteiligung und dem politischen Engagement besonders der jüngeren Bürgerinnen und Bürger wider. Daher wird es immer wichtiger, die politische Bildung unter jungen Menschen zu stärken, sie zu ermutigen, sich effektiv an der Politik zu beteiligen und sie als politische Entscheidungsträger anzuerkennen. In diesem Sinne haben Länder der Europäischen Union mehrere Initiativen in diesem Bereich ins Leben gerufen, indem sie mehr in die politische Bildung investiert haben und Antworten auf die Frage gesucht haben, **wie digitale und vernetzte Instrumente zur Förderung der politischen Bildung gewinnbringend genutzt werden können**. Die vorliegende Forschungsarbeit, die im Rahmen des Masterstudiengangs „Bildung und digitale Technologien“ verfasst wurde, zielt darauf ab zu verstehen, wie der Einsatz digitaler Anwendungen in der Schule zum Aufbau von politischem Wissen beitragen, die politische Diskussion fördern und eine stärkere demokratische Beteiligung zukünftiger junger Wählerinnen und Wähler in Portugal unterstützen kann.

Die methodische Herangehensweise dieser Untersuchung ist qualitativ, phänomenologisch-interpretativ und basiert auf der Fallstudienmethode. Dazu wurde ein Schulbezirk in der Region Lissabon untersucht. Für die Datenerhebung und -analyse wurden eine Dokumentenanalyse, halbdirektive Interviews mit Lehrerinnen und Lehrern des Schulbezirks sowie Fokusgruppeninterviews mit Schülerinnen und Schülern desselben Schulbezirks durchgeführt. Aus der Datenanalyse ging hervor, dass in den Lehr- und Bildungsplänen die politische Bildung verankert ist. Auch die befragten Lehrerinnen und Lehrer hielten es für wichtig, nicht nur das politische Wissen in der Schule, sondern auch die demokratische Beteiligung der Jugendlichen zu fördern, denn mangelndes Wissen ist eine Ursache für ein geringes Interesse an aktivem politischen Engagement. Es wurde auch festgestellt, dass die Schule als Sozialisationskontext eine verändernde Rolle in der politischen Wahrnehmung junger Menschen spielen kann und dass es notwendig ist, Vorurteile zu bekämpfen; dass es notwendig ist, demokratische Fähigkeiten bei den Schülerinnen und Schülern zu entwickeln; dass soziale Netzwerke von den jungen Menschen genutzt werden, um politische Themen bekannt zu machen und zu diskutieren; dass die Schülerinnen und Schüler empfänglich für das Lernen durch Technologien sind und dass digitale Anwendungen als Bildungsinstrument und als Grundlage für die Aufklärung der Schülerinnen und Schüler über die Funktionsweise von Politik in Portugal dienen.

Schlüsselwörter: Unterricht, demokratische Beteiligung, digitale Technologien, Jugendliche, politische Beteiligung, Medienerziehung

Índice Geral

| | |
|---|------|
| Agradecimentos | i |
| Resumo | ii |
| Abstact | iii |
| Zusammenfassung | iv |
| Índice Geral | v |
| Índice de Quadros | viii |
| Índice de Figuras | viii |
| Índice de Tabelas | viii |
| Siglas e Acrónimos | ix |
| Nota de Estilo | x |
| INTRODUÇÃO | 1 |
| Apresentação e Enquadramento do Problema | 1 |
| Estrutura e Organização da Dissertação | 4 |
| ENQUADRAMENTO TEÓRICO | 6 |
| 1.1 Educação e Participação | 11 |
| 1.2 Participação Política | 15 |
| 1.2.1 Formas de Participação Política e os Jovens | 17 |
| 1.2.2 Interesse Político dos Jovens | 21 |
| 1.3 Participação Eleitoral | 23 |
| 1.3.1 Participação Eleitoral em Portugal | 26 |
| 1.4 Tecnologias Digitais e Participação | 29 |
| 1.4.1 Participação Cívica e o Digital | 31 |
| 1.4.2 As Aplicações Digitais como Estratégia para Promover a Participação Democrática | 33 |
| 1.4.2.1 Aplicações de Ajuda ao Voto – VAA | 34 |
| METODOLOGIA | 41 |
| 2.1 Natureza do Estudo e Opções Metodológicas | 43 |
| 2.2 Agrupamento de Escolas - Caracterização do Caso em Estudo | 45 |
| 2.3 Participantes no Estudo | 48 |
| 2.4 Procedimentos de Recolha e de Análise de Dados | 49 |

| | |
|---|-----|
| 2.4.1 Análise Documental _____ | 50 |
| 2.4.2 Entrevista Semidiretiva a Professores _____ | 51 |
| 2.4.2.1 Guião de Entrevista aos Professores _____ | 53 |
| 2.4.3 Entrevista em Grupo Focal a Alunos _____ | 57 |
| 2.4.3.1 Guião de Entrevista Grupo Focal aos Alunos _____ | 59 |
| 2.5 Questões Éticas _____ | 62 |
| APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS _____ | 64 |
| 3.1 Apresentação dos Resultados da Análise Documental _____ | 65 |
| 3.1.1 Educação para a Participação Democrática nos Documentos de Orientação Curricular Nacionais _____ | 65 |
| 3.2 Apresentação dos Resultados das Entrevistas _____ | 79 |
| 3.2.1 Caracterização dos entrevistados _____ | 79 |
| 3.2.2 Construção de Conhecimento Político ao Longo da Escolaridade _____ | 80 |
| 3.2.3 Participação Democrática dos Jovens no Agrupamento de Escolas em Estudo _____ | 83 |
| 3.2.4 Contributos das Aplicações Digitais para a Construção de Conhecimento Político e para o Envolvimento dos Jovens na Participação Democrática _____ | 87 |
| 3.3 Discussão dos Resultados _____ | 93 |
| CONCLUSÃO _____ | 100 |
| Limitações do Estudo _____ | 102 |
| Sugestões para Futuros Trabalhos _____ | 103 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS _____ | 105 |
| APÊNDICES _____ | 115 |
| Apêndice 1. – Termo de consentimento informado para encarregados de educação _____ | 116 |
| Apêndice 2. – Termo de consentimento informado para professores _____ | 117 |
| Apêndice 3. – 1º versão do guião de entrevista semi-diretiva para professores _____ | 119 |
| Apêndice 4. – Versão final da entrevista semidiretiva - após a validação dos especialistas | 123 |
| Apêndice 5 – 1º versão do guião de entrevista grupo focal _____ | 128 |
| Apêndice 6 – Versão final da entrevista grupo focal - após a validação dos especialistas _____ | 132 |
| Apêndice 7- Quadro de informações resultantes da análise aos Guiões de Entrevista realizados pelos dos especialistas: _____ | 136 |
| Apêndice 8- Entrevista semi diretiva participante 1_F _____ | 153 |

| | |
|---|-----|
| Apêndice 9- Entrevista semi diretiva participante 2_A _____ | 158 |
| Apêndice 10 - Entrevista semi diretiva participante 3_S _____ | 163 |
| Apêndice 11- Entrevista a grupo focal _____ | 169 |
| Apêndice 12- Pedido de registo de inquérito ao MIME -Monitorização de Inquéritos em Meio Escolar _____ | 200 |
| ANEXOS _____ | 204 |
| Anexo 1 – Parecer da Comissão de Ética do IE-ULisboa _____ | 205 |
| Anexo 2 – Email com aprovação do pedido ao MIME _____ | 206 |

Índice de Quadros

| | |
|---|----|
| Quadro 1 –Exemplos de iniciativas digitais de cidadania e participação cívica e política | 25 |
| Quadro 2 – Excerto da tabela utilizada para construção do guião de entrevista..... | 54 |
| Quadro 3 – Ajustes realizados ao Guião de Entrevista semi–diretiva aos professores após validação por especialistas..... | 57 |
| Quadro 4 – Ajustes realizados ao Guião de Entrevista grupo focal após validação por especialistas..... | 61 |
| Quadro 5 – Documentos oficiais de orientação curricular publicados pelo Ministério de Educação | 65 |
| Quadro 6 – Resultado da análise das AE de História e CeD do Ensino Básico | 69 |
| Quadro 7 – Resultado da análise das AE de História, Filosofia e CeD do Ensino Secundário | 70 |
| Quadro 8 – Documentos oficiais do Agrupamento de Escolas em estudo | 75 |
| Quadro 9 – Atividades no PAA de 2019–2020 desenvolvidas pelo 3°. ciclo e Ensino Secundário..... | 76 |
| Quadro 10 Atividades no PAA de 2021–2022 desenvolvidas pelo 3°. ciclo e Ensino Secundário..... | 77 |
| Quadro 11 – Perfil dos Professores entrevistados | 79 |
| Quadro 12 – Perfil dos alunos participantes..... | 80 |

Índice de Figuras

| | |
|---|----|
| Figura 1 –Resultados das eleições Europeias para o Parlamento Europeu 1989–2019..... | 24 |
|---|----|

Índice de Tabelas

| | |
|---|----|
| Tabela 1 – Composição do Agrupamento de Escolas caso de estudo | 45 |
| Tabela 2 – Composição da escola pertencente ao Agrupamento de Escolas, no qual foram realizadas as entrevistas. | 46 |
| Tabela 3 –Caracterização dos alunos do 3°. Ciclo e Ensino Secundário..... | 47 |
| Tabela 4 –Data e duração das entrevistas semidiretivas aos professores..... | 53 |

Siglas e Acrónimos

AdE – Agrupamento de Escolas

AE – Aprendizagens Essenciais

CeD – Cidadania e Desenvolvimento

COE – Council of Europe

DGE – Direção Geral de Educação

ENEC – Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania

EU – União Europeia

International IDEA– International Institute for Democracy and Electoral Assistance

LBSE– Lei de Bases do Sistema Educativo

ME – Ministério da Educação

OECD – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

PA – Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória

PAA – Plano Anual de Atividades

PE – Projeto Educativo

VAA – Voting Advice Applications

Nota de Estilo

Note-se que o presente trabalho adotou alguns aspetos de estilo no que concerne à sua organização e desenvolvimento:

- Foram usadas as normas da American Psychological Association (APA), 7^a Edition, para a referência bibliográfica.
- Optou-se por não traduzir as citações mantendo-as na língua original por forma a manter a sua autenticidade.
- Aos participantes das entrevistas foram atribuídos os seguintes códigos: aos professores a letra de P_Número+Letra; aos alunos Letra A_Número.
- O discurso dos entrevistados foi apresentado entre aspas, por ex. “são claras no sentido da formação de cidadãos proativos, sensíveis a determinados valores” (P1_F).

INTRODUÇÃO

O trabalho que se apresenta, desenvolvido no âmbito do Mestrado em Educação, na área de especialidade em Educação e Tecnologias Digitais, no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, tem como propósito estudar de que forma o uso de tecnologias digitais na escola pode contribuir para a construção de conhecimento político, fomentar a discussão política e promover nos jovens eleitores maior participação democrática em Portugal.

Apresentação e Enquadramento do Problema

A realização de eleições livres, justas e regulares como um critério salutar numa democracia deve servir para que os cidadãos se expressem conquanto aos seus governos (Fernandes, 2017). Segundo Huntington, “as eleições dão não só vida à democracia como também representam a morte das ditaduras”, são um “elemento nuclear e a forma como a democracia opera” (Almeida e Alcario, 2009, p. 13). No entanto, os baixos níveis de participação eleitoral, verificados nas últimas três décadas em Portugal, geram um sentimento de crise democrática. Os elevados números da abstenção eleitoral são reveladores da demissão dos cidadãos portugueses, no que concerne à sua responsabilidade cívica, quando chamados a votar.

Portugal é, segundo a investigação recente, um dos países em que a diferença de idades entre os eleitores é mais pronunciada (Dassonneville, 2017). A baixa propensão para o voto é visível na faixa etária entre os 18 e os 30, ou seja, são os jovens quem menos votam (IDEA, 1999; Cancela e Vicente, 2019).

Num mundo ameaçado por tensões sociais e políticas, globalizado, complexo, incerto urge a necessidade de articular a Educação com o desenvolvimento de uma cultura de participação. Dotar os jovens de competências essenciais para um exercício consciente, crítico e ativo é uma responsabilidade social e o “sistema educativo tem, pois, por missão explícita ou implícita, preparar cada um para este papel social” (Delors et al., 1996, p.60). Preparar os cidadãos para uma participação crítica e ativa tornou-se “para a educação uma missão de caráter geral, uma vez que os princípios democráticos se expandiram pelo mundo” (*Ibidem*).

Segundo Invernizzi e Williams (2009, citados por Reis, 2013) os jovens devem ser considerados como “cidadãos” e não “futuros cidadãos” e ser preparados como “atores sociais de pleno direito” para discutir e agir mediante situações que ponham em causa a justiça e o interesse social. Este empoderamento vai ao encontro da responsabilidade assumida pela lei de bases do sistema educativo português ao prever que as escolas devem realizar um trabalho com fim a dotar os jovens de uma personalidade cívica e consciente assente nos valores da igualdade, da democracia e da justiça social (LBSE, 1986; CNE, 2017). A escola, enquanto contexto de formação e desenvolvimento de valores e competências, é assim um palco pilar para a formação dos jovens enquanto “atores sociais de pleno direito”. Segundo o documento Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória é crucial que os alunos tenham consciência do que representa ser cidadão e das implicações do seu papel social “O aprender a conhecer, o aprender a fazer, o aprender a viver juntos e a viver com os outros e o aprender a ser constituem elementos que devem ser vistos nas suas diversas relações e implicações” (Martins et al., p.5).

A comunidade escolar, da qual encarregados de educação, família, assistentes operacionais, técnicos profissionais psicólogos, gestores, decisores políticos e professores têm responsabilidades e um papel a desempenhar, “papel” que passa por potenciar a motivação para as questões sociais, ambientais, cívicas e políticas e procurar fomentar nos alunos a vontade de se envolverem e participarem por meio das várias formas possíveis de participação quer formal quer informal.

Segundo Reis (2013) este é um trabalho que pode ser feito por via do currículo formal ou informal, i.e. práticas educativas que estimulem autonomia, pensamento crítico e criatividade dos alunos e que tenham como focos os mesmos e de igual forma os problemas atuais, exemplo:

- Formação de grupos de pressão, que por meio da redação de cartazes e/ou petições que funcionem como agentes de pressão das entidades políticas responsáveis;
- Incentivo à criação e/ou integração de grupos de voluntariado em contexto escolar ou fora contexto escolar.
- Realização de boicotes ao consumo de materiais ou produtos; manifestações e protestos, como a título de exemplo: March for Our Lives, Primavera Árabe, Black Lives Matter, Fridays for Future;
- Fomento de iniciativas que visem o esclarecimento ou alerta, tais como conferências, workshops, debates, webinars;
- Promoção de ações de sensibilização, com vista à mudança de comportamentos; jogos de simulação como por exemplo funcionamento de instituições democráticas, campanhas e atos eleitorais.

Atendendo à ligação de proximidade dos mais jovens com as tecnologias digitais, poderão servir para a criação e divulgação destas mesmas práticas educativas a:

- Criação de ecossistemas digitais, por meio da criação de blogues, redes sociais como *Facebook, Instagram, Twitter, Tik Tok*;
- Aplicações e plataformas digitais.

Diante das considerações apresentadas justifica-se a pertinência de se estudar o contributo que as aplicações digitais podem oferecer como instrumento de educação para a construção de conhecimento político, o fomento da discussão política e a promoção da participação democrática nos jovens eleitores em Portugal, contributo que consideramos especialmente relevante para os jovens futuros eleitores. Neste sentido elaborámos o seguinte problema de investigação: **De que forma o uso de aplicações digitais na escola pode contribuir para a construção de conhecimento político, fomentar a discussão política e promover nos jovens eleitores maior participação democrática em Portugal?**

Estrutura e Organização da Dissertação

O presente trabalho inicia-se com uma introdução que contextualiza e apresenta o problema que se irá estudar, sendo depois estruturado em mais quatro partes: ponto 2 - apresentamos o **Enquadramento teórico** no qual procuramos apresentar os conceitos e os fundamentos que justificam a problemática do estudo. Nesta parte falar-se-á sobre a educação e participação; participação política e perspetiva de diversos autores relativamente às formas de participação, quais as formas de participação preteridas pelos jovens, o interesse político dos jovens pela política e fazemos uma breve análise sobre a atual questão da participação eleitoral em Portugal; a relação das tecnologias digitais com

participação, participação eleitoral e o digital, participação cívica e a política online e por último falaremos das aplicações digitais como estratégias para promover a participação democrática dando enfoque às aplicações de ajuda ao voto – as VAA (Voting Advice Applications).

Em terceiro, a **Metodologia**. Nesta parte apresentaremos o questão–problema e as questões–objetivo dele derivadas. Explicamos a natureza do estudo e opções metodológicas, o design metodológico adotado para a investigação, contexto do caso de estudo e participantes, procedimentos de recolha e análise de dados, preparação dos guiões de entrevista e validação, análise de dados e questões éticas que assistiram ao estudo. No ponto 4 são apresentados e discutidos os **resultados**. Por último são apresentadas as **conclusões**, sinalizadas as limitações aquando da realização da investigação e terminamos deixando algumas sugestões para futuros trabalhos.

Concluído o trabalho são apresentadas as referências bibliográficas bem como os anexos.

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

O ambiente político quer na Europa quer em vários países fora dela têm-se polarizado. O crescimento dos partidos populistas e antidemocráticos, os movimentos radicais e os conflitos abertos, como a guerra entre a Rússia e a Ucrânia, põem em causa não só os valores e os direitos democráticos como promovem desconfiança na classe política constituído uma ameaça à Democracia (Magalhães, 2008; Dahlgren, 2009; Sloam, 2014; Hess e McAvoy, 2014; Mathé, 2018 Malafaia et al., 2021).

O Relatório Global sobre o Estado da Democracia de 2021 revela que em pleno século XXI assistimos a uma “erosão democrática”, manifesta na qualidade democrática (IDEA, 2021). “Erosão” visível, particularmente nas últimas três décadas, no desinteresse político (Grasso et al., 2018), no declínio das formas de participação institucionais, nomeadamente na participação eleitoral, na confiança dos cidadãos nas instituições políticas bem como na identificação partidária (Dalton et al., 2003; Foa e Mounk, 2017) e no crescimento do número de cidadãos que não consideram relevante escolher os líderes políticos (Fonseca, 2020). Foa e Mounk (2016) referem que esta diminuição do apoio à democracia é sobretudo sentida na “geração milénio” (os nascidos após 1980), os quais nem sequer consideram essencial viver num regime democrático.

Appaduarai (2017, citado por Malafaia et al. 2021) refere que a “*global intolerance for the adequate procedure, deliberative rationality and political patience that democratic systems always demand*” trouxe consigo “important challenges, namely regarding groups, such as young people, that are reportedly more dissatisfied with the mechanisms of representative democracy” (p.1).

O Secretário-geral da Internacional IDEA perante o cenário de erosão democrática propõe que se repense na relação entre os cidadãos e as instituições:

This is the time to rethink wholesale the connection between citizens and institutions, to experiment with new institutional designs and forms of deliberation, to leverage digital technologies to enhance participation, transparency, and accountability, to place the ability of democratic institutions to respond to citizens' demands at the heart of policy agendas (IDEA, 2021, prefácio).

A participação dos cidadãos nos governos democráticos é fundamental e marca a diferença. Uma Democracia é sana se for participativa e é neste contexto participativo que a inovação e difusão da tecnologia digital trouxe consigo novas oportunidades à expressão e participação dos cidadãos. A diversificação dos modos de participação política, nomeadamente com o surgimento do ativismo online, ou seja, a utilização de ferramentas digitais como meio de manifestação e expressão política (Norris, 2001) tem contribuído para uma reflexão relativamente às formas de participação existentes e mesmo quanto ao próprio conceito de Participação (Van Deth 2001; Mycock, 2015; Weiß, 2020).

Usar as tecnologias digitais para aumentar a participação e promover uma cidadania digital é também o que têm defendido os profissionais da educação preocupados com a literacia política e digital dos jovens (Law et al., 2018). Os jovens, atendendo à sua instabilidade financeira e política, à sua vulnerabilidade individual, aos riscos globais que afetam a sua vida e às suas perspetivas nas atuais democracias (Mathé, 2018) devem-se pronunciar e o seu ponto de vista ser tido em conta, até porque há perceção de que estes participam menos nas questões políticas que os seus homólogos antecessores (Pattie et al., 2004; Sloam, 2016). É importante dotá-los de competências que possam ser colocadas ao serviço da participação democrática, de modo que possam sentir-se motivados a envolver-se ativamente na participação política.

Neste contexto, o uso das tecnologias digitais ao serviço da participação democrática e envolvimento político dos cidadãos, em particular dos mais jovens requer a nossa atenção.

A Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania assume a Escola como “ambiente propício à aprendizagem e ao desenvolvimento de competências, onde alunos e alunas adquirem as múltiplas literacias que precisam de mobilizar” (p. 1) e de entre estas múltiplas literacias identificamos duas essenciais: Literacia digital e Literacia política que conjugadas nos currículos podem munir o jovem cidadão de conhecimento político, a tomar uma posição ativa na discussão política e conseqüentemente fomentar a sua participação democrática.

A proficuidade das tecnologias digitais conduziu a uma multiplicidade de ambientes virtuais que abriu caminho a novas formas de participação e envolvimento político. Segundo os autores Magnoni et.al. (2017) “as redes do ciberespaço são canais multilaterais de comunicação com recursos de interação sem precedentes quando comparadas aos meios analógicos”(p.183) que têm ganho expressão e popularidade, sobretudo entre os jovens eleitores e futuros eleitores, uma vez que se moldam e adaptam ao modo de como estes procuram a informação e, assim como, discutem e partilham a informação diferenciando-se das gerações anteriores (Batista e Simões, 2022) para além de oferecerem serviços “com custos e com exigência de conhecimentos tecnológicos relativamente acessíveis para a maioria das pessoas das diversas camadas sociais” (Magnoni et al. , 2017, p.183).

Como veículo de comunicação e participação as tecnologias digitais tem dado o seu contributo na mudança de paradigma relativamente à participação e à maneira como as novas gerações se envolvem politicamente (Norris, 2001; Bennet, 2004; Magnoni, et al.,

2017; Batista e Simões, 2022) nomeadamente com o desenvolvimento da cultura designada por *Do it for Ourselves* (Law et al., 2018; Pickard, 2019).

Neste contexto, além da necessidade de capacitar os cidadãos, em particular os jovens, para uma participação ativa, fundamentada e democrática é fundamental identificar caminhos possíveis que possam explorar o potencial pedagógico das tecnologias digitais enquanto promotor do desenvolvimento de competências que os jovens devem adquirir e que são “indispensáveis para o exercício de uma cidadania plena, ativa e criativa na sociedade da informação e do conhecimento em que estamos inseridos” (Martins et al., 2017, p.10), quer a nível de uma perspectiva de aprendizagem formal ou na perspectiva das aprendizagens que ocorrem fora dos contextos formais de ensino e de formação (CNJ, 2015; Costa et. al., 2017), por exemplo por meio das aplicações digitais, e colocá-los ao serviço da participação e sobretudo da participação democrática.

1.1 Educação e Participação

O ensino deve contribuir para “habilitar os cidadãos a participar democraticamente numa sociedade livre” (Constituição da República Portuguesa, Lei n. 1 /95, artigo 74, nº2, 1992), neste sentido é missão da escola por meio do currículo formal e não formal preparar os jovens portugueses para agir e participar democraticamente.

O quadro de referência das competências para a Cultura democrática refere que a educação para a cidadania democrática deve sensibilizar e capacitar os alunos de conhecimentos e competências de modo que desenvolvam atitudes e comportamentos que vão ao encontro o seu papel enquanto cidadãos democráticos, i. e. “têm por objetivo habilitá-los para exercerem e defenderem os seus direitos e responsabilidades democráticos em sociedade, a valorizar a diversidade e a desempenhar um papel ativo na vida democrática, com a vista à promoção e salvaguarda da democracia e do estado de direito”(COE, 2018, p.14). A carta refere ainda que “é expectável que os sistemas e as instituições de ensino e os educadores que neles trabalham coloquem os alunos no centro do seu próprio processo de aprendizagem e os apoiem no desenvolvimento de um pensamento e juízo independentes (COE, 2018, p.16).

Segundo Ribeiro e Menezes (2002) tem havido manifestamente tentativas de ensaiar novas formas de fazer política, que têm por finalidade reverter e contrariar os discursos acerca do “aparente desinvestimento e apatia políticos dos jovens, tanto em democracias emergentes como tradicionais há uma *mathesis* instalada sobre o déficit de participação dos jovens e uma recorrente ênfase na responsabilidade das escolas como contexto para resolver este “problema” (p.71). “Problema” que reporta a uma reflexão de como “trazer a cidadania à escola” e não apenas enquanto conteúdo, mas por meio de exemplos práticos (CNE, 2017,

p.104). Nesta linha de pensamento Reis (2020) reforça que a escola pode apoiar e incentivar a um maior envolvimento cívico e participação política do aluno, uma vez que o conhecimento aí adquirido por meio de conteúdos e práticas tem implicações nas atitudes e comportamentos dos alunos. Despertar nos jovens capacidade crítica e sensibilidade cívica para participar cívica e politicamente em sociedade, enquanto “processo participado, individual e coletivo” (DGE–ME, 2013) deve implicar o envolvimento dos diversos atores provenientes dos contextos familiar, escolar e social.

Malafaia et al. (2021) afirmam a importância do papel da escola enquanto contexto de socialização no que concerne à participação e envolvimento político dos jovens:

Socialisation contexts, such as the school, can play an important role in scaffolding youth political agency by transforming the disengagement and passivity of the younger groups into democratic dispositions. As educational resources and political literacy continue to be pivotal for democratic engagement (Amadeo et al., 2002; Menezes et al., 2012; Malafaia et al., 2017), and given that younger citizens routinely claim to know little about how political world works (Malafaia et al., 2021; Sloam and Henn, 2019), it is important that school education promotes the conveyance and discussion of political issues (p.11).

O relatório da conferência da Juventude da EU e Ferramentas para Implementação refere a importância das escolas enquanto locais “principais locais de participação e envolvimento dos jovens”, as escolas devem ser espaços de excelência para a participação dos jovens, nas quais deve ser promovido o pensamento crítico entre os alunos e disponibilizadas aulas de literacia mediática (Monteiro et al., 2021, p. 12).

Os autores Reichert e Print (2019) referem que escolas são agentes de socialização política particularmente relevantes para os jovens, uma vez que quer por meio do currículo formal quer pelo currículo informal são oferecidas aos alunos oportunidades de forma a contribuir ativamente para as decisões tomadas na escola, desenvolvendo deste modo a “competência democrática” ou seja “a capacidade para mobilizar e implementar recursos psicológicos pertinentes (nomeadamente valores, atitudes, capacidades, conhecimentos e/ou entendimento) de molde a responder adequada e eficazmente às exigências, desafios e oportunidades apresentadas por situações democráticas” (Hladschik et al.2021, p. 23).

McAvoy e Hess (2015, citado em Mathé, 2018) faz referência aos autores ao subscrever a importância das políticas educativas na educação para a Cidadania, ao reforçar a responsabilidade da escola na formação política dos jovens, como contexto apropriado para fomentar experiências de participação e discussão de política acerca do atual clima social e político em mudança, bem como para envolver os jovens em processos decisórios como os processos eleitorais. A Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania subscreve ao afirmar que “a educação de qualidade é um direito humano fundamental e um investimento para o futuro. Aprender a tomar decisões informadas também é aprender a exercer uma cidadania democrática” (p. 3).

O guia publicado pelo Conselho Nacional de Juventude (2015) sublinha a importância da educação para a cidadania e, conseqüente, promoção da democracia em todos os níveis de educação formal de modo a incentivar a uma participação política efetiva. Reforça a importância da formação de docentes e diretores nesta área e propõe a inclusão nos currículos de “metodologias de aprendizagem não formal para incentivar o pensamento crítico e permitir que jovens de todas as origens e contextos possam desenvolver atitudes e

valores para participar ativamente na sociedade” (CNJ, 2015, p.13). Os jovens precisam de ser cativados e “é por isso que a educação para a cidadania é um elemento crucial para garantir que os jovens ganhem confiança e, desta forma, incentivar a sua participação política” (idem, ibidem, p.18).

Neste contexto o quadro de referência das competências para a cultura democrática alerta que as “situações democráticas” não ocorrem unicamente no mundo físico, mas se estendem ao mundo digital online por meio de fóruns, blogues, e-petições e e-mails, referindo a necessidade de não apenas de uma educação para uma cidadania democrática, “mas também para a educação para a cidadania digital (COE, 2018, p.32).

Atendendo ao contexto acima apresentado as tecnologias digitais como meio possível no apoio e na inovação de múltiplos modos de aprendizagem podem dar o seu contributo com “práticas e ideias” que “provoquem a mudança” (Viana & Peralta 2020, p.138) na forma como a escola explora os conteúdos na educação para a cidadania.

1.2 Participação Política

O conceito Participação deriva do verbo "Participar" que pode ser definido de forma simples como ato de comungar com alguém ou em algo, de comunicar, de tomar parte, de partilhar, de se expressar com relação a alguma coisa (Infopédia, 2022). Em 1965 Lester M. Milbrath no seu artigo "*How and Why People get involved in Politics?*" abre caminho ao que poderíamos chamar de discussão contemporânea em torno do termo Participação, nomeadamente Participação Política ao defini-la como o conjunto de atividades relacionadas com o momento eleitoral (Hansen, n.d.).

Verba e Nie (1972) referem que a participação política é fundamental para qualquer sistema político e indispensável para um sistema político de cariz Democrático "*Where few take part in decisions there is little democracy; the more participation there is in decisions, the more democracy there is*" (p. 1). Huntington e Nelson em 1976 definem participação como "*activity by private citizens to influence government decision making*" (Ruedin, 2007).

Brady (1998) reforça o sentido da participação ao sublinhar que são ações tomadas por cidadãos privados e que devem ser observáveis, manifestas e voluntárias. O mesmo autor refere ainda que as interações entre os cidadãos e as elites políticas não devem ser descuradas. Segundo van Deth (2021) a participação política é fundamental para qualquer sistema político, mas acima de tudo é uma característica indispensável dos regimes políticos democráticos. Verba e Nie (1972) defendem que "quanto mais participação há nas decisões, mais democracia há" (p.1), ainda sobre conceito de participação política estes autores definem como sendo "as atividades dos cidadãos privados que visam mais ou menos diretamente influenciar a seleção do pessoal governamental e/ou as ações que estes tomam"(1972, p. 2). No entanto Parry et al. (1992) e Pattie et al. (2004), ao contrário de

Verba e Nie (1972), sublinham que a participação política não tem necessariamente de se dirigir aos governos, esta pode ser direcionada a outras entidades não governamentais como por exemplo: Instituições, ONG.

Segundo Malafaia et al. (2016)

o conceito de participação procura, progressivamente, integrar uma multiplicidade de vivências e relações com a política, concedendo-se atenção a outras dimensões a par da participação eleitoral, como o consumo, a assinatura de petições, o envolvimento partidário e a participação em protestos (Teorell, Torcal, & Montero, 2007). Assim, as recentes teorias da participação tendem a considerar não apenas as suas diferentes formas (convencional, não-convencional, legal e ilegal), mas também a diversidade de contextos em que ocorre (p.53).

Carpentier et al. (2019) consideram segundo distintas e históricas tradições que este é um conceito que gera uma certa imprecisão quando tentamos encontrar uma definição e propõe duas abordagens: uma sociológica e uma política.

Com relação à abordagem sociológica vão ao encontro dos autores Davies et al. (2006) que definem participação como forma de envolvimento numa determinada realidade/processo que resulta numa interação social reconhecível, por exemplo participar num evento desportivo, numa rede social, num *webinar*, entre outros cenários.

Na abordagem política definem participação como uma “forma de partilhar o poder” (Davies et al., 2006, p. 20), tal como foi a intenção de Clístenes quando no ano de 508 a.C. na cidade de Atenas, na Antiga Grécia, ao propor um novo sistema político – a Democracia, um novo sistema de governo que assentava numa governação de partilha do poder, no qual o cidadão participava por meio de voto secreto, representando uma alternativa à Tirania dos governos anteriores.

van Deth (2014) apresenta quatro características ao referir-se à participação política:

i. como uma ação i.e., “*simply watching television, visiting websites or claiming to be interested in politics does not constitute participation.*”

ii. feita por cidadãos comuns, e não necessariamente políticos.

iii. deve ser uma atividade voluntária “*not enforced by law, rules or threats*”.

iiii. por último está diretamente ligada ao Governo, à Política ou ao Estado num sentido lato das palavras. (van Deth, 2014).

O mesmo autor refere que hoje em dia a participação política inclui um conjunto de ações muito variadas tais como “*voting, demonstrating, contacting public officials, boycotting, attending party rallies, guerrilla gardening, posting blogs, volunteering, joining flash mobs, signing petitions, buying fair-trade products, and even suicide protests*”(Van Deth, 2021 p.2).

Em suma, a participação política é além de indispensável num regime Democrático e é uma atividade que deriva da iniciativa voluntária e privada dos cidadãos que pode ser manifestada por meio de diferentes atividades, ocorrer em diferentes contextos e tem por objetivo influenciar e/ou interagir com a política vigente.

1.2.1 Formas de Participação Política e os Jovens

Em 1999 Brady refere que a participação tem quatro dimensões: a ação, os cidadãos, a política e a influência. E daí resulta um leque de atividades a que designamos de formas de participação.

As formas da participação política podem ser formas convencionais ou não convencionais (Verba et al., 1971, Axford et al., 1997; van Deth, 2001; Teorell et al., 2007; Grasso et al.

2018). Entenda-se por formas convencionais ações como a participação em campanhas eleitorais, donativos ou apresentação de uma candidatura a eleição; formas não convencionais são consideradas por exemplo: os atos de protesto, manifestações, petições ou mesmo ações de violência (Parry et al. 1992).

Segundo outros autores as formas de participação podem ainda ser nomeadas de formal ou não formal. Carpentier et al. (2014) consideram que Participação pode ser “*a situation where the actors involved in (formal or informal) decision-making processes are positioned towards each other through power relationships that are (to some extent) egalitarian*” (p. 124).

Julia Weiß (2020) refere-se às formas de participação como institucionalizadas ou não institucionalizadas. Segundo a autora, consideram-se institucionais as que ocorrem dentro de um quadro institucional como uma votação ou a filiação partidária; e não institucionais as que ocorrem fora deste quadro dando como exemplo uma manifestação ou greve de fome.

No artigo *What Is Youth Political Participation? Literature Review on Youth Political Participation and Political Attitudes* Julia Weiß (2020) faz referência à importância desta distinção entre institucional e não institucional quando se fala de participação política, sobretudo quando falamos em participação política dos jovens, atendendo ao fato de que as suas ações de participação têm maior tendência para qualificarem-se maioritariamente como não institucionalizados “*Young adults might not define their actions as political, even though they are actually political*” (p.4).

As formas de participação política preferenciais dos jovens são as mais comumente referidas na literatura como formas “não convencionais” / “não institucionais” em

contraposição às formas “convencionais” / “institucionais” às quais os jovens surgem associados como desligados e desinteressados (Borba, 2012) e “incertos” (Collin, 2015). Mathé (2018) precisa ao referir-se a Sloam (2016) que os jovens europeus têm se voltado cada vez mais para formas de “participação não eleitoral” e “não institucional”, e por novos modos de participação, como a participação online (Weiß, 2020, Malafaia et al., 2021, Zhong et al., 2022). Porém uma das formas de participação convencional ou institucional mais importante numa Democracia (não descurando valor de nenhuma outra) é a participação eleitoral.

A participação política dos jovens tem sido alvo de vários estudos que têm procurado examinar o interesse, a confiança e a participação política dos jovens bem como a sua relação com a política e os seus conhecimentos políticos (Pattie et al. 2004; Ribeiro et al., 2016; Sloam, 2016; Weiß, 2020), sobretudo porque segundo alguns autores o interesse, o envolvimento e a participação pelas questões políticas e cívicas têm diminuído sobretudo entre os jovens, agravando-se o quadro quando comparado com as gerações anteriores (Putnam et al., 1993; Magalhães, 2008; Dalton, 2011; Macnamara et al., 2012).

No artigo de Ribeiro et al. “Participação cívica e política de jovens imigrantes e portugueses” (2016) os autores referem que no que concerne à participação política dos jovens a literatura divide-se em duas correntes: uma que apresenta os jovens como apáticos, indiferentes e pouco participativos; outra que defende que “os jovens têm preferência por outras formas de se expressarem no que concerne à participação” (p.826).

Os artigos de Norris; Amnå e Ekman (2002, 2014 citados por Sloam, 2016) referem que a participação cívica e política dos jovens atualmente ganhou outros repertórios, diverge das gerações anteriores, e isso não significa necessariamente que tenha diminuído, ganhou foi

outras dimensões, ou seja “ *Young Europeans are less likely to participate in electoral politics than older cohorts, and they are more likely to engage in issue-based forms of participation (Klingemann and Fuchs 1995; Norris 2002 and 2003): including, signing petitions, participating in demonstrations, and internet activism (European Commission 2007)*” (Sloam, 2016, p. 524).

Quer com isto dizer que os jovens são ativos e participativos e que a sua “voz” não está silenciada, mas se faz ouvir. E embora os cientistas políticos reconheçam que há sim um problema quanto à participação política dos jovens, este é acima de tudo relacionado com a política institucional dado que existe um forte interesse entre os jovens na política de organização, mobilização e contestação do poder a partir do exterior (Dezelan, 2015).

Neste sentido, o envolvimento cívico dos jovens depende da sua “motivação para participarem em atividades cívicas, da sua confiança na eficácia da sua participação, e das suas crenças sobre a sua própria capacidade de se envolverem ativamente” (Schulz et al., 2018, p. 72).

Sloam (2016) refere que os jovens europeus têm optado por formas de participação não convencionais “não eleitoral” recorrendo aos meios de comunicação social para se exprimirem politicamente.

No caso português as taxas de abstenção “tem vindo a aumentar de forma expressiva desde as eleições fundadoras de 1975” e a tendência para a abstenção passa “não apenas por entre os mais jovens, mas também entre o segmento da população com idades entre os 30 e os 44 anos” (Cancela & Vicente, 2019, p. 12) confirmando a insatisfação democrática dos jovens (Augusto, 2008). Por outro lado estes dados contrariam-se se atendermos ao envolvimento dos jovens na participação em organizações de carácter voluntário , civil e

escolar (Ferreira et al. 2003; Ribeiro et al., 2016), ou seja os jovens portugueses em linha com os jovens europeus e “mostram-se ativos/as na reivindicação do direito a serem ouvidos/as e na demanda de condições sociais e económicas que permitam projetos de vida sustentáveis e previsíveis” e além disso “demostram um pensamento político sofisticado.” (Malafaia et al. 2016, p. 68).

1.2.2 Interesse Político dos Jovens

Nos últimos anos tem sido evidenciado interesse pela participação política dos jovens, diversos autores debruçaram os seus estudos sobre o interesse e a participação dos jovens bem como seus conhecimentos e atitudes em relação aos assuntos políticos (e.g. Flanagan e Sherrod, 1998; White et al., 2000; Pattie et al., 2004; Macnamara et al., 2012; Holt et al., 2013; Dassonneville, 2017; Dezelan, 2015; Ribeiro et al., 2016; Sloam, 2016; Menezes et al, 2017; Law et al., 2018; Mathé, 2018; Sloam et al, 2020; van Deth, 2021). Alguns destes estudos são concordantes ao constatar que os jovens, um pouco por toda a Europa, são menos interessados na participação política convencional que os seus homólogos antepassados, sendo evidente o declínio da sua participação em atos de política convencional, nomeadamente processos eleitorais e filiação partidária (Sloam, 2016). Porém o fraco interesse pela participação política convencional não se espelha no interesse político pelas formas não convencionais. Alguns cientistas políticos afirmam mesmo que os jovens estão atualmente mais envolvidos politicamente que as suas gerações anteriores, estes envolvem-se cada vez mais em assuntos políticos, assuntos onde consideram que a sua ação política interventiva pode conduzir a mudança (Dezelan 2015; Schulz et al. 2018).

Embora os jovens manifestem-se ativos na participação política não convencional, existem autores que referem que o seu conhecimento político transparece fragilidades (White et al. 2000, Pattie et al., 2003; Augusto, 2008; Ribeiro e Menezes, 2015, Malafaia et al., 2021). White et al. (2000) identificou a falta de conhecimentos políticos como barreira à participação eleitoral. Segundo os autores, a falta de conhecimento e a falta de informações suficientes para uma fazer uma escolha informada conduz muitos jovens à abstenção.

1.3 Participação Eleitoral

A Participação eleitoral é uma das formas de participação dos sistemas democráticos, e na sua base está o exercício do direito de voto. Falar de eleições é falar da manifestação da vontade dos cidadãos, do reflexo de desejo de um grande número de cidadãos, que uma vez expressa permite aos governos dar um alto nível de legitimidade aos governos (OECD, 2021). Nos regimes democráticos o ato eleitoral é o momento oportuno para que os cidadãos, de forma livre, justa e inclusiva se pronunciem perante a diversidade apresentada de alternativas políticas e de forma informada escolham os representantes políticos que desejam ter como os seus líderes. Segundo Norris e Grömping (2019) as eleições são momentos de participação política e proporcionam aos cidadãos uma oportunidade de fomento da discussão política, envolvimento cívico, de estimulação da competição partidária e de responsabilização dos seus representantes políticos. Os atos eleitorais são, igualmente, ocasião de essencial importância para “responsabilizar os governantes pelas suas ações e omissões” (Cancela & Vicente, 2019, p.14).

Para um funcionamento legítimo da Democracia não basta apenas haver eleições, é necessário legitimar os resultados das eleições e para isso é essencial que haja participação eleitoral dos cidadãos. Todavia, a abstenção do exercício do direito ao voto é uma realidade igualmente presente no processo eleitoral, “seja por desconhecimento, impossibilidade prática, ausência de motivação, protesto ou por qualquer outro motivo” (Cancela & Vicente, 2019, p. 14).

No entanto nos últimos anos a apatia e desinteresse por parte dos cidadãos nos processos eleitorais parece evidente (Barreira, 2012; Cancela & Vicente, 2019). E os níveis de abstenção, na participação eleitoral, tem alcançado valores elevados colocando “em dúvida a

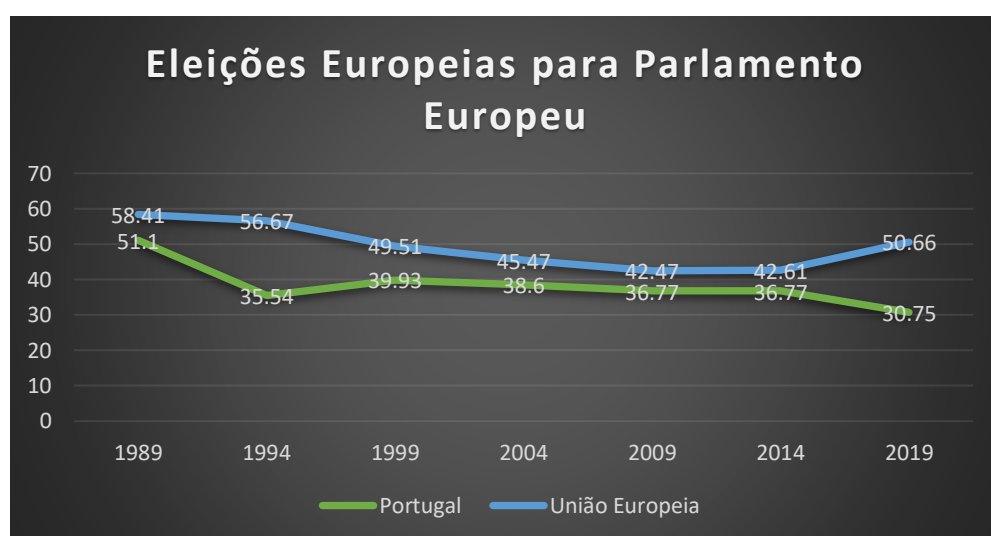
representatividade das preferências *do povo* perante uma participação eleitoral desigual” (Barreira, 2012, p.2).

Neste sentido, a gradual redução da participação eleitoral verificada em alguns países da Europa é preocupante e tem sido interpretada “como um afastamento do poder representativo do eleitorado e do cidadão comum da política” (ibidem, idem, p.2).

Segundo os dados disponibilizados pelo site do Parlamento Europeu (Figura 1) as eleições parlamentares Europeias de 2014 registaram uma taxa de participação de 42,61% o que significa que as mesmas obtiveram uma taxa de abstenção de 57,46%. De acordo com Estudo pós-Eleitoral 2014 as motivações que espelham esta taxa estão associadas comportamentos que revelam desinteresse e falta de confiança na política em geral: «falta de confiança/insatisfação face à política, em geral»; «não se interessa pela política»; «votar não tem consequências/votar não altera nada» (EU, 2014, p.11). Estes dados evidenciam um cenário preocupante de absentismo eleitoral em toda a Europa.

Figura 1

Resultados das eleições Europeias para o Parlamento Europeu 1989–2019



Nota. Adaptado de <https://www.europarl.europa.eu/election-results-2019/en/turnout/>

Entre 2014 e 2020, a Comissão Europeia numa tentativa de minimizar o problema da participação disponibilizou uma verba de 20 milhões de euros no âmbito do Programa Direitos, Igualdade e Cidadania para financiar iniciativas com o objetivo de promover e reforçar o exercício de direitos derivados da cidadania da União. As iniciativas incluíam o desenvolvimento de ferramentas digitais que sensibilizassem os cidadãos da UE para os seus direitos políticos de forma a incentivá-los a participar nas eleições para o Parlamento Europeu; ferramentas multilingues de informações sobre os programas políticos promovidos pelos partidos durante a campanha eleitoral; guias de boas práticas para um maior apoio aos cidadãos da UE no exercício dos seus direitos de voto, incentivar a participação dos grupos sub-representados (COM, 2020, p.9). Entre as várias iniciativas digitais citamos alguns exemplos fruto desta iniciativa e outros, que uma vez já criados antes da data de lançamento do programa, vieram a beneficiar destes apoios, ver quadro 1:

Quadro 1-

Exemplos de iniciativas digitais de cidadania e participação cívica e política

| Designação | Tipo de ferramenta | Objetivos da ferramenta |
|--|---|--|
| Citizens` app https://www.europarl.europa.eu/at-your-service/pt/stay-informed/citizens-app | Aplicação para dispositivos móveis | Nesta app o utilizador tem acesso: a informações diversas sobre a União Europeia (UE); o papel do Parlamento Europeu (PE); a eventos que se desenvolvem perto do cidadão; conteúdos multimédia, como vídeos, podcasts e slidehows; |
| EUandI | Aplicação de Ajuda ao Voto | Tem como objetivo: ajudar os cidadãos a fazer uma escolha informada nas próximas eleições para o Parlamento Europeu. |
| Debating Europe https://www.debatingeurope.eu/ | Plataforma digital disponível em inglês e alemão | Encoraja o debate e a comunicação entre os políticos europeus e os cidadãos, por meio da colocação de questões, comentários, partilha de ideias. |
| Give a Vote https://www.giveavote.eu/ | Plataforma digital de Campanha | Promover o voto dos jovens eleitores. |
| O que a Europa faz por mim https://what-europe-does-for-me.eu/pt/home | Plataforma digital multilingue | Apresenta uma série de informações curtas que exploram as realizações e ações da UE do ponto de vista do cidadão. |
| Eye Online https://www.epevents.eu/event/eye-online | Plataforma digital em formato de site e App -Eye2021. | Oferece aos jovens a oportunidade de virtualmente se conhecerem e inspirarem uns aos outros; trocarem impressões com experts ativistas, <i>influencers</i> , e <i>decision-makers</i> . |
| Spaceu 2019 http://spaceu2019.eu/ | Plataforma digital. Base de dados Interativa | Informar os utilizadores sobre os seus direitos eleitorais e permite comparar as condições e requisitos para participar no processo político do seu país de residência ou de cidadania |
| Eleições Europeias 2019 https://www.eleicoes-europeias.eu/ | Plataforma digital multilingue | Explicar como e porquê votar, qual importância do voto nas eleições europeias; permite o acesso a dados estatísticos; apresenta um conjunto vasto de questões acerca do tema das eleições europeias, e disponibiliza informação de Links associados ao tema. |

Em 2019 ocorreram as eleições para o Parlamento Europeu e os resultados foram comparativamente às anteriores eleições bastante positivas ao registar 50,66% de participação eleitoral. Se as iniciativas promovidas no âmbito do Programa Direitos, Igualdade e Cidadania tiveram algum impacto, não há conhecimento científico disso, mas o que é certo é que os resultados das eleições para o Parlamento Europeu de 2019 atingiram o melhor resultado dos últimos 25 anos.

Relativamente à participação jovem indicaram ter votado 42%, comparativamente aos 28 % de 2014. Entre as motivações que levaram os jovens eleitores a votar, além de partilharem de “uma forte noção de que o voto é um dever cívico (mais de 50 %)” (COM, 2020, p.4) estão também preocupações com as alterações climáticas e a promoção dos direitos humanos e valores democráticos (COM, 2020).

1.3.1 Participação Eleitoral em Portugal

Segundo Solijonov (2016) na Europa “*voter turnout has decreased significantly since the 1990s. The decline in Europe is more significant than the decline in the other regions*” (p. 24). Portugal inclui-se neste quadro de países da Europa em que os níveis de participação eleitoral são relativamente baixos, quando comparados com os níveis de participação nos inícios da Democracia (ver Figura 1), tendência esta que segundo Solijonov (2016) é um sinal “*the deep problems*” das atuais Democracias (p.24).

O relatório Democracy Index, publicado pelo The Economist Intelligence Unit's, refere que no que concerne ao processo eleitoral e pluralismo; liberdades civis; funcionamento do governo; participação política e cultura política e democrática em 2020 dois países integrantes da União Europeia – Portugal e França – caíram no rank dos países totalmente

democráticos “*France and Portugal experienced a reversal, losing the ‘full democracy’ status they had regained in 2019, re-joining the ranks of “flawed democracies”* (EIU, 2021, p.7).

No relatório da International IDEA (2021) Portugal é identificado como único país da Europa Ocidental a registrar um retrocesso em três áreas sensíveis: independência judicial, ausência de corrupção e igualdade perante a lei, que implicam a queda em três parâmetros de avaliação que medem a qualidade das democracias. Com relação aos percentuais da participação política, engajamento político e participação da sociedade civil, este mantém-se desde 1999 a níveis abaixo dos níveis altos de performance dos regimes Democráticos, sendo que a participação política é o dos três o que regista maior queda desde 1975.

Ao olharmos para dados nacionais, no caso concreto das eleições para o Parlamento Europeu, percebemos que desde o ano 1999 tem havido um decréscimo na mobilização às urnas, uma tendência que se verifica igualmente desde 2005 nas eleições para a Assembleia da República; desde 2006 para a presidência da República e desde 1997 para as Autarquias Locais.

Em 2021 as eleições presidenciais em Portugal registaram a taxa de abstenção mais alta de sempre: 60,8%. Nos dados estatísticos que antecederam esta eleição já era prevista a baixa adesão dos portugueses e um dos dados relevantes que foi possível retirar desta sondagem realizada pela Sondagem ISCTE/ICS foi que 35% dos eleitores, com idades compreendidas entre os 18-24,) não tencionava votar e 18% não sabia em quem votaria. Atendendo a estes

dados o Professor João Cancela¹ em entrevista à Revista Visão referiu que: “Embora haja uma tendência geral nas democracias para os jovens votarem menos que os mais velhos, essa assimetria varia de país para país. Em Portugal, esta tem sido particularmente acentuada, quando comparamos com outros casos” (Visão, 2020).

A necessidade de medidas com vista ao combate da abstenção levou a que em 2019 o partido Pessoas–Animais–Natureza –PAN apresentasse em Assembleia da República uma proposta de alteração da idade mínima de voto de 18 anos para 16 anos, tal como acontece já em alguns países da Europa como na Áustria, Estónia e Malta (PAN, 2019). Em 2021, a Conferência Europeia da Juventude confirmou a necessidade de rever e ajustar a idade mínima obrigatória para votar nos países da União Europeia ao indicar como meta para “aumentar a participação dos jovens e assegurar uma representação igualitária dos jovens no processo eleitoral” uma redução da idade do voto para os 16 anos (Monteiro et al., 2021, p.22.) Segundo Cancela, esta medida justifica-se, pois, “as pessoas mais jovens, com 16 e 17 anos, tendem a votar mais do que as pessoas de 18 anos. Isso pode explicar-se por vários fatores, como o facto de ainda estarem na escola, ou enquadradas na vida em família”, além de que “isso tem um efeito nos jovens a longo prazo: as pessoas que votam nas primeiras eleições com 16 e 17 anos tendem a votar nas eleições seguintes também” (Visão, 2020).

¹ Professor Doutor João Cancela. Professor Auxiliar do departamento de estudos políticos da Faculdade Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Doutoramento realizado em 2020 em Ciência Política com a tese “*The roots of political involvement: an empirical and comparative study*”.

1.4 Tecnologias Digitais e Participação

As tecnologias digitais presentes no dia-a-dia colocam aos educadores novos desafios educacionais e um deles passa pela missão de ajudar os seus educandos a tirarem partido das ferramentas cognitivas para fazer um caminho de seriação e desenvolver um pensamento diversificado que os conduza à aprendizagem (Jonassen, 2007), porém é necessário disponibilidade e abertura por parte de todos os atores implicados no processo de ensino aprendizagem (professores, alunos e pais) para a aquisição de novas competências digitais (Almeida & Valente, 2011).

Segundo Gil et al. (2018) o conhecimento deixou de ter como palcos preferenciais a sala de aula e as bibliotecas, mas sim toda uma rede de conexões sem fronteiras nem barreiras. Ensinar e aprender importam agora uma maior flexibilidade e visão, um novo paradigma que nos leva a repensar os currículos a fim de diminuir os conteúdos fixos (Gil, et al. 2018). O desenvolvimento das competências fundamentais inscritas no Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória (Martins et al., 2017), envolve o recurso a tecnologias como forma de implicar os alunos num processo de ensino-aprendizagem ativo, duradouro e em rede, à semelhança do descrito por Santos e Costa (2019). Estas podem mediar as operações cognitivas dos alunos, funcionando como ferramentas cognitivas (Jonassen, 2007), levando os a aprender com tecnologias, numa abordagem construtivista.

Nesse sentido tem ocorrido mudanças nos currículos nacionais, com destaque para a introdução da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento (Resolução nº 55/2018) e substituição dos antigos programas curriculares para as Aprendizagens Essenciais com vista à promoção do desenvolvimento das áreas de competências mencionadas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.

Depreende-se então que cada vez mais nas escolas se caminha numa direção de trabalho colaborativo, transversal que implica reflexão conjunta quer para professores quer para alunos, e tem como propósito final o desenvolvimento de novas competências. A concretização desta configuração curricular necessita da criação de novas dinâmicas e contextos educativos, bem como de diversificar metodologias de ensino (Ferreira, 2020; Silva, 2004) assim como de encontrar fontes comuns de conteúdos curriculares e ferramentas que permitam articular trabalho inclusivo, colaborativo e reflexivo (Alves et al., 2019; Morgado & Silva, 2018). O modelo dialógico de Costa et al. (2017), que realça o papel das práticas de reflexão, comunicação, partilha e aprofundamento do conhecimento, mostra que estas podem ser operacionalizadas com recurso a tecnologias digitais. O potencial das novas tecnologias deve, assim, ser usado de forma devolver a confiança na democracia e nas suas instituições, proporcionando aos jovens oportunidades significativas de acesso às informações, garantir que estes possam participar e “influenciar todas as áreas da sociedade e todas as fases de tomada de decisão” (Europeia, 2018, p. 15).

Empoderar os jovens dando-lhes oportunidades para aprender a participar, despertar o seu interesse para a participação, motivá-los a envolver-se ativamente em ações cívicas e políticas, incluí-los no trabalho das autoridades locais, regionais, nacionais e europeias, dotá-los de voz crítica e esclarecida, incentivá-los a participar nos processos democráticos é possível com recurso às tecnologias e neste sentido devem ser definidas, construídas e promovidas a construção de ferramentas digitais capazes de potenciar a mediação e promoção da participação política e democrática dos alunos nas escolas.

Nas últimas décadas a socialização e a discussão entre os mais jovens tem-se estendido aos diversos ambientes virtuais assumindo estes como canais de comunicação, tendo um

forte impacto na maneira como os jovens recebem e partilham conhecimento. Segundo Cardoso et al. (2017) “A internet oferece meios de comunicação multidimensional, além de figurar como um espaço profícuo para as novas formas de atuação e engajamento da juventude, revitalizando os espaços de participação encontrados pelas gerações anteriores” (p. 127).

1.4.1 Participação Cívica e o Digital

Segundo Theocharis et al. (2019) os meios online constituem hoje um dos modos mais proeminentes para a expansão do envolvimento e participação dos cidadãos. Com o desenvolvimento e o acesso generalizado às novas tecnologias assistimos a uma mudança na participação dos cidadãos, por meio da participação online. (Casacuberta e Gutiérrez–Rubi, 2010).

A multiplicidade de plataformas e aplicações digitais disponibilizadas com a Web 2.0, a título de exemplo *Facebook, Twitter, Instagram, TikTok e Youtube*, vieram oferecer aos utilizadores “*new ways of participating or mobilising*” (EACEA, 2013, p. 113).

Zhong et al. (2022) referem a importância do papel das redes sociais enquanto canais de divulgação e discussão de questões sócio políticas e do seu “*profound impact on the course of political mediatization in democratic countries.*” (p. 1)

Casacuberta e Gutiérrez–Rubí (2000) falam de uma “*colaboración colectiva de una forma descentralizada*” (p.6) que permite aos cidadãos aumentar a sua participação.

Para Magnoni et al. (2017) os ambientes digitais são locais de fácil acesso que promovem e incentivam a participação e o envolvimento dos seus utilizadores, em especial quando falamos de “questões de interesse público” (p.193). Warren (2014, como citado em Magnoni

et al., 2017) destaca o papel participativo, mas não novo, dos jovens, enquanto idealistas e reacionários, que hoje se fazem, ainda mais, ouvir por meio “das redes sociais virtuais, ampliando o número de manifestantes e os locais de protestos (p.417).”

Em 2013 o estudo da *Youth Participation in Democratic Life* refere que os jovens além de usarem os tradicionais média eles “*increasingly produce their own media, independent from commercial and public service media*” (EACEA, p.112). Vivemos segundo Casacuberta e Gutiérrez–Rubí (2000) cada vez mais numa “*cultura de diálogo y de buscar el diálogo, de compartir ideas y conocimientos*” (p.7) na qual o cidadão por meio das novas tecnologias assume um papel não só passivo, enquanto recetor, mas ativo, enquanto remetente, criador e promotor de conteúdo.

Quanto à relação da participação política com as novas tecnologias Van Deth e Elff (2004) citado em Menezes et al. (2012) referem que “esta relação entre atenção, interesse e participação é clara, pois é a curiosidade acerca da política que torna os/as cidadãos/ãs conscientes dos processos políticos e das oportunidades de envolvimento nas decisões coletivas” (p.15).

Malafaia et al. (2021) referem o impacto que as novas tecnologias têm na participação política dos jovens referindo a ação imprevisível destes “*as political actors*”:

large scale social networks, horizontal forms of organizations, online forms of expression, no-conventional and direct modes of engagement, often grounded on cause-oriented projects (de Moor, 2016; Sloam, 2014; Norris, 2004), define youth participation and outline the current Youthquake (italic in the original, Sloam and Henn, 2019). This update of young people as political actors opens up unpredictable-because they are nonlinear-spaces, requiring the recognition that repertoires of action are expanding (p.3).

Segundo Zhong et al. (2022) em termos de motivação para a participação cívica e política os jovens estão cada vez mais envolvidos em atividades democráticas, sociais e políticas, e expressam-no off-line e online (p.1). Os trabalhos de Elin e Chen (2013, 2016, citados em Zhong et al, 2022) falam do papel motivador e engajador que as redes sociais têm sobre os seus utilizadores e como estes podem funcionar como meios para ação política dos seus utilizadores *“social media provides a space where individuals can engage in politics and generate political action: in short, when individuals use social media and access information, they are more inclined to participate in politics”* (p.2).

Neste sentido a educação para o voto aliada às tecnologias digitais, nomeadamente com recurso de aplicações móveis pode contribuir para a promoção e fomentar a participação política (dos Santos et al., 2017).

1.4.2 As Aplicações Digitais como Estratégia para Promover a Participação Democrática

A educação aliada às tecnologias digitais, nomeadamente com recurso a aplicações móveis, “pode vir a contribuir significativamente no contexto educacional, de modo a facilitar e qualificar o processo de ensino e de aprendizagem, fomentando o desenvolvimento da educação para a cidadania” (dos Santos, Schwanke, & Machado, 2017, p. 129). A participação política pode assim ser trabalhada em contexto escolar com recurso às tecnologias digitais, em especial por meio de aplicações móveis. Identificamos como alvo de atenção as Voting Advice Applications (VAA) – em português as Aplicações de Ajuda ao Voto —, que se tornaram muito populares um pouco por todo o mundo, tendo os cidadãos da União Europeia contacto com tais aplicações através do projeto EU Profiler, criado

aquando da campanha das eleições europeias de 2009 (Lajas & Pereira, 2018; Trechsel & Mair, 2011).

1.4.2.1 Aplicações de Ajuda ao Voto – VAA

As VAA são *websites* e/ou aplicações móveis de orientação eleitoral, que se assumem imparciais e sem ligações partidárias. A primeira surgiu na Finlândia, em 1996, desde então, as VAA entraram em voga. Enyedi (2016) diz-nos que as VAA quando foram criadas a sua finalidade era educativa, nomeadamente, ser aplicada a jovens do ensino secundário.

Contabilizam-se milhões os eleitores que já tiveram contato com as VAA, damos como exemplos europeus o EUprofiler e EUvox que em 2009 e 2014 foram disponibilizadas nas eleições europeias; a suíça Smartvote; a alemã Wahl-O-Mat; a holandesa Stembijzter e Kieskompas.

O perfil típico do utilizador das VAA caracteriza-se por ser jovem, altamente instruído, interessado em assuntos políticos e, segundo os mais recentes estudos, de género masculino (Albertsen, 2020).

A VAA, enquanto aplicação, pretende oferecer ao utilizador um personalizado *voting advice* baseado numa combinação entre temas políticos que ao próprio são relevantes e posições oficiais dos partidos candidatos sobre esses diversos temas (Kleinnijenhuis et al., 2019).

Segundo Garzia et.al. (2014) as VAA “*take the burden of informing themselves out of the voters’ hands and deliver concise, easy to interpret and readily digestible information*” (p.31). Facilitar e empoderar os cidadãos de conhecimento política, nomeadamente sobre questões políticas discutidas e apresentadas pelos candidatos nos seus programas eleitorais, em determinado processo eleitoral, é um dos seus propósitos.

As pesquisas realizadas sobre as VAA indicam que estas promovem interesse nas campanhas políticas, incrementam o conhecimento político (Kamoen et al., 2015) como também a participação dos eleitores no comparecimento às urnas (Dinas et al.2014, Pianzola, 2014).

A literatura sobre as VAA realça as potencialidades que este instrumento oferece como motivador na participação democrática e com características educativas ao serviço da Democracia e participação cívica.

O artigo *How do the Characteristic of Voting Advive Application Users Change Over Time? Evidence from the German Election Studies* evidencia que declínio da participação eleitoral é um sério problema nas democracias contemporâneas, e refere que várias tem sido as iniciativas dos países democráticos com propósito de inverter esta tendência que põe em causa a sua “saúde”, o autor identificou as VAA como uma das propostas ao apresentar como por exemplo a VAA alemã o – *Wahl-O-Mat* (Albertsen, 2020).

Marschall e Schultze (2015) falam sobre as VAA e referem que foram desenhadas com o propósito de providenciar aos cidadãos informações e orientações sobre as posições partidárias e para incrementar a comunicação e participação política. Referem no seu artigo que o grande sucesso que estas aplicações obtiveram na comunicação política online deve-se à crença de que as mesmas exercem um impacto decisivo sobre eleitores. “Eleitor digital” é o termo que tomam para descrever os seus utilizadores. VAA são populares entre as camadas etárias mais jovens, todavia são jovens que já tem uma cultura e interesse pelas questões políticas e que o desafio está no alcance dos que não tem qualquer interesse ou motivação por assuntos de cariz político, e referem que “*crucial challenge for civic education*

to find (online) ways to reach out to those who are not interested in political affairs” (p. 540).

Na Alemanha as VAA são muito populares, especialmente o *Wahl-O-Mat*, segundo os dados do site Bundeszentrale für politische Bildung nas eleições para o Bundestag de 2021 registaram 21,300,000 o número de utilizadores desta aplicação. Nesta mesma eleição foi realizada uma pesquisa, a partir de uma seleção aleatória entre os utilizadores do Wahl-O-Mat, feita pela Wahl-O-Mat Research da Heinrich Heine University Düsseldorf, cujos resultados ilustram uma composição dos utilizadores:

- Maioria dos utilizadores são do sexo masculino, as mulheres são apenas responsáveis por 25 a 45 por cento dos utilizadores;
- Um terço tem menos de 30 anos;
- Um quarto tem 50 anos ou mais;
- De cem utilizadores, entre 10 e 20 dizem não ter interesse por política;
- Três quartos possuem curso universitários, ensino secundário ou formação profissional completa;
- 5% a 15% são membros de um partido político.

Entre as mais valias das VAA, como, i.e., *Wahl-O-Mat*, estão as informações extensas e prontamente disponíveis sobre os partidos e programas eleitorais (König e Nyhuis, 2020, p. 455); podem ampliar o debate político, promovendo nos partidos políticos a tomada de posições sobre questões nas quais até então os mesmos não haviam sido chamados a tomar partido (Kleinnijenhuis et al. 2019); tem um efeito positivo no despertar de interesse pelas campanhas eleitorais. Já quanto à suas potencialidades enquanto ferramenta educacional, embora sejam consideradas, não existem ainda propriamente estudos sobre os efeitos

educacionais da ferramenta, sendo que a existir, o efeito só se tornará evidente a longo prazo e após o uso repetido da ferramenta (Israel et al., 2019).

Germann e Gemenis (2019) subscrevem a afirmação dos autores Dinas, Trechsel e Vassil (2014) e Fivaz e Nadig (2010) de que as VAA podem constituir um bom contributo para o reengajamento especialmente entre os jovens eleitores. Na sua investigação evidenciam que o efeito de mobilização VAA foi mais pronunciada entre os eleitores mais jovens. E se por um lado são concordantes com Marschall e Schmidt, (2008) ao afirmar que os utilizadores das VAA tendem a ser jovens, bem-educados e politicamente interessados, por outro afirmam ter descoberto no seu estudo que o *Smartvote*, VAA suíça, mobilizou os bem e os menos instruídos, quase igualmente. Mostram que o efeito das VAA é mais forte para eleitores jovens e pessoas de meia-idade, explicando que pode estar relacionado com a adoção e familiarização com as novas tecnologias. Dizem ainda que estas parecem apresentar uma oportunidade única para aqueles interessados em aumentar a participação. Os autores Garzia et al. (2017) evidenciam uma relação direta entre os utilizadores das VAA e a ida às urnas, referem que as VAA dispõem de informações que ajudam o utilizador no que concerne à sua posição partidária e reavaliam o efeito mobilizador das VAA a partir de 12 estudos eleitorais. Os mesmos autores mencionam que em alguns países escandinavos as VAA são mencionadas como a principal fonte de informações políticas durante a campanha por uma maioria relativa. Referem que as mulheres e os eleitores com baixo nível de interesse pela política são os mais mobilizados pela VAA; que o efeito mais forte pode ser encontrado entre a geração mais jovem, em particular os que acabam de entrar na vida política (18 a 24 anos); revelam que na sua análise os utilizadores de VAA são mais propensos a votar que os não utilizadores; que as VAA tornam-se cada vez mais

importantes nos processos eleitorais por todo o mundo e o seu potencial de mobilização exige uma avaliação empírica cuidadosa.

Kristensen e Solhaug (2017) consideram importante realizar mais estudos sobre o uso de VAA nas políticas de ensino, no artigo "*Students as First-time Voters: The Role of Voter Advice Applications in Self-reflection on Party Choice and Political Identity*" analisam auto reflexões dos eleitores, que pela primeira vez vão votar, após o uso das VAA, referem que as VAA desempenham um papel importante, no que concerne à práticas dos eleitores que vão votar pela primeira vez, são ferramentas que servem de base para reflexão sobre questões políticas e tem um papel na formação de identidade política. Outra das conclusões referidas é a seriedade com que encaram o seu papel enquanto eleitores, visto este primeiro ato como determinante na descoberta da sua identidade política.

Strandberg e Carlson (2017) a partir de dados de pesquisa de quatro eleições parlamentares finlandesas 2003–15 concluem que o impacto da Internet e das VAA, sobretudo entre os jovens, é positivo. Os dados revelam que os cidadãos consideram que as fontes online são importantes para obter informações sobre as suas decisões de voto.

Relativamente à idade, a investigação demonstrou que os jovens, embora se sintam desligados da política "*offline*", são bastante ativos na participação política online. Explicam que esta inclinação se justifica pela ligação que o jovem tem com as novas tecnologias. As VAA oferecem caminhos que conduzem às suas predisposições, interesses e motivações no que concerne ao engajamento político.

Segundo Ladner (2016) estudos mostraram que VAA contribuíram para cidadãos mais informados e, portanto, mais politicamente ativos e que as VAA tiveram um impacto positivo na participação eleitoral. Além disso, refere que estas aplicações motivam os seus

utilizadores a pesquisar informações adicionais sobre as questões apresentadas nas aplicações. Fivaz e Nadig (2010) acrescentam que fomentam a discussão política entre amigos e colegas de trabalho.

Kamoen et al. (2015) apresentam num estudo que realizaram a partir de dados recolhidos nas VAA: *Kieskompas* e *Stemwijzer*² que o conhecimento sobre partidos políticos e pontos de vista partidários dos utilizadores aumentou depois da utilização da VAA; que os efeitos do conhecimento foram maiores para certos grupos de usuários VAA, nomeadamente entre os jovens. E que os seus utilizadores encaram este instrumento de aconselhamento com seriedade, produzindo efeitos positivos no seu conhecimento sobre assuntos políticos.

Schultze (2014) apresenta os resultados de uma pesquisa online que realizou aquando das eleições federais alemãs em 2009 e que tinha como propósito examinar o impacto do VAA alemão – *Wahl-O-Mat* – quanto ao conhecimento político dos seus utilizadores no que concerne às posições partidárias durante as eleições federais alemãs. E nos resultados obtidos mostra que o *Wahl-O-Mat* uma vez usado tem um efeito positivo no conhecimento político, indicando que os efeitos eleitorais podem ser parcialmente explicados por assistirmos a uma mudança quanto ao nível de informação dos utilizadores. Na introdução ao seu artigo argumenta que a Internet é capaz de revitalizar a participação política e principalmente mobilizar os jovens para lidar com a política (Schultze, 2014).

E se os estudos sobre os efeitos das VAA na educação e formação é inconclusiva e insuficiente para afirmar que estamos perante uma ferramenta digital eficaz e capaz de

² *Kieskompas* e *Stemwijzer* são dois sites holandeses de aconselhamento eleitoral, isto é são duas aplicações de ajuda ao voto (VAA).

motivar os jovens para a participação política contrariando desta maneira os níveis de apatia democrática, a verdade é que estamos em condição de afirmar que esta é uma ferramenta com potencial educativo e que pode melhorar a literacia política dos jovens.

METODOLOGIA

Neste ponto apresenta-se a metodologia da investigação desenvolvida, que teve como propósito dar resposta à questão-problema: **de que forma o uso de aplicações digitais na escola pode contribuir para a construção de conhecimento político, fomentar a discussão política e promover nos futuros jovens eleitores maior participação democrática em Portugal?**

A partir do problema foram formuladas três questões de investigação:

1. De que forma está prevista a construção de conhecimento político por parte dos alunos ao longo da sua escolaridade, de acordo com os documentos de orientação curricular nacional?
2. Como é fomentada a participação democrática dos jovens na escola, nomeadamente no 3º ciclo e no ensino secundário no Agrupamento de Escolas em estudo?
3. Que contribuições podem dar as aplicações digitais para a construção de conhecimento político e para o envolvimento dos jovens na participação democrática?

A natureza do estudo, as opções metodológicas, o contexto, os participantes e os procedimentos utilizados para a recolha e análise de dados serão descritos e fundamentados neste capítulo reforçando assim “a validade interna do trabalho” (Lessard-Hébert, 1996, p. 77).

2.1 Natureza do Estudo e Opções Metodológicas

Segundo Amado (2013), o primeiro aspeto a considerar numa investigação é o que se pretende aprender ou entender, isto é, formular uma questão/problema que evidencie pertinência, necessidade de discussão, significação e que acima de tudo seja exequível de investigação. Seguidamente devem ser avaliados os caminhos possíveis para conduzir a investigação e definir uma estratégia “em termos de metodologia de pesquisa” (p. 119).

Considerando que as aplicações digitais podem contribuir para a construção de conhecimento, fomentar a discussão política e promover nos futuros jovens eleitores maior participação democrática em Portugal decidimos realizar uma revisão sistemática da literatura para aferir o que é referido a este respeito. Segundo Creswell (2000), a revisão de literatura é útil para um enquadramento do problema em estudo uma vez que “fornece um pano de fundo útil para o problema ou para a questão” (p.46). Num segundo momento foram definidos objetivos de investigação tendo presente os resultados da revisão de literatura e, finalmente, num terceiro momento definimos o desenho metodológico a adotar para nosso estudo.

A investigação segue uma abordagem investigativa de cariz qualitativo (Tukman, 2000), adotando como método o estudo de caso, de natureza fenomenológica interpretativa, uma vez que se procura “a compreensão das intenções e significações” por meio de “processos inferenciais e indutivos” (Amado, 2013, p.40–41) de um contexto concreto, uma realidade escolar. Na realidade escolar em estudo procuramos conhecer quais as perspetivas e práticas de alunos e professores relativamente à sua participação enquanto cidadão e também aferir se uma aplicação digital poderia contribuir para a construção de conhecimento político, fomentar a discussão política e suscitar nos jovens maior

participação no meio em que estão inseridos. Segundo Flick (2009), a pesquisa qualitativa “parte da noção da construção social das realidades em estudo, está interessada nas perspetivas dos participantes, em suas práticas do dia a dia e em seu conhecimento quotidiano relativo à questão em estudo” (p.16).

A pesquisa qualitativa enquanto pesquisa envolve, segundo Denzin e Lincoln (2006), uma postura interpretativa da realidade alvo de estudo, independentemente das práticas metodológicas utilizadas, isto é, “não privilegia nenhuma prática metodológica em relação a outra” (p.20). Portanto, deve o investigador identificar uma realidade e definir uma metodologia que o permita fazer um caminho que lhe “ofereça” respostas às inquietações e interrogações ou que o ajude a “entender ou interpretar os fenómenos em termos dos sentidos que as pessoas lhes atribuem” (Flick, 2009, p.16).

O estudo de caso é frequentemente utilizado para estudar e explorar um determinado fenómeno (exploratório), assume um carácter holístico e descritivo e situa-se numa perspetiva fenomenológica (interpretativa). Gall (2007, como citado em Amado, 2013) refere o caso de estudo de caso “como um estudo em profundidade de um ou mais exemplos de um fenómeno no seu contexto natural, que reflete a perspetiva dos participantes nele envolvidos” (p.124). Yin (1994) define estudo de caso como uma estratégia de investigação usada “quando queremos saber o “como” e o “porquê” de acontecimentos atuais sobre os quais o investigador tem pouco ou nenhum controlo” (p.9).

O caso em estudo trata-se de um Agrupamento de Escolas (AdE), da rede pública portuguesa, situado na Área Metropolitana de Lisboa, com ensino secundário, tal como se apresenta de seguida.

2.2 Agrupamento de Escolas – Caracterização do Caso em Estudo

O estudo é desenvolvido num AdE, da rede pública portuguesa, situado na Área Metropolitana de Lisboa.

De acordo com os dados facultados no projeto educativo (PE) 2018/2019 –2021/2022 do AdE, este insere-se num concelho em que mais de metade da população ativa trabalha no setor terciário. A comunidade de residentes estrangeiros é muito diversa tendo sido registado um crescimento expressivo da sua população na primeira década do século XXI fenómeno que se reflete na atual população escolar do AdE. A população residente nesta área apresenta índices de escolaridade pouco elevados: 16% da população não concluiu nenhum nível de escolaridade; 49% concluiu como nível de escolaridade mais elevado o Ensino Básico, em que 20% corresponde ao 1.º ciclo, 11% ao 2.º ciclo e 18% ao 3.º ciclo; com o Ensino Secundário surge 17,24% da população residente e o Ensino Superior regista o valor de 16,6%.

Quanto ao Agrupamento de Escolas este é composto por 8 escolas (2 escolas pré-escolar; 4 escolas básicas 1.º ciclo; 1 escola básica 2º e 3º ciclo e 1 escola do 3º ciclo e ensino secundário) com um total de aproximadamente 2600 alunos e cerca de 230 docentes (Tabela 1).

Tabela 1

Composição do Agrupamento de Escolas caso de estudo

Agrupamento de Escolas

| | |
|--------------------------|------|
| <i>Total de Escolas</i> | 8 |
| <i>Total de Docentes</i> | 229 |
| <i>Total de Alunos</i> | 2600 |

Em concreto o estudo realiza-se na escola do 3º ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário, com aproximadamente 920 alunos, distribuídos pelos vários níveis de ensino como nos mostra a Tabela 2.

Tabela 2

Composição da escola pertencente ao Agrupamento de Escolas, no qual foram realizadas as entrevistas.

| <i>Anos de Escolaridade</i> | <i>Alunos</i> | <i>Turmas</i> |
|--|---------------|---------------|
| <i>7.º Ano</i> | 111 | 4 |
| <i>8.º Ano</i> | 71 | 3 |
| <i>9.º Ano</i> | 146 | 6 |
| <i>CEF- Cursos de Educação e Formação</i> | 29 | 2 |
| <i>10.º Ano</i> | 210 | 7 |
| <i>11.º Ano</i> | 138 | 5 |
| <i>12.º Ano</i> | 131 | 4 |
| <i>Cursos profissionais (1.º, 2.º e 3.º ano)</i> | 84 | 7 |
| Total | 920 | 38 |

A população discente, da escola da qual pertencem os participantes do estudo, distribui-se por: 369 alunos e alunas do 3.º. Ciclo (340 no ensino regular e 29 nos cursos de educação e formação (CEF) e 563 alunos e alunas do ensino secundário (479 frequentam o ensino regular e 84 frequentam cursos profissionais). São oriundos de outros países cerca de 184 alunos do 3.º. Ciclo e 142 do ensino secundário. Deste conjunto total de alunos cerca de 359 beneficiam de ação social escolar – SASE, e 56 apresentam necessidades de saúde especiais, ver tabela 3.

Tabela 3*Caracterização dos alunos do 3.º Ciclo e Ensino Secundário*

| Anos de escolaridade | Alunos | | | | |
|----------------------|------------|------------|------------|-----------|---------------------|
| | Sexo | | Com SASE | Com NSE | Outra Nacionalidade |
| | Masculino | Feminino | | | |
| 3.º CICLO | 189 | 151 | 158 | 19 | |
| CEF | 24 | 5 | 20 | 1 | 184 |
| Ensino secundário | 222 | 257 | 142 | 20 | 142 |
| Curso profissional | 73 | 11 | 39 | 16 | |
| Total | 508 | 424 | 359 | 56 | |

O lema do AdE tem como principal foco a aprendizagem e a ação para uma cidadania consciente e ativa na sociedade democrática portuguesa, pautando-se pelos valores éticos, partilha, responsabilidade, transparência, tolerância, profissionalismo, cidadania ativa, aplicação dos princípios democráticos e por preocupações de índole ecológica.

2.3 Participantes no Estudo

Para a realização da investigação, foram selecionados para participar no estudo alunos e professores do 3º ciclo e ensino secundário, das disciplinas de Cidadania e Desenvolvimento (CeD), História e Filosofia.

Os alunos do 3º ciclo e do ensino secundário integrarem um grupo único para a realização de entrevista focal. Na seleção dos estudantes, realizada com o apoio da Direção do AdE, teve-se em consideração o facto dos alunos frequentarem as disciplinas de CeD, História e Filosofia. No *focus group* participaram 4 alunos do 3º ciclo e 4 do ensino secundário.

No caso dos professores, participaram no estudo 3 professores que lecionam no 3º ciclo e no ensino secundário, nomeadamente nas disciplinas de CeD, História e Filosofia, um de cada uma das disciplinas. Aos professores foi realizada uma entrevista semidiretiva individual.

A seleção do grupo de professores participantes justifica-se pelas disciplinas por si lecionadas, uma vez que se trata de disciplinas nas quais se identifica a definição de orientações curriculares a nível macro acerca do tema em estudo.

2.4 Procedimentos de Recolha e de Análise de Dados

Para a operacionalização da investigação, dividimos o processo de recolha de dados em duas fases: i) análise documental, e ii) realização de entrevistas a alunos e a professores.

A análise documental realizada foi relativa a dois tipos de fontes de informação: a) documentos oficiais de orientação curricular publicados pelo Ministério de Educação; e b) documentos do AdE em estudo.

Numa segunda fase, foram realizadas entrevistas individuais do tipo semidiretivo a professores e entrevista em grupo focal a alunos.

São essas fases de recolha de dados que se apresentam de seguida.

Antes de iniciarmos a análise documental, procedemos a uma aproximação à temática em estudo, através da realização de uma pesquisa bibliográfica com recurso à técnica de revisão sistemática de literatura, o que nos permitiu conhecer de modo geral o estado da arte sobre a temática em estudo e, desse modo, reunirmos informação e conhecimento relevante que nos guiou no desenvolvimento metodológico da investigação.

A pesquisa bibliográfica começou por ter como foco a educação e participação política e o papel das tecnologias digitais neste contexto, de forma a contextualizar o estudo.

Seguidamente focámos a pesquisa no tema das aplicações digitais e o seu potencial enquanto instrumento motivador de participação democrática e enquanto instrumento educativo ao serviço da democracia e participação cívica.

A pesquisa bibliográfica trata-se de uma etapa fundamental na realização de um trabalho de investigação uma vez que é através da pesquisa e estudo de publicações já impressas que o investigador tem contacto com o conhecimento já adquirido acerca do tema que se

propõe a estudar e é a partir deste conhecimento que irá construir uma base para dar sustentação teórica e credibilidade à pesquisa que se propõe desenvolver.

Segundo Gil (2008),

qualquer que seja a pesquisa, a necessidade de consultar material publicado é imperativa. Primeiramente, há a necessidade de se consultar material adequado à definição do sistema conceitual da pesquisa e à sua fundamentação teórica. Também se torna necessária a consulta ao material já publicado tendo em vista identificar o estágio em que se encontram os conhecimentos acerca do tema que está sendo investigado (p. 75).

Partindo deste pressuposto realizou-se um levantamento bibliográfico acerca do tema em estudo a partir do sistema de pesquisa do Repositório Biblioteca da Universidade de Lisboa, no Google Académico, delimitando a pesquisa a um período entre 2015 e 2022 e usando conceitos chave – Eleições, Jovens, “Ajuda de Voto”, “Participação Política”. Os resultados desta pesquisa permitiram ao investigador desenvolver o enquadramento teórico e construir os instrumentos de recolha de dados.

2.4.1 Análise Documental

A análise documental foi relativa a dois tipos de fontes de informação: a) documentos oficiais de orientação curricular publicados pelo Ministério de Educação; e b) documentos do AdE em estudo.

Para isso, fizemos inicialmente um levantamento dos documentos oficiais publicados pelo Ministério de Educação, nomeadamente:

- i. Lei de Bases do Sistema Educativo – Lei n.º46/86 (LBSE)
- ii. Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (PA)

- iii. Aprendizagens Essenciais (AE)– Básico e Secundário das disciplinas de História, Filosofia e Cidadania e Desenvolvimento
- iv. Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC)

Depois de selecionado o caso em estudo, procedemos também à pesquisa de documentos públicos do Agrupamento de Escolas em estudo, nomeadamente através do seu website, considerados relevantes para a investigação. Assim, foram analisados os seguintes documentos do AdE:

- i. Projeto Educativo (PE)2018/19– 20121/22
- ii. Plano Anual de Atividades (PAA) 2019–2020
- iii. Plano Anual de Atividades (PAA) 2021–2022

Após a recolha documental, procedemos à sua análise com recurso à técnica de análise de conteúdo (Bardin, 2016).

2.4.2 Entrevista Semidiretiva a Professores

No estudo aplicámos esta técnica de recolha de dados aos professores participantes por ser uma técnica que permite ao investigador obter informações importantes para o “estudo e compreensão do ser humano” (Aires, 2015) sendo por isso muito comum e utilizada no paradigma qualitativo. Além disso, a sua “flexibilidade” (Coutinho, 2011) dá oportunidade ao investigador “de moldar o seu conteúdo” (Bogdan & Biklen, 1994, p. 135), ou seja, realizar ajustes e adaptações quanto às questões e/ou informações, que possam vir a revelar-se pertinentes para o estudo, e a partir daí “desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspetos do mundo” (Bogdan & Biklen, 1994,

p.134); como ao entrevistado de se sentir mais à vontade e livre para se expressar acerca do tema ou questão apresentada (Amado, 2013; Gil, 2008).

Segundo Bogdan & Bilken (1994), o entrevistador deve assumir um papel imparcial, encorajar os entrevistados a expressarem o que sentem e conhecem acerca da questão, e ter o cuidado de não modificar ou interferir nos pontos de vista, mas sim tentar compreender as razões que estão na sua origem. As entrevistas devem ser realizadas em ambiente favorável ao entrevistado, de forma que este se sinta confortável e à vontade para falar (Coutinho, 2011).

A entrevista semidiretiva (Amado, 2013; Coutinho 2014), enquanto técnica de recolha de dados, é utilizada na pesquisa qualitativa uma vez que permite ao investigador, apoiado nos seus objetivos de investigação, definir um conjunto de questões orientadoras, pré-definidas num guião, construir um diálogo intencional “numa ordem lógica para o entrevistador”, com o objetivo de obter informação do entrevistado, incitando-o a explorar e apresentar com espontaneidade e liberdade a sua interpretação sobre os assuntos em questão, na verdade “o essencial do que se pretende obter” (p. 208).

Ludke e André (1986, citado por Amado, 2013) refere-se à entrevista semidiretiva segundo “como um dos principais instrumentos da pesquisa de natureza qualitativa, sobretudo pelo facto de não haver uma imposição rígida de questões” “possibilitando a captação imediata e corrente das informações desejadas” (p. 209).

Para a realização das entrevistas foi construído um guião de entrevista no qual foram definidas questões abertas e fechadas sobre o tema relativo ao problema em estudo. Além disso foi preparado um documento que foi entregue a cada entrevistado no qual foram explicados os objetivos e propósito da entrevista, assim como um termo de consentimento

informado que foi assinado e entregue antes da realização das entrevistas. Os dados foram gravados em formato áudio, com a devida autorização dos entrevistados, e, posteriormente, transcritos e sujeitos a tratamento recorrendo à técnica de análise de conteúdo.

As entrevistas com os professores foram realizadas individualmente, de acordo com a disponibilidade dos professores, tendo as mesmas ocorrido entre os dias 12 e 19 de Julho de 2022 por videoconferência com recurso à aplicação Zoom-Colibri. Foi gravado somente o áudio das entrevistas, após autorização dos entrevistados e entrega do termo de consentimento informado assinado.

Tabela 4

Data e duração das entrevistas semidiretivas aos professores

| Código do entrevistado | Data da Entrevista | Duração da Entrevista |
|------------------------|--------------------|-----------------------|
| P1_F | 12.07.2022 | 37´24 |
| P2_A | 12.07.2022 | 32´03 |
| P3_S | 19.07.2022 | 59´ |

2.4.2.1 Guião de Entrevista aos Professores

Segundo Amado (2013) a construção de um guião é fundamental para uma direção eficaz de uma entrevista. A sua construção deve ter presente o tipo de entrevista – livre, diretiva, semidiretiva, grupo focal (Gil, 2008). Para a presente investigação foram realizados **dois tipos de guião** – um para a entrevista semidiretiva aos professores e outro para a entrevista em grupo focal aos alunos, ambos construídos e estruturados em blocos temáticos de acordo com os objetivos da investigação. O guião é essencial para evitar dispersão e assim

servir aos propósitos definidos nos objetivos da investigação, porém deve ser flexível e deve permitir ao entrevistador liberdade para uma conversa mais num estilo informal.

As fontes usadas para a sua construção dos guiões foram a revisão sistemática da literatura e a análise documental dos documentos curriculares disponibilizados pelo Ministério de Educação. Embora tenham sido utilizadas no nosso estudo dois diferentes tipos de entrevista, os guiões que precederam e orientaram as entrevistas obedeceram à mesma estrutura:

1. breve apresentação do propósito geral do estudo;
2. participantes a quem se destina a entrevista;
3. definição de objetivos gerais e específicos;
4. condições para a realização das entrevistas: procedimentos relativamente ao contacto com os participantes, formato da entrevista (presencial ou online), consentimento informado;
5. blocos temáticos, objetivos e tópicos orientadores das questões (ver quadro 2).

Quadro 2

Excerto da tabela utilizada para construção do guião de entrevista

| BLOCO TEMÁTICO | OBJETIVOS | TÓPICOS ORIENTADORES DAS QUESTÕES |
|------------------------------|---|---|
| 1. LEGITIMAÇÃO DA ENTREVISTA | 1.1 Contextualizar o estudo e objetivos da entrevista | Informação sobre o contexto e objetivos do estudo. Informar acerca da duração aproximada da entrevista. |

O guião da entrevista aos professores (Apêndice 3) apresenta 6 blocos temáticos:

1°. Bloco designado de "**Legitimação da entrevista**" visou contextualizar o participante acerca da investigação e quais os objetivos da entrevista; agradecer a disponibilidade e colaboração na participação do estudo, informar acerca do anonimato e confidencialidade do conteúdo da entrevista e solicitar a autorização para gravação áudio da entrevista.

2°. Bloco designado de "**Perfil do entrevistado**" que teve como propósito recolher informação estatística acerca do entrevistado: idade; género; tempo de serviço, ciclo letivos e disciplinas que atualmente leciona, formação inicial e na área das tecnologias.

3°. Bloco designado de "**Conhecimento político**" perceber quais as perceções dos professores participantes sobre o que está previsto nos documentos de orientação curricular nacional, nomeadamente o Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória; as Aprendizagens Essenciais; a Estratégia Nacional para a Cidadania; o Plano Anual de Atividades e o Projeto Educativo (estes dois últimos referentes ao Agrupamento de escolas em estudo) relativamente à construção de conhecimento político nos alunos ao longo da sua escolaridade.

Descrever de que forma os professores participantes, de acordo com estes documentos, promovem o conhecimento político quer em sala de aula ou fora dela e identificar quais os tópicos de conteúdo trabalhados por si tem prevista a construção de conhecimento político por parte dos alunos.

4°. Bloco designado de "**Fomento da participação democrática**" teve por objetivo aferir que atividades, estratégias e ferramentas foram utilizadas pelos professores participantes para fomentar a participação democrática dos alunos na escola,

nomeadamente entre os alunos dos 3º ciclos do ensino básico e ensino secundário no caso em estudo e descrever a perceção dos professores relativamente à relação dos jovens com as questões de participação política.

5.º Bloco designado de **“Uso de tecnologias no fomento da participação democrática”**

Identificar as perceções dos professores participantes sobre as mais valias no uso de tecnologias para o fomento da participação democrática, bem como identificar quais as ferramentas digitais utilizadas por si para a construção de conhecimento político dos alunos

6.º Bloco designado de **“Questões Finais e agradecimentos”**

o investigador agradeceu mais uma vez a participação e colaboração no estudo, referiu mais uma vez que todos os dados resultantes da entrevista serão meramente usados no estudo inerente à dissertação de mestrado do investigador; questionou os participantes se necessitavam de algum esclarecimento ou informação adicional acerca do que havia sido falado durante a entrevista e por fim aferiu a disponibilidade dos participantes caso houvesse necessidade de uma segunda entrevista.

Ambos os guiões foram validados quanto à sua relevância, clareza e compreensão (Hill & Hill, 2009) tendo sido para isso submetidos à apreciação quer pela professora orientadora quer por mais três investigadores especialistas na área de educação, de forma a garantir que são efetivos e respondem ao problema e aos objetivos definidos.

No processo de validação foram identificadas algumas inconsistências passíveis do levantamento de dúvidas tais como: conceitos e verbos, questões e categorias que precisavam de ser reorganizadas, clarificadas e alteradas de maneira a garantir a sua coerência, consistência e equilíbrio face aos objetivos propostos (quadro 3). Seguindo as

orientações assinaladas foram realizadas as devidas alterações e ajustes e definida uma versão final do guião (Apêndice 4).

Quadro 3

Ajustes realizados ao Guião de Entrevista semidiretiva aos professores após validação por especialistas

| Validação por especialistas | Antes | Depois |
|--|--|--|
| Objetivos gerais | | Introdução de um objetivo geral acerca das tecnologias: Caracterizar o papel das tecnologias digitais na construção de conhecimento político e no fomento da participação democrática |
| Condições para a realização das entrevistas: | Os participantes serão abordados por e-mail para o agendamento das entrevistas. As entrevistas serão realizadas por videoconferência (Zoom–Colibri/Google Meet). | Deverá ser acrescentado ao que estava antes: – Informação sobre o termo de consentimento informado – <i>o investigador envia ao Diretor do agrupamento o documento de consentimento informado para que este possa ser entregue aos encarregados de educação de forma que estes atempadamente o possam ler, autorizar a participação dos seus educandos e assinar a fim de ser entregue antes da entrevista.</i> |
| Questões | De uma forma geral, a perceção é a de que os jovens não se envolvem em política e não se interessam por questões políticas. Concorda com esta afirmação? Em caso de resposta negativa, quais as razões para a sua inexistência? Que contributo deram as tecnologias para o fomento da participação política? | Reformulação de questões: Na leitura habitual, os jovens surgem associados a um baixo nível de participação, sendo geralmente tidos como apáticos, desengajados e pouco mobilizados do ponto de vista cívico e político (Loader, 2007; Loader, Vromen e Xenos, 2014) ou, no melhor dos casos, o seu comportamento político é tido como “incerto” (Collin, 2015). (Batista & Simões, 2022, p.10) Concorda com esta afirmação? Em caso de resposta negativa, quais lhe parecem ser as razões para a sua inexistência? Que contributo podem dar as tecnologias utilizadas na escola para o fomento da participação política? |

2.4.3 Entrevista em Grupo Focal a Alunos

No caso dos alunos, para os inquirir optou-se por recorrer à entrevista em grupo focal uma vez que permite reunir um conjunto de pessoas “representantes de uma determinada população na discussão de um tema previamente fixado” (Amado, 2013, p.225). Discussão que deverá ser conduzida e mediada por um moderador (neste caso o investigador)

“flexível, objetivo, enfático, persuasivo, um bom ouvinte” (Fontana & Frey, 2000, p.652) de forma a conduzir o grupo para que este apresente as suas ideias, vivências e argumentações sem que não haja extravase e/ou desfoque do tema em questão. O grupo deve ser encorajado a falar sobre o tema proposto, sendo para tal promovida uma atmosfera na qual todos os participantes se sintam livres e confortáveis em participar e apresentar os seus pontos de vista acerca do tema subjacente. O moderador/entrevistador deve procurar “obter respostas de todo o grupo a fim de permitir a maior abrangência possível do tópico” (Flick, 2004, p.125).

Deste modo, considerou-se ser uma técnica mais adequada para recolher dados junto dos alunos colocando-os a falarem em conjunto sobre um tema comum às suas experiências enquanto alunos da mesma escola. O grupo dos participantes não têm necessariamente de estar familiarizados entre si. A homogeneidade do grupo é, segundo Amado (2013), determinada pelos objetivos do investigador, contudo uma “homogeneidade do grupo permite uma maior profundidade na recolha de dados, na medida em que os participantes se identificam mais facilmente com a experiência coletiva” (p. 229).

Segundo Amado (2013) a “interação que se gera no interior do grupo é, portanto, o principal meio e fonte de dados e é a sua principal característica” (p.226).

A marcação e realização das entrevistas só foi possível após a receção do email no dia 1 de Junho de 2022 da Direção-Geral da Educação (DGE), através do sistema de Monitorização de Inquéritos em Meio Escolar (MIME) a autorizar a aplicação da entrevista em meio escolar (Anexo 2). Autorização recebida o investigador comunicou de imediato à orientadora e seguidamente estabeleceu contacto por e-mail com a Direção do Agrupamento de Escolas,

que se prontificou a colaborar com os contactos iniciais aos participantes e a facilitar o contacto com os encarregados de educação, enviando o termo de consentimento informado. No dia 14 de Junho de 2022 pelas 15 horas foi realizada, numa sala de aula disponibilizada pela direção da escola, a entrevista ao grupo focal que teve a duração de 50 minutos. Esta entrevista foi presencial e cumpriu os requisitos da técnica de entrevista grupo focal. Um grupo focal deve ser constituído por “indivíduos que partilham uma característica particular” e deve ser “suficientemente grande para que o investigador não sobressaia, mas suficientemente pequeno para que não se deixe submergir pela tarefa” (Bogdan & Bilken, p.92). O grupo de participantes foi constituído por 4 alunos do 8.º ano e 4 alunos do 10.º ano.

Antes de dar início à entrevista, os participantes foram novamente informados sobre os objetivos do estudo e foi pedido o seu consentimento quer para participar no estudo quer para gravar a entrevista assim como foram recolhidos os termos de consentimento informado assinados pelos respetivos encarregados de educação. Com este procedimento respeitamos os princípios éticos definidos na Carta de Ética do Instituto de Educação, da Universidade de Lisboa.

A entrevista teve como base um guião previamente elaborado de acordo com objetivos do estudo e validado por três especialistas (Apêndice 6). A entrevista grupo focal teve uma duração aproximada de 50 minutos.

2.4.3.1 Guião de Entrevista Grupo Focal aos Alunos

O guião da entrevista aos alunos apresenta 6 blocos temáticos (Apêndice 6)

1º. O bloco designado de "**Legitimação da entrevista**" teve como objetivo: contextualizar os participantes acerca da investigação e dos objetivos da entrevista;

agradecer a disponibilidade e colaboração na participação do estudo, informar acerca do anonimato e confidencialidade do conteúdo da entrevista e solicitar a autorização para gravação áudio da entrevista.

2°. O bloco designado de **“Perfil do grupo”** teve como propósito recolher informação estatística acerca dos participantes no caso dos alunos: idade; género; escolaridade.

3°. Designado de **“Conhecimento político e participação democrática”** teve como objetivo identificar o interesse dos alunos por assuntos relativos à Política; qual o seu conhecimento sobre assuntos de cariz político como por exemplo: identificar e perceber como funcionam as instituições democráticas, de que forma participa na escola e sociedade; identificar e descrever de que forma e quais as atividades que foram realizadas na escola e que consideram terem sido fundamentais para a construção do seu conhecimento político e motivaram à sua participação democrática.

4°. Bloco designado de **“Fomento da participação democrática”** teve como objetivo identificar e descrever como foi fomentada nos alunos a participação democrática na escola e qual foi a sua receptividade aquando da proposta deste género de atividades.

5°. Bloco designado de **“Uso de tecnologias no fomento da participação democrática”** teve como objetivo identificar que papel tiveram as tecnologias na construção de conhecimento político e de que forma fomentaram a participação democrática dos alunos; identificar e descrever quais as atividades decorrentes do uso de tecnologias.

6°. Bloco designado de **“Questões Finais e agradecimentos”** o investigador agradeceu mais uma vez a participação e colaboração no estudo, referiu mais uma vez que todos os dados resultantes desta entrevista serão meramente usados no estudo inerente à dissertação de mestrado do investigador; questionou os participantes se necessitavam de

algum esclarecimentos ou informações adicionais acerca do que havia sido falado durante a entrevista e por fim aferiu a disponibilidade dos participantes caso houvesse necessidade de uma segunda entrevista.

Após o processo de validação do guião da entrevista, descrito no ponto 2.4.2.1, apresentam-se as alterações que resultaram desse procedimento realizado por investigadores convidados, ver quadro 4.

Quadro 4-

Ajustes realizados ao Guião de Entrevista grupo focal após validação por especialistas

| Validação por especialistas | Antes | Depois |
|---|---|---|
| Objetivos gerais | Estavam definidos 4 objetivos gerais. | Sugestão para redução de 4 objetivos para dois objetivos gerais: 1. Perceber como as atividades de ensino relativas à política e participação democrática realizadas na escola promovem a construção de conhecimento político e fomentam a participação democrática por parte dos alunos. 2. Caracterizar o papel das tecnologias digitais na construção de conhecimento político e no fomento da participação democrática. |
| Condições para a realização das entrevistas | Indicação de como os participantes seriam contactados e entrevistados | Introdução: - Termo de consentimento informado - Autorização dos encarregados de educação <i>“o investigador envia ao Diretor do agrupamento o documento de consentimento informado para que este possa ser entregue aos encarregados de educação de forma que estes atempadamente o possam ler, autorizar a participação dos seus educandos e assinar a fim de ser entregue antes da entrevista.</i> |
| Questões | | Organização da disposição das questões; Adaptações na linguagem usada na formulação das questões. |

2.5 Questões Éticas

A dimensão ética foi assegurada em todas as etapas referentes ao processo de desenvolvimento e aplicação dos instrumentos utilizados para a recolha de dados, tendo sido para tal redigido e apresentado para avaliação e aprovação um pedido de parecer à Comissão de Ética, do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, o qual foi aprovado e se encontra em anexo (Anexo 1) Neste parecer o investigador comprometeu-se a informar os participantes sobre o processo de recolha em dois momentos: numa fase prévia por escrito, através de documento enviado, e numa segunda fase, no momento da entrevista, oralmente e no início da gravação. Tendo sido solicitado aos participantes a assinatura do termo do consentimento informado (Apêndice 2) e, no caso de menores de idade, a assinatura pelos seus encarregados de educação (Apêndice 1).

Além do pedido de parecer, o investigador, antes de proceder à recolha dos dados junto dos participantes, fez um pedido de autorização para aplicação de inquéritos de estudos de investigação em meio escolar, tendo submetido para apreciação da Direção-Geral da Educação (DGE), através do sistema de Monitorização de Inquéritos em Meio Escolar (MIME) os instrumentos de inquirição, em conformidade com o Despacho n.º 15847/2007, publicado no DR 2.ª série n.º 140 de 23 de julho. Pedido esse que foi registado a 18 de Abril de 2022 e aprovado com o n.º. de inquérito 0825900001 e 0825900002 (Anexo 2).

Foi ainda garantida a confidencialidade e anonimato dos participantes, respeitando assim as orientações do Regulamento Geral de Proteção de Dados, Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto. Quanto aos dados recolhidos foi garantido aos participantes, no convite endereçado e antes da realização das entrevistas, que os mesmos serão apenas utilizados no âmbito do projeto tal como o anonimato e confidencialidade dos mesmos, não sendo partilhados com

terceiros. No seu tratamento a identidade dos participantes será protegida através de codificação das informações recolhidas sobre cada um e os dados recolhidos serão destruídos após a finalização do projeto.

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

3.1 Apresentação dos Resultados da Análise Documental

No ponto 3.1 temos como principal objetivo apresentar os resultados da análise documental, nomeadamente, procuraremos averiguar de que forma a educação para a participação democrática está presente nos documentos oficiais e de que forma as tecnologias digitais estão contempladas na construção do conhecimento político, fomento da discussão política e promoção da participação democrática.

3.1.1 Educação para a Participação Democrática nos Documentos de Orientação Curricular Nacionais

Tendo presente os objetivos da investigação foram analisados os documentos de orientação curricular disponibilizados pela Direção-Geral de Educação. Os documentos analisados são apresentados no quadro 5.

Quadro 5-

Documentos oficiais de orientação curricular publicados pelo Ministério de Educação

| |
|---|
| Lei de Bases do Sistema Educativo – Lei n.º46/86 (LBSE) |
| Aprendizagens Essenciais (AE)– Ensino Básico das disciplinas de História, Cidadania e Desenvolvimento |
| Aprendizagens Essenciais (AE)– Ensino Secundário das disciplinas de História, Filosofia e Cidadania e Desenvolvimento |
| Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC) |
| Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (PA) |

A **LBSE** é a lei que estabelece o quadro geral que rege o sistema educativo português, datada de 1986, publicado após o 25 de Abril de 1974, é uma lei marcada pelo processo de democratização e entrada de Portugal na CEE –Comunidade Económica Europeia. Estabelece como objetivo da educação nacional a sua democratização e a igualdade de acesso e oportunidades escolares a todos os portugueses. E propõe-se “para o desenvolvimento

pleno e harmonioso da personalidade dos indivíduos, incentivando a formação de cidadãos livres, responsáveis, autónomos e solidários e valorizando a dimensão humana do trabalho” (Art. 2.º, ponto 4).

No artigo 2 da LBSE fala-se da necessidade do desenvolvimento nos alunos de um espírito “democrático e pluralista, respeitador dos outros e das suas ideias, aberto ao diálogo e à livre troca de opiniões, formando cidadãos capazes de julgarem com espírito crítico e criativo o meio social em que se integram e de se empenharem na sua transformação progressiva”.

No art. 7 alínea i) refere como objetivo do ensino básico “proporcionar a aquisição de atitudes autónomas, visando a formação de cidadãos civicamente responsáveis e democraticamente intervenientes na vida comunitária”, ou seja o aluno deve ser capacitado e incentivado a intervir e agir não só no seu meio escolar como também em comunidade.

No art. 9 alínea a) menciona como objetivo do ensino secundário a importância do desenvolvimento de competências cognitivas e metodológicas que permitam ao aluno o prosseguimento dos seus estudos académicos bem como para sua inserção na vida ativa.

No artigo 50 da LBSE é feita a menção que os planos curriculares deverão incluir em todos os ciclos uma área de formação pessoal e social mencionando a educação para a participação nas instituições, serviços cívicos e outros do mesmo âmbito como uma destas áreas.

Neste documento a palavra **Democracia** nunca é referida, porém são referidas 10 vezes palavras derivadas tais como: “democratização” “democrático”, “democraticidade”. A palavra **Política** é quase sempre associada a “política educativa”. Havendo uma menção à palavra política no qual se refere que o “Estado não pode atribuir-se o direito de programar a

educação e a cultura segundo quaisquer diretrizes filosóficas, estéticas, políticas, ideológicas ou religiosas” (Art. 2, 3.a). As palavras **Participação** e **Participar** surgem 15 vezes e a palavra **Tecnologias** surge unicamente duas vezes, uma vez associada ao ensino a distância e outra à educação extraescolar.

As **Aprendizagens Essenciais** são documentos de orientação curricular construídas a partir dos “planos curriculares”, mencionados no artigo 50 da LBSE, que visam a construção de conhecimentos e desenvolvimento de competências que se encontram inscritas no Perfil dos Alunos (PA).

Nesse sentido, assumindo a importância desta fonte para responder à primeira questão do nosso estudo – De que forma está prevista a construção de conhecimento por parte dos alunos ao longo da sua escolaridade, de acordo com os documentos de orientação curricular nacional? fez-se um levantamento do que está presente no documento das aprendizagens essenciais referentes às disciplinas de História, de Filosofia e de Cidadania e Desenvolvimento (CeD).

No que diz respeito à disciplina de **História**, segundo o documento das Aprendizagens Essenciais, pretende-se que o aluno do 3.º ciclo “adquirir uma consciência histórica que lhe permita assumir uma posição crítica e participativa na sociedade”, mas para tal é fundamental que o aluno compreenda os fundamentos e razões históricas que estão subjacentes às relações entre os homens. Que olhe o passado como aprendizagem para o presente e futuro: “A História, através da análise fundamentada e crítica de exemplos do passado, é uma disciplina fundamental para promover a cultura de autonomia e responsabilidade, referida no documento PA” (DGE, 202, p.2).

As aprendizagens essenciais do Ensino Secundário pretendem consolidar a compreensão holística do mundo, bem como a consciência histórica de forma que os alunos assumam um papel ativo em sociedade, tenham uma postura crítica e fundamentada, interventiva e participativa. Que a sua identidade individual e coletiva assente numa perspetiva humanista. Que sejam capazes de olhar a realidade em redor e descodificar, a partir da análise exaustiva das fontes, a verdade na informação, ou seja desconstruir a informação e identificar o erro e a ilusão de modo a promover “uma intervenção consciente e democrática na vida coletiva.” (DGE, 2021, p.2).

Na disciplina de **Cidadania e Desenvolvimento (CeD)** no ensino básico, pretende-se que os alunos adquiram conhecimentos e valores conducentes à formação de uma personalidade humanista, de espírito social e participativo, isto é “cidadãos democráticos, participativos e humanistas, numa época de diversidade social e cultural crescente, no sentido de promover a tolerância e a não discriminação, bem como de suprimir os radicalismos violentos” (p.2).

No quadro seguinte apresenta-se a análise das aprendizagens essenciais das disciplinas de história e de cidadania e desenvolvimento no ensino básico, destacando-se o que se refere ao tema em estudo (Quadro 6).

Quadro 6

Resultado da análise das AE de História e CeD do Ensino Básico

| História | CeD |
|---|---|
| <p>“Reconhecer a importância dos valores de cidadania para a formação de uma consciência cívica e de uma intervenção responsável na sociedade democrática;”</p> <p>“Promover uma abordagem da História baseada em critérios éticos e estéticos”</p> <p>“Promover o respeito pela diferença, reconhecendo e valorizando a diversidade: étnica, ideológica, cultural, sexual;”</p> <p>“Valorizar a dignidade humana e os direitos humanos, promovendo a diversidade, as interações entre diferentes culturas, a justiça, a igualdade e equidade no cumprimento das leis;”</p> | <p>Preparar os alunos para a vida, para serem cidadãos democráticos, participativos e humanistas, numa época de diversidade social e cultural crescente, no sentido de promover a tolerância e a não discriminação, bem como de suprimir os radicalismos violentos.</p> <p>Contribuir para o incremento de atitudes e comportamentos, de diálogo e respeito pelos outros, alicerçados em modos de estar em sociedade que tenham como referência os direitos humanos, nomeadamente os valores da igualdade, da democracia e da justiça social.</p> <p>Aprendizagens esperadas por ciclo e por domínios: Conceção de cidadania ativa; Identificação de competências essenciais de formação cidadã (Competências para uma Cultura da Democracia);</p> <p>Os domínios a desenvolver na componente de CeD organizam-se em três grupos com implicações diferenciadas, o 2.º Grupo – Trabalho, pelo menos, em dois ciclos do ensino básico – tem como domínio: Instituições e participação democrática</p> |

Nota. Informações retiradas dos documentos das AE História e CeD

Nas aprendizagens essenciais da disciplina de **Filosofia** no ensino secundário visa-se a formação e preparação dos alunos enquanto cidadãos ativos e responsáveis. Constitui-se, assim, como uma contribuição para o desenvolvimento de competências consideradas imprescindíveis à construção de uma cidadania ativa, proporcionando aos alunos instrumentos necessários para o exercício pessoal da razão e desenvolvendo o raciocínio e as capacidades da reflexão e da curiosidade científica.

No quadro 7 apresenta-se a análise das AE das disciplinas de história, filosofia e cidadania e desenvolvimento do ensino secundário.

Quadro 7

Resultado da análise das AE de História, Filosofia e CeD do Ensino Secundário

| História | Filosofia | CeD |
|--|--|--|
| <p>Mobilizar conhecimentos de realidades históricas estudadas para fundamentar opiniões, relativas a problemas nacionais e do mundo contemporâneo, e para intervir de modo responsável no seu meio envolvente</p> <p>Problematizar as relações entre o passado e o presente e a interpretação crítica e fundamentada do mundo atual;</p> <p>Desenvolver a capacidade de reflexão, a sensibilidade e o juízo crítico, estimulando a produção e a fruição de bens culturais;</p> <p>Desenvolver a autonomia pessoal e a clarificação de um sistema de valores, numa perspetiva humanista;</p> <p>Desenvolver a consciência da cidadania e da necessidade de intervenção crítica em diversos contextos e espaços;</p> <p>Promover o respeito pela diferença, reconhecendo e valorizando a diversidade: étnica, ideológica, cultural, sexual;</p> <p>Valorizar a dignidade humana e os direitos humanos, promovendo a diversidade, as interações entre diferentes culturas, a justiça, a igualdade e equidade no cumprimento das leis.</p> | <p>Construção de uma cidadania ativa, proporcionando aos alunos instrumentos necessários para o exercício pessoal da razão e desenvolvendo o raciocínio e as capacidades da reflexão e da curiosidade científica.</p> <p>Aluno questionador, através do exercício de um pensamento crítico capaz de: mobilizar o conhecimento filosófico e as competências lógicas da filosofia para formular questões de modo claro e preciso; usar conceitos abstratos para avaliar informação; validar teses e argumentos através de critérios sólidos; avaliar os pressupostos e implicações do seu pensamento e o dos outros e comunicar efetivamente, na busca de solução de problemas que se colocam nas sociedades contemporâneas;</p> <p>Cuidador de si e dos outros, através de um pensamento e ação éticos e políticos que mobilizem com crescente complexidade o conhecimento filosófico para compreender, formular e refletir sobre os problemas sociais, éticos, políticos e tecnocientíficos que se colocam nas sociedades contemporâneas, e seu impacto nas gerações futuras, discutindo criticamente as teorias que se apresentam para a resolução desses problemas e assumindo, gradualmente, posições autónomas, devidamente fundamentadas e capazes de sustentar uma cidadania ativa; respeitador da diferença, ao ser capaz de um pensamento e ações inclusivos;</p> <p>Capaz de acolher a diferença individual e cultural num mundo globalizado, a partir da compreensão das razões axiológicas pelas quais as pessoas pensam e agem de formas diferentes;</p> | <p>*No ensino secundário, a escola decide a forma como implementa a componente de CeD.</p> |

Fato observado nos documentos das AE respeitante às disciplinas de História, CeD e

Filosofia foi a parca ou ausência do uso de palavras como: **Democracia** e suas derivadas;

Política e duas derivadas, **Participação** e derivadas, e por último **Tecnologias** e/ou **Digital**. O

único documento AE que faz referência e sugestão ao uso do digital como recurso para

apresentação ou desenvolvimento de trabalhos é o documento das AE da disciplina de Filosofia.

As AE de História, Filosofia e CeD têm presentes os pressupostos do **Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (PA)**, um documento referencial no qual estão presentes princípios de base humanista os quais cabe à escola a responsabilidade de habilitar “os jovens com saberes e valores para a construção de uma sociedade justa”, promover um saber que os ajude a “tomar decisões e intervir” no mundo, promover a equidade e democracia e acima de tudo é dever da comunidade escolar saber adaptar a “novos contextos e novas estruturas” (Martins et al, 2017, p.13) de modo a poder potenciar o desenvolvimento intelectual, científico social e humano do aluno. O PA tem como “Visão” a qualificação individual e democrática do aluno, pretende-se que o jovem, à saída da escolaridade obrigatória, seja um cidadão dotado de pensamento crítico, livre e autónomo capaz de se adaptar a um mundo em permanente transformação e nele participar assumindo e tomando decisões fundamentadas e contribuidoras de uma sociedade democrática, social e justa.

Segundo os valores apresentados no PA devem os jovens “ser encorajados, nas atividades escolares, a desenvolver e pôr em prática” (IBIDEM, p.18) com responsabilidade e integridade a cidadania e consciente participação, ser motivado a manifestar autonomia pessoal para a livre escolha e luta pelo bem comum e deve ainda ser suscitada a curiosidade, de modo a desenvolver um pensamento reflexivo, crítico e criativo.

Referente à área das competências pretende-se que o aluno desenvolva um conjunto de literacias “tais como a leitura e a escrita, a numeracia e a utilização das tecnologias de informação e comunicação”, bem como seja capaz de utilizar para sua formação pessoal,

social e profissional as tecnologias de informação e comunicação, “que são alicerces para aprender e continuar a aprender ao longo da vida” (IBIDEM, p.19).

A **Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania** (ENEC) comungando do que já foi referido nos anteriores documentos reitera a responsabilidade da escola no desenvolvimento de competências nos jovens. Para tal deve saber adaptar-se para responder às necessidades de “tempos de imprevisibilidade e de mudanças aceleradas” de modo que no futuro os jovens ajam de forma informada e responsável e “sejam adultos e adultas com uma conduta cívica que privilegie a igualdade nas relações interpessoais, a integração da diferença, o respeito pelos Direitos Humanos e a valorização de conceitos e valores de cidadania democrática” (DGE, 2017, p.1). Menciona o conceito de “Whole-school Approach” numa perspetiva de uma abordagem, envolvimento e aproximação entre o aluno-escola-currículo-sociedade com objetivo de desenvolver no aluno não só uma cultura democrática como de o dotar de a fim de que possa efetivamente participar numa cultura de democracia e viver em harmonia na diversidade cultural característica das atuais sociedades democráticas (COE, 2018).

A disciplina de CeD tem assim como propósito empoderar os alunos de “competências cognitivas, pessoais, sociais e emocionais, ancoradas no currículo” de forma que estes no seu contato com o mundo atuem de forma coerente, tendo presente valores de cidadania democrática e humanistas, e sejam conscientes “das implicações das suas decisões e ações, tanto para o seu futuro individual como coletivo (DGE, 2017, p.11).”

Quanto às tecnologias este documento refere que quer o coordenador quer o professor devem possuir competências de utilização de meios tecnológicos.

Em síntese, de acordo com a análise documental verifica-se que a construção de conhecimento político ao longo da escolaridade é um dos aspetos considerados na formação dos alunos em Portugal. Verificou-se uma constante referência nos documentos de orientação curricular à formação dos jovens enquanto:

- “cidadãos civicamente responsáveis e democraticamente intervenientes na vida comunitária” (LBSE) ou seja o aluno deve ser capacitado e incentivado a intervir e agir não só no seu meio escolar como também na sua comunidade;
- cidadãos com um espírito “democrático e pluralista, respeitador dos outros e das suas ideias, aberto ao diálogo e à livre troca de opiniões” (LBSE);
- cidadãos democráticos, participativos e humanistas, numa época de diversidade social e cultural crescente, no sentido de promover a tolerância e a não discriminação, bem como de suprimir os radicalismos violentos.” (AE CeD, p.2)
- dotados de “uma consciência histórica que lhe permita assumir uma posição crítica e participativa na sociedade” (AE História, p.2)
- cidadãos com papel ativo em sociedade, com uma postura crítica e fundamentada, interventiva e participativa, com identidade individual e coletiva assente numa perspectiva humanista (AE História, 2018);
- questionadores, dotados de “um pensamento crítico capaz de: mobilizar o conhecimento filosófico e as competências lógicas da filosofia para formular questões de modo claro e preciso; usar conceitos abstratos para avaliar informação” a fim de encontrarem soluções para os atuais e eventuais futuros problemas das sociedades contemporâneas (AE Filosofia, p.2).
- cuidadores “de si e dos outros, através de um pensamento e ação éticos e políticos que mobilizem com crescente complexidade o conhecimento filosófico para compreender, formular e refletir sobre os problemas sociais, éticos, políticos e tecno-científicos que se colocam nas sociedades contemporâneas, e seu impacto nas gerações futuras” (AE Filosofia, p.2).

- cidadão dotados de “saberes e valores para a construção de uma sociedade justa”, de pensamento crítico, livre e autónomo que saibam “tomar decisões e intervir” num mundo em permanente transformação, que promovam a equidade e democracia e capazes de se saber adaptar a “novos contextos e novas estruturas” (Martins et al, 2017, p.13);
- “adultos e adultas com uma conduta cívica que privilegie a igualdade nas relações interpessoais, a integração da diferença, o respeito pelos Direitos Humanos e a valorização de conceitos e valores de cidadania democrática” (DGE, 2017, p.1).

Neste sentido refere o documento da Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania que é necessário que os alunos desenvolvam um conjunto de

competências cognitivas, pessoais, sociais e emocionais, ancoradas no currículo e desenvolvidas num ciclo contínuo e em progressão de “reflexão–antecipação–ação”, em que as/os alunas/os aprendem através dos desafios da vida real, indo para além da sala de aula e da escola, e tomando em consideração as implicações das suas decisões e ações, tanto para o seu futuro individual como coletivo (2017, p.11).

Referente ao uso de ferramentas digitais note-se que os únicos documentos que fazem menção à aplicação dos conhecimentos por meio de ambientes digitais são: o documento das AE de Filosofia e o PA.

3.1.2 Educação para a Participação Democrática nos Documentos do Agrupamento em Estudo

Os documentos disponibilizados pelo Agrupamento de Escolas em estudo que foram analisados apresentam-se no quadro 8

Quadro 8

Documentos oficiais do Agrupamento de Escolas em estudo

| |
|---|
| Projeto Educativo (PE) |
| Plano Anual de Atividades (PAA) 2019-2020 |
| Plano Anual de Atividades (PAA) 2021-2022 |

O **Projeto Educativo** do AdE íntegra no seu lema a palavra “aprendizagem”, “ação” e “cidadania” mencionando nos seus valores a aplicação de princípios democráticos que vão ao encontro dos objetivos a que se propõe, entre eles estão a consciencialização democrática, a participação cívica ativa, crítica e responsável e como estratégia de para desenvolver estas competências propõe-se a realizar “atividades formativas (encontros temáticos, debates, exposições ou outras) no âmbito das diversas dimensões da cidadania.” e a criar “ grupos ou clubes promotores de uma cidadania ativa e de envolvimento da comunidade educativa” (p.11).

O **Plano Anual de Atividades** (PAA) trata-se de documento que se assemelha a uma planificação de atividades, as quais são definidas, em função do PE, bem como os recursos necessários à sua execução é um documento flexível e ajustável permitindo a sua reformulação ao longo do ano letivo. Todas as atividades integrantes devem ser submetidas à aprovação do Conselho Pedagógico e aprovadas em Conselho Geral antes de serem executadas.

O PAA de 2019–2020 do AE em estudo apresenta como realizadas 11 atividades pelos ciclos de ensino: 3°. ciclo e Ensino Secundário (ver quadro 9) em que nos seus objetivos são apresentados propósitos relacionados com a educação para a cidadania, porém só 4 dessas atividades apresentam objetivos mais específicos e ligados ao desenvolvimento de uma consciência democrática, de participação cívica ativa e crítica; sendo que somente 1 atividade está diretamente relacionada com a participação política.

Quadro 9

Atividades no PAA de 2019–2020 desenvolvidas pelo 3°. ciclo e Ensino Secundário

| | Atividade | Objetivos | Destinatários |
|----|--|--|------------------------------|
| 1 | SELFIE “Uma Mostra Pessoal” | Construir o ser humano através da criação artística, com uma forte componente de consciência social e pensamento crítico; | Ensino Básico e Secundário |
| 2 | Palestra e debate sobre “Alterações climáticas” | Promover a Educação Ambiental e a Educação para a Cidadania. | 8.ºAno |
| 3 | “Exposição sensorial sobre a água e visionamento do documentário | Promover a Educação Ambiental e a Educação para a Cidadania. | 7.ºAno |
| 4 | Visita de estudo ao CTE (Centro de Triagem e Ecoponto) | Promover a Educação Ambiental e a Educação para a Cidadania. | 7.ºAno |
| 5 | Visita de estudo à ETAR(Estação Tratamento de Águas Residuais) | Promover a Educação Ambiental e a Educação para a Cidadania. | 8.ºAno |
| 5 | Projeto de Escolas Ubuntu | Explorar o conceito de liderança servidora, na sua componente teórica e na sua aplicação prática | 3.ºCiclo, Ensino Secundário |
| 6 | Comemoração do “Dia Internacional da Pessoa com Deficiência” | Reforçar competências no âmbito do exercício da cidadania (ex.: direitos e deveres) | 3.º Ciclo, Ensino Secundário |
| 7 | Ação de Sensibilização sobre Alterações Climáticas | Promover a Educação para a Cidadania; | Ensino Secundário |
| 8 | “Cidadania Ativa” | Contribuir para que os alunos se envolvam na tomada de decisões; contribuir para a autonomia dos alunos; estimular a participação dos alunos em projetos de cidadania. | 10°.ano |
| 9 | Visita a Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) | Promover a Educação para a Cidadania; | Ensino Secundário |
| 10 | “O Pilhão vai à Escola” | Promover a Educação para a Cidadania; | 3.ºCiclo |
| 11 | Ação de Sensibilização sobre Poupança da Água | Promover a Educação para a Cidadania; | Ensino Secundário |

Quanto ao PAA de 2021–2022 do AdE este apresenta entre as 353 atividades realizadas, 14 que tiveram o direto envolvimento dos ciclos de ensino: 3°. ciclo e Ensino Secundário (ver

quadro 10) e que de alguma forma estão relacionadas com a cidadania e participação democrática, porém nenhum apresentou objetivos concretos. Uma das atividades que não foi mencionada no PAA foram as eleições para a Associação de Estudantes algo que não acontecia no AdE faz alguns anos, esta tomada de conhecimento pelo investigador foi realizada aquando da realização das entrevistas, evento que não passou incógnito no AdE e que parece ter marcado de alguma forma os participantes uma vez que todos sem exceção fizeram questão de o mencionar.

Quadro 10

Atividades no PAA de 2021-2022 desenvolvidas pelo 3.º ciclo e Ensino Secundário

| | Atividade | Destinatários |
|----|--|-----------------------------|
| 1 | Comemoração Dia Mundial Alimentação Oferta de uma maçã a todos alunos Power point alimentação/ diabetes | 3ºciclo |
| 2 | Comemoração Dia Mundial do Não Fumador Exposição “O cigarro mata” apresentação “Tabaco e saúde “ | 3ºciclo |
| 3 | Projeto Ubuntu | 3.ºCiclo, Ensino Secundário |
| 4 | Comemoração “Dia Internacional dos Direitos Humanos “ | Comunidade Escolar |
| 5 | Comemoração “Dia Escolar da Não Violência e Paz– assassinato de Gandhi “ | Comunidade Escolar |
| 6 | Comemoração assassinato de Martin L.King | Comunidade Escolar |
| 7 | Mês prevenção de maus-tratos na Infância | Comunidade Escolar |
| 8 | Comemoração “Dia mundial da Diversidade Cultural para o Diálogo e Desenvolvimento | Comunidade Escolar |
| 9 | Maratona das Cartas Dia Internacional Direitos Humanos | Comunidade Escolar |
| 10 | Miúdos a votos. Participação concurso promovido pela RBE – sistema democrático eleição melhores livros / ciclo de ensino | Todos os alunos |
| 11 | Internet segura – Promover a utilização responsável e segura. Inscrição alunos página “ Seguranet “ | 3º ciclo e secundário |
| 12 | Exposição 25 Abril | Comunidade Escolar |
| 13 | Literacia da Informação e dos media. Ferramenta digital Pixton, Powtoon | 3º ciclo e secundário |
| 14 | Apresentação trabalhos alunos 12º B em turmas do 9º e 10º anos (CeD) | 3º ciclo e secundário |

Em síntese, nos documentos do AdE em estudo é evidenciada a importância da aquisição de conhecimentos e princípios democráticos de tal modo que o PE no lema do AdE integra as palavras “cidadania” e “ação”. Além disso apresenta como objetivos de ação para formação dos seus alunos: a consciencialização democrática, a participação cívica ativa, crítica e responsável. Como estratégia para desenvolver estas competências propõe-se realizar

“atividades formativas (encontros temáticos, debates, exposições ou outras) no âmbito das diversas dimensões da cidadania” e criar “grupos ou clubes promotores de uma cidadania ativa e de envolvimento da comunidade educativa” (PE, 2018, p.11).

O PE do AdE tem como objetivo estratégico “Implementar práticas pedagógicas inovadoras” para tal propõe potenciar os recursos tecnológicos como estratégia de melhoria do ensino e aprendizagem; promover as literacias do séc. XXI entre os alunos professores e, por último, incentivar a utilização de metodologias ativas (PE, 2018, p.6).

3.2 Apresentação dos Resultados das Entrevistas

3.2.1 Caracterização dos entrevistados

No presente caso de estudo participaram três professores do 3º. ciclo do ensino básico e ensino secundário e oito alunos, sendo quatro do 3º. ciclo e quatro do ensino secundário.

No quadro 11 apresenta-se o perfil dos professores entrevistados, com a codificação atribuída a cada um, a sua idade, formação académica, formação na área das tecnologias, lecionadas no ano letivo 2021/2022, situação profissional e anos de experiência como professores.

Entre os participantes entrevistados dois são professores efetivos pertencentes ao quadro de escola e um é contratado. Os dois efetivos lecionam há mais de 30 anos, e o professor contratado leciona há cerca de 15 anos. Dois são formação académica em História e um em Filosofia. Nenhum dos participantes conseguiu identificar uma informação precisa na área das tecnologias, embora todos mencionam que frequentaram uma ou outra ação de formação na área.

Quadro 11

Perfil dos Professores entrevistados

| Professores (Código) | P1_F | P2_A | P3_S |
|-------------------------------------|----------------------------------|----------------------------------|----------------------------------|
| Idade (faixa etária) | 60-65 anos | 55-60 anos | 40-45 anos |
| Género | Feminino | Masculino | Feminino |
| Formação académica | Licenciatura em Filosofia | Licenciatura em História | Mestrado pós-Bolonha em História |
| Formação na área das TIC | Ações de formação (nada preciso) | Ações de formação (nada preciso) | Ações de formação (nada preciso) |
| Disciplinas lecionadas em 2021/2022 | Psicologia Filosofia | História | História CeD |
| Anos lecionados 2021/2021 | 12º. Ano | 9º. e 10.º Ano | 7º. e 8º. Ano |
| Situação Profissional | Efetivo, Quadro de Escola | Efetivo, Quadro de Escola | Contratado |
| Anos de experiência | Mais de 30 anos | Mais de 30 anos | 15 anos |

No quadro 12 apresenta-se o perfil dos alunos entrevistados, indicando a codificação atribuída a cada um, a sua idade, sexo e ano de escolaridade. Os alunos do 3.º ciclo participantes no grupo focal pertenciam todos a uma turma do 8.º ano. Quanto aos participantes do ensino secundário, todos pertenciam à mesma turma do 10.º ano.

Quadro 12 -

Perfil dos alunos participantes

| Alunos (codificação) | A_1 | A_2 | A_3 | A_4 | A_5 | A_6 | A_7 | A_8 |
|----------------------|------|-------|-------|-------|------|-------|------|------|
| Idade | 15 | 14 | 14 | 14 | 16 | 16 | 16 | 15 |
| Género | Fem. | Masc. | Masc. | Masc. | Fem. | Masc. | Fem. | Fem. |
| Ano de Escolaridade | 8.º | 8.º | 8.º | 8.º | 10.º | 10.º | 10.º | 10.º |

3.2.2 Construção de Conhecimento Político ao Longo da Escolaridade

Segundo as considerações dos entrevistados, a construção de conhecimento político ao longo da escolaridade está, segundo os professores, presente nos documentos de orientação curricular nacional, em particular no Perfil dos Alunos e nas Aprendizagens Essenciais. São conhecimentos transversais a todas as disciplinas em especial às lecionadas pelos entrevistados e “são assuntos que vão sendo tratados” (P2_A). Segundo os professores “é até difícil é não abordar um conteúdo em que não haja essa dimensão, no qual ela não esteja presente” (P1_F).

Os professores foram unânimes quanto à importância da aquisição de conhecimentos relativos à dimensão do conhecimento político e participação democrática, uma vez que têm na sua génese a intenção de dotar os jovens de conhecimentos e competências que farão deles cidadãos pró-ativos, críticos e conscientes do quão fundamental é a sua participação em sociedade.

As orientações “são claras no sentido da formação de cidadãos proativos, sensíveis a determinados valores” (P1_F).

Não havendo um tema específico, em qualquer uma das AE sobre a questão da construção de conhecimento político, este está implícito havendo “algumas competências que apontam nesse sentido” (P2_A). Tomando como exemplo as AE do 3º. ciclo de História: “Valorizar a dignidade humana e os direitos humanos, promovendo a diversidade, as interações entre diferentes culturas, a justiça, a igualdade e equidade no cumprimento das leis” (p.4).

Também no PA, segundo P2_A, é referida “a participação cívica, na capacidade crítica, a leitura crítica, de alguma forma, está contemplada”. Além disso, segundo o professor, “está contemplada nos documentos internos da escola” e no “projeto educativo de escola também se aponta nesse sentido: participação ativa, a ideia de que não se trata só de conhecimentos, mas também formação de cidadãos” (P2_A).

Reconhecer a existência das instituições democráticas e conhecer o seu funcionamento é essencial para que o aluno possa perceber que “muitas vezes há temas do nosso dia a dia que são mais políticos do que que se imagina, que nós vivemos da política, o nosso dia a dia, as nossas ações. O simples facto de estarmos aqui dentro da sala aula, dentro destes parâmetros e com estes moldes isto tem a ver com a política” (P3_S). Segundo o professor, é fundamental “promover no aluno um lado crítico, opinativo, que deve ter uma visão sobre o mundo à sua volta, saber como é que as instituições funcionam” (P3_S).

Os alunos participantes reconhecem que nas diferentes disciplinas são discutidos temas da atualidade e que embora os assuntos relacionados com política não sejam difíceis, estes precisam de ser acompanhados uma vez que a falta de esclarecimento torna difícil a sua compreensão “quando não nos acompanham acho que é difícil” (A_6).

Quanto ao interesse pelo conhecimento político ou assuntos relacionados com política, os alunos entrevistados referem que a sua falta de interesse nesta dimensão “é mesmo puro desinteresse” (A_7) sobretudo por falta de conhecimento (A_5 e A_7). Além disso, alguns dos participantes consideram haver alguma imaturidade da sua parte para trabalhar estas questões: “ainda somos um bocadinho novos” (A_1, A_4, A_7, A_5). Sobre isso, a professora P3_S concorda que a falta de conhecimento é desmotivadora e diz que “quando falamos que os alunos não gostam, não gostam porque ninguém lhes explica as coisas” (P3_S).

Os alunos referem que os temas de cariz político não são temas de conversa entre si, chegando mesmo a referir que “não precisamos de falar sobre isso” (A_4), e que quando o fazem muitas vezes é “para gozar, mesmo!” (A_3). Esta posição atesta as referências feitas pela professora P3_S ao dizer que “a política não é tema de conversa destes jovens, tem de ser estimulado” e o P1_F refere que a “política está muito estigmatizada entre os nossos alunos”.

Segundo a perspetiva da aluna A_5, “à medida que vamos crescendo, vamos ficando mais interessados”. Alguns dos alunos referiram que recorrem aos pais e avós quando têm alguma dúvida ou querem saber mais sobre assuntos relacionados com questões de âmbito político, como por exemplo o tema das eleições, ou então pesquisam na Internet “para saber mais” (A_6, A_7).

3.2.3 Participação Democrática dos Jovens no Agrupamento de Escolas em Estudo

Segundo um dos professores, “há 30 anos os alunos eram muito mais participativos, muito mais preocupados com o que se passava do ponto de vista político, do ponto de vista cívico, do ponto de vista da participação” (P2_A). Porém “hoje nem sempre isso acontece. Agora a experiência diz-me também que muitas das vezes é por uma certa letargia da parte deles”. Segundo os professores, os alunos precisam de motivação para participar nas atividades em geral, nomeadamente as que implicam a sua participação ativa, por ex. trabalhos de grupo, pesquisa, campanhas. Os alunos confirmam esta necessidade ao referir que deveria haver algo que os desperte para a ação sugerindo a criação de um clube de política “onde poderíamos discutir sobre política”(A_6) “ou assuntos atuais” (A_7), de uma disciplina que “ao invés de ser CeD , sei lá, podia ser uma hora à parte em que se falasse sobre temas atuais para promover a participação das pessoas, seria mais interessante!”(A_7).

A motivação para a participação é, segundo os professores P3_S e P2_A, um trabalho que deve ser feito dentro e fora da sala de aula uma vez que, segundo a sua experiência no ensino, uma vez motivados a participar os alunos até participam o que lhes falta mesmo é “motivação para avançarem” (P3_S). A forma como os conteúdos ou os temas são apresentados faz toda diferença: “às vezes vale a pena sair daquela linha fixa, daquela linha muito rígida pois tenho que cumprir com o programa, quando às vezes é bem mais interessante não só para mim, mas para eles” (P3_S). Os professores referem que os alunos quando são chamados a participar, podem eventualmente mostrar alguma resistência inicial, que na opinião da professora P3_S a “resistência nestas idades” está relacionada com

“um discurso que trazem de casa” e que como tal é missão dos professores desconstruir ideias preconcebidas “e dar o salto”(P3_S), porque depois acabam por participar e sentem-se satisfeitos com a sua participação “quando são estimulados e vêem resultados sentem-se bastante contentes com o seu trabalho, com a sua participação” (P2_A).

Questionados sobre o que significa no seu entender a participação democrática, os alunos entrevistados respondem em unísono “Votar” e depois “Mudar”. Porém, verificou-se que num primeiro momento, quando questionados sobre atividades em que participaram ao longo do corrente ano letivo, os alunos não conseguiram identificar qualquer atividade na escola, mas com alguma insegurança e depois de esclarecimento a partir de exemplos de participação lá foram falando do que aconteceu na escola ao longo do ano, dando como primeiro exemplo as eleições para Associação de Estudantes; de seguida falaram da sua participação no Orçamento Participativo; e por fim falaram do projeto “Os miúdos vão a votos” no qual a maioria participou. Porém nenhum destes exemplos foi identificado de imediato como participação política.

O aluno A_8 partilhou duas experiências de participação fora do ambiente de escola e falou das suas motivações: boicotes a empresas multinacionais.

O fomento da participação democrática no Agrupamento entre os professores entrevistados não é consensual tendo o professor P1_F afirmado que “nada” é feito nesse sentido na escola e o professor P3_S referido que “não é feito” uma vez que a escola não está focada nesse sentido “porque neste momento eu considero que a escola está focada é quase como num renascimento” (P3_S) mencionando que não há por isso “tempo para pensar e desenvolver estas questões de política e participação”(P3_S). Já o professor P2_A tem outra visão referindo que “sim, todos os anos tentamos estimular essa participação muitas vezes”

dando a título de exemplo a participação no projeto Ubuntu referindo que “questões de participação cívica solidariedade ações de solidariedade voluntariado, portanto isso é incentivado e estimulado na escola e fora da escola”.

Embora não mencionado no PAA como uma atividade do Agrupamento, todos os entrevistados referiam com grande entusiasmo as eleições para a Associação de Estudantes, sobretudo porque já alguns anos que não acontecia no Agrupamento uma eleição para a constituição da Associação de Estudantes. Segundo P1_F a eleição para a associação de estudantes foi vivida pelos alunos com grande entusiasmo, porém referiu que esta iniciativa “não mobiliza todos os alunos penso que seria mais alunos do secundário do que os do 3.º ciclo.” (P1_F).

Os alunos descreveram como decorreu o processo da campanha, quais as atividades realizadas: referiram que os membros das Listas foram às salas de aula para se apresentarem, que usaram as redes sociais como o Instagram e TikTok para se promoverem e como decorreu a campanha. Na perspetiva do professor P3_S esta poderia ter sido uma oportunidade para trabalhar estes temas, mas por falta de trabalho colaborativo ou estratégias acabou por não ser devidamente explorado, perdendo-se uma oportunidade de mostrar por meio da prática de como a sua participação pode fazer diferença.

A professora P3_S refere que “a escola poderia fazer mais, se for dado mais espaço e tempo para trabalhar os temas e construir projetos”, dando como exemplo a participação no Parlamento Jovem. Segundo a professora P3_S, “os alunos deveriam sentir a escola mais sua, não vêm a escola como espaço em que também eles são decisores, e isso não acontece na nossa escola”.

Quando questionados sobre a realização de assembleias de escola ou de turma, os professores referiram que não há “tradição, nem esses hábitos de participação” (P1_F). Além da eleição para associação de estudantes, os participantes também evidenciaram entusiasmo ao falar da participação no Orçamento Participativo, tendo os alunos do 3º ciclo manifestado desconhecimento contrariamente aos do secundário que de imediato descreveram em que consistia a atividade. Por fim, os alunos mencionaram a atividade “Os miúdos vão a votos”, atividade que de acordo com A_8 é promovida pela Biblioteca e pretende que os alunos eleggem o livro que mais gostaram de ler, que votem nele e caso vença a Biblioteca se não o tiver procurará adquirir. Além destas atividades referiram o processo eleitoral decorrido em sala de aula para eleição do subdelegado e delegado de turma.

Os alunos referiram que temas como política e participação democrática são abordados nas disciplinas de História, Filosofia, Português, CeD ou em atividades promovidas pela Biblioteca.

Questionados se alguma vez foram convidados a participar em algum projeto diretamente pela Direção do AE referiram que nunca foram convidados pela direção do AE para qualquer tipo de participação e que quando algum membro da direção do AE se dirige às turmas é para chamar a atenção de alguma situação problemática que tenha ocorrido na escola – “conosco foi só para reclamar” (A_1, A_3; A_8).

Quanto a conhecimentos ao nível dos temas políticos e de participação democrática após terminarem o 12º.ano referiram que considerando a sua experiência até então que “sim, temos alguns conhecimentos” (A_6). A aluna A_7 refere que acha “que não” que “esses conhecimentos adquire mais em casa, pois a Escola não promove esse tipo de

conhecimentos” ou então por iniciativa individual recorrendo a “pessoas em casa que promovam como pais e avós” (A_7).

3.2.4 Contributos das Aplicações Digitais para a Construção de Conhecimento Político e para o Envolvimento dos Jovens na Participação Democrática

O uso das tecnologias no fomento da participação democrática é realizado segundo os professores a partir do recurso a sites de organizações, filmes, plataforma Youtube, plataformas associadas às editoras como a Escola Virtual, RTP ensina “que tem muitas coisas boas” (P1_F), entre outras.

Segundo os professores, a ferramenta preferencial entre os alunos para acesso à informação e pesquisas é o telemóvel uma vez que “para eles é uma coisa que tem sempre, como sabemos, é mais fácil” e “pode ser útil em sala de aula também” (P1_F). Além disso, o seu uso justifica-se “porque não têm outra forma de o fazer” (P2_A) uma vez que “temos computadores obsoletos temos uma rede que enfim está sempre a cair” (P2_A) o que dificulta o trabalho quer dos professores quer dos alunos e, “portanto, torna muito difícil trazermos para a sala de aula esses métodos que são fundamentais nos tempos que correm”. Ainda assim o professor diz que usa frequentemente o site *TED conferences* para apresentar temáticas e suscitar a discussão de ideias.

A professora P3_S refere que prefere que os alunos utilizem os meios tradicionais — biblioteca, livros, jornais diários — para fazer as suas pesquisas sobre os temas do quotidiano dando como exemplo uma atividade que costuma fazer com os seus alunos: “a

atividade que faço com o 9.º ano. As minhas turmas todas as semanas têm de trazer notícias a nível de economia, política, sociedade, são distribuídos, e eu digo-lhe não vale usar telemóvel, vocês vão ter que ir pesquisar nos jornais, na biblioteca e tragam qualquer coisa”. Porém reconhece que “o telemóvel facilita” e “isso aproxima-os dos assuntos”.

A mesma professora P3_S faz uso das tecnologias digitais para trabalhar temas relacionados com a participação, recorrendo “às pesquisas no browser”, por vezes realiza “jogos lúdicos”, utiliza como ferramenta digital o *Kahoot* e chegou “a fazer os *Escape Rooms*” referindo que o feedback é positivo uma vez que “eles adoraram aquilo”, além de que “eles adquirem conhecimento através de uma atividade lúdica e no final fica o bichinho de querer saber mais” (P3_S). O professor P2_A refere que as tecnologias digitais “são um elemento fundamental” para trabalhar o conhecimento político e fomentar a participação democrática, porém “têm uma faca de dois gumes ou diria que muitos mais gumes. Não é? porque por causa da, muitas vezes, dificuldade em separar o trigo do joio as *fake news*” refere que há “necessidade de maior formação desse campo, não é, para cotejar as fontes” (P2_A).

Como observação individual o professor P2_A tem notado que quando entra na escola vê os alunos, na sua maioria, com o telemóvel entre mãos “a comunicar-se uns com os outros por meras banalidades”, mas reitera que além de jogos e trocas de mensagens “também vão lendo notícias, vão vendo o que vai acontecendo ao seu redor e aí as tecnologias são neste momento obviamente e eles têm consciência disso, eles têm consciência disso.”

Os professores questionados sobre a receptividade dos alunos quanto ao uso das tecnologias em contexto de sala de aula para trabalhar estas temáticas referem que: “tudo o que envolve o uso de tecnologias: computadores, telemóveis é acolhido com boa receptividade” (P2_A). O

professor P3_S refere que “tudo o que é digital é excelente para eles, há uma curiosidade natural em explorar”.

Todavia o professor P2_A aponta como problema a falta de conhecimento e formação quer dos professores quer dos alunos em saber pesquisar “os alunos por vezes não sabem pesquisar, perdem-se nas informações, mas têm conhecimento e conseguem aceder a fontes para responder aos seus objetivos” (P2_A).

O uso das tecnologias em sala de aula para trabalhar conteúdos não é consensual entre os alunos do grupo focal, porém a larga maioria considera importante o seu uso uma vez que torna as aulas mais dinâmicas e “divertidas”. Referem que os professores recorrem ao uso do *PowerPoint*, *Quizzes* – dando como exemplo: o *Kahoot* ou *Edmodo*. Segundo o A_6 obriga-os “a pensar” uma vez que o recurso a este tipo de aplicações ajuda a “treinar e ajuda muito para saber se estamos preparados ou não” (A_5) e “depois é divertido”(A_1). O aluno A_3 tem uma opinião contraditória quanto ao uso das tecnologias para a aprendizagem pois, se por um lado refere “que a maioria das vezes fazemos porque fazemos”, por outro lado “acha” que após o recurso a uma aplicação para trabalho dos conteúdos estes ficam consolidados, acabando por se contradizer.

O uso de vídeo dentro e fora da sala de aula é importante para os alunos uma vez que os ajuda a entenderem melhor os conteúdos. Os alunos A_3, A_4, A_7 referem que recorrem por exemplo ao Youtube que “explica muito melhor”, “chego a casa e vejo um vídeo e o que a Stôra demora 2 horas a explicar eles explicam em 5 minutos”. A_2 refere que com os “vídeos não aprende muita coisa” e o A_5 refere que “os vídeos resumem tudo de uma maneira muito rápida” e acha “melhor as coisas de maneira mais detalhada”. O mesmo aluno mostrou uma certa apreensão quanto ao uso das tecnologias referindo que além de afetar a

“visão” e a “ortografia” que “escrever também é muito importante para desenvolver o nosso cérebro e vai nos permitir decorar” (A_5).

Questionados sobre tecnologias e o seu uso na escola, os alunos referiram que usam as tecnologias para a realização de pesquisas e trabalhos; para acompanharem as notícias que acontecem no mundo, identificando como aplicação digital o uso frequente do Google notícias. Além disso referem as tecnologias como meio de envolvimento por meio da divulgação de informações sobre o que acontece na escola dando como exemplo de uso a apresentação das Listas e Campanha eleitoral aquando do período de eleições para a Associação de Estudantes tendo sido utilizadas para tal o Instagram e TikTok para a promoção das Listas e divulgação dos seus programas eleitorais. Contudo, lamentaram que a escola não tenha um Blog ou um Site no qual possam ter acesso a informações sobre iniciativas ou espaço para discutir temas diversos. Questionados sobre o uso de tecnologias em sala de aula para a aprendizagem referiram que praticamente em todas as disciplinas ela é utilizada. Quanto a aplicações digitais referiram que “para sumarizar matéria nós fazemos Kahoots” (A_5) que além de divertido, interagem uns com os outros e os “obriga a pensar” (A_6, A_7).

Professores e alunos foram questionados sobre o seu conhecimento acerca de algum tipo de aplicação digital ou site que os pudesse ajudar a trabalhar temas como de participação eleitoral, partidos e programas políticos ou assuntos diretamente relacionados com a participação política e todos referiram que não. Numa segunda questão sobre este tema foi perguntado se conheciam ou tinham alguma vez experimentado uma Aplicação de Ajuda ao Voto (VAA) e mais uma vez a resposta foi negativa, com exceção do professor 2_A que diz ter consultado “um site e acho que fiz exatamente um teste para ver se correspondia ao

meu posicionamento ideológico agora não creio que os miúdos tenham tido conhecimento dessa plataforma, também muitos deles ainda não votam, não é?”.

Embora os participantes não tenham tido contacto, com exceção de um dos professores, todos são de acordo que uma aplicação digital com intuito educacional poderia ser muito interessante e útil “porque infelizmente uma das coisas, que eu enfim com a idade que tenho eu ainda apanhe, foi uma disciplina que era introdução à política. que eu penso que faz muita falta infelizmente e não, não temos nada especificamente nessa área, eu acho que era algo que era fundamental se queremos aumentar a participação e cidadania participativa e isso seria fundamental e lamentavelmente não temos. Não creio que muito honestamente que esta disciplina que agora temos Cidadania e Desenvolvimento possa suprir essa falha, não me parece” (P2_A). Uma aplicação digital sobre Política enquanto instrumento educativo “como base de esclarecimento, de obtenção de conhecimento poderia ser fundamental para perceber como é que o sistema funciona. Como é o sistema de participação, as tendências, os partidos, à esquerda e direita, porque é que são assim designados”. (P3_S). Uma aplicação que permita esclarecimento é sempre bem-vinda na opinião do professor P1_F e além disso os alunos “reagem normalmente bem quando se passa para a parte informática então esta informática, em particular esta geração, reage bem sim, portanto considero que poderia ser boa a receptividade “(P1_F). Para os alunos uma aplicação sobre Política e Participação, com potencial educativo, era “melhor do que estar a ler um livro com 100 páginas.” (A_4) ou mesmo “do que estar sempre a pesquisar na Internet sobre isso”, porém mostram-se cautelosos quanto a este tipo de aplicação referindo que só iriam usar dependendo da pessoa que a sugerisse (A_8, A_1, A_6) – “se fosse um professor tudo bem,

teria interesse em ver como funciona, que tipo de informação tem. Se fosse alguém da rua eu não iria dar crédito" (A_8).

3.3 Discussão dos Resultados

Após a apresentação dos resultados iremos agora discuti-los, a partir da análise dos resultados mais relevantes face ao problema de investigação e em articulação com o quadro teórico desenvolvido.

A escola tal, como referido pelos autores Reichert e Print (2019) e Malafaia et al., (2021), enquanto contexto de socialização pode ter um papel transformador da perceção política dos jovens, deverá por isso atuar por meio do currículo formal e informal dando mais espaço a atividades que impliquem a aquisição de conhecimentos de literacia política e desta forma transformar o alheamento e a passividade dos mais jovens em disposições democráticas. Os professores e os documentos curriculares são unânimes ao referir a importância de se trabalhar o conhecimento político e educação para a participação democrática, assumindo a literacia política como dimensão presente nos diversos conteúdos lecionados e que nas suas aulas esta é uma das dimensões presente nos conteúdos trabalhados.

Um segundo aspeto é que a falta de conhecimento político pode ser desmotivadora. Os alunos referem que não gostam de falar destes assuntos, porque se acham novos demais para falar de política ou participar ativamente na sociedade: *Pois, na verdade, eu acho que é nós não podemos fazer nada* (A_1, A_3); *O que é que podemos mudar?* (A_8); *é claro que ainda nada* (A_7); *Eu acho que sou um bocadinho novos* (A_7, A_1; A_5, A_4, A_8). Porém estão conscientes que a partir dos 18 anos a sua participação pode fazer a diferença: *“a partir dos 18 anos é diferente”* (A_7). Além disso não reúnem conhecimentos suficientes porque ninguém lhes explica, esta é uma tendência comum referida por Malafaia et al. (2021) e Sloam & Henn (2017) ao afirmar que os mais jovens sabem pouco sobre o

funcionamento do mundo político. Neste sentido os recursos educativos e a literacia política continuam a ser fulcrais para o envolvimento democrático e a tecnologia ao seu serviço pode funcionar como fator de motivação para professores e alunos trabalharem temas como a política e participação (Amadeo et al., 2002; Menezes et al., 2012; Malafaia et al., 2017) e desta forma contrariar a falta de conhecimento assumida pelos alunos nestes domínios.

Após a análise dos resultados verificou-se, também, que é importante que a educação escolar promova a transmissão e a discussão de questões políticas uma vez que a política “está muito estigmatizada” (PS_3) entre os jovens sendo por isso fundamental clarificar, falar abertamente sobre estes assuntos, assumi-los como assuntos do dia a dia, sem qualquer tipo de preconceitos ou receios de conotações políticas. É fundamental que os alunos sintam a escola como sua (PS_3), que sejam são oferecidas aos alunos oportunidades de modo a contribuir ativamente para as decisões tomadas na escola (Reichert & Print, 2019), desenvolvendo deste modo a “competência democrática” e aprendendo a tomar decisões informadas, tal como se preconiza na ENEC. Aliás a própria disciplina de CeD que intencionalmente foi criada para debater assuntos da atualidade, questões sociais e políticas não é reconhecida pelos alunos como tal – “ao invés de ser CeD , sei lá, podia ser uma hora à parte em que se falasse sobre temas atuais para promover a participação das pessoas, seria mais interessante!” (A_7) .

Quanto ao Agrupamento de Escolas em estudo verificou-se que não existe uma tradição quanto à realização de assembleias de escola ou de turma para discussão de assuntos, que os alunos não são chamados a participar nas decisões tomadas pelo Agrupamento contrariando as indicações da Estratégia Nacional da Educação para a Cidadania sendo este um aspeto a melhorar uma vez que os alunos desta forma não sentem a escola como sua,

como espaço na qual eles também têm um papel enquanto decisor, como referiu a professora P3_S.

A ideia partilhada pelos professores de que os alunos no passado eram muito mais participativos é uma ideia comungada por vários autores que referem que o envolvimento e a participação pelas questões políticas e cívicas têm vindo a diminuir sobretudo entre os jovens, justificando-se a falta de adesão em particular em momentos de eleições nacionais ou europeias (Putnam et al., 1993; Magalhães, 2008; Dalton, 2011; Macnamara et al., 2012; Holt et al., 2013): No entanto, a autora Julia Weiß (2020) contesta esta ideia referindo que os jovens são mais políticos do que pensam e que as suas ações nem sempre são reconhecidas como tal o que se verificou aquando da entrevista em grupo focal ao alunos. Schulz et al. (2018) referem também que os jovens se envolvem política e civicamente dependendo da sua *“motivação para participarem em atividades cívicas, da sua confiança na eficácia da sua participação, e das suas crenças sobre a sua própria capacidade de se envolverem ativamente”* (p. 72). Os jovens uma vez questionados sobre os seus atos de participação política referiram que não são ativos politicamente, porém ao longo da entrevista verificou-se que a sua ação política foi mais ativa do que imaginaram e que uma vez chamados a participar estes envolvem-se e participam, como por exemplo nas eleições para a associação de estudantes, no orçamento participativo, na campanha “os miúdos vão a votos”. Julia Weiß (2020) refere que “young adults might not define their actions as political, even though they are actually political” (p.4) tal como se sucedeu com os alunos do nosso caso de estudo.

Verificou-se nas entrevistas quer aos professores quer aos alunos que o momento das eleições para Associação de Estudantes no Agrupamento foi pautado por euforia e alguma

tensão, que os alunos foram envolvidos e participaram ativamente. Mathé (2018) refere a escola como contexto apropriado para fomentar experiências de participação e discussão de política bem como para envolver os jovens em processos decisórios como os processos eleitorais. De fato este que foi um momento que surgiu de forma espontânea na escola, não figurando no PAA, deixou um marco na vida escolar dos alunos.

As listas dos “partidos” apresentaram-se aos alunos indo às salas de aula, e recorreram às redes sociais para se fazerem ouvir, isto é, novas formas de participação e mobilização foram utilizadas por meio do uso de aplicações digitais: *Instagram, Tik Tok* (EACEA, 2013).

Uma das conclusões a que chegamos é que embora a participação democrática possa ser definida como uma simples ação como por exemplo optar por um canal de televisão, consulta a um determinado website (van Deth 2014), os alunos a definem como ato de “Votar” e “Mudar” uma perceção que não está de todo errada, porém um pouco redutora uma vez que as pequenas ações do seu quotidiano não são por si consideradas como participação democrática tal como refere a autora Julia Weiß.

Autores como Sloam (2016), Weiß (2020), Malafaia et al (2021), Zhong et al (2022) referem que os jovens têm optado por formas de participação não convencionais recorrendo aos meios de comunicação social, redes sociais entre outros cenários para se exprimirem politicamente, facto que se verificou entre os alunos participantes após terem partilhado as suas experiências de participação em boicotes e redes sociais para se manifestarem.

A partir da análise dos PAA verificou-se a existência de um reduzido número de atividades com enfoque na participação cívica e democrática no 3º ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário mesmo sendo a consciencialização democrática e a participação cívica ativa objetivos presentes no Projeto Educativo do Agrupamento.

Relativamente ao currículo importa referir que há ainda presente nos professores a necessidade de cumprimento dos “programas” uma vez que os alunos têm de estar preparados para os exames nacionais – “nós temos que ter sempre uma preocupação que é central e é o cumprimento do programa, portanto nós não podemos hipotecar a hipótese de um aluno depois em fazer exame” (P1_F) – o que condiciona a realização de determinadas atividades mais práticas ou que não estejam diretamente associadas aos conteúdos, para além disso queixam-se da “falta tempo, e tempo de qualidade, e isso é o que eu sinto falta na escola” (P3_S), e de excesso de burocracia nas escolas. Os alunos do secundário referem que “Já não há muito espaço para darmos essas coisas acerca de política, pois temos que preparar para os exames” (A_5) e que “o secundário é muito teórico” (A_8). Verificou-se ainda que há uma preocupação permanente nos alunos em que as atividades que fazem tenham repercussões diretas nas suas avaliações “estou a lecionar os anos terminais do secundário e, portanto, muitas vezes o problema deles e o que é que isto conta para nota, é famosa e sagrada expressão!” (P2_A).

Quanto ao uso de aplicações digitais, os alunos fazem referência ao uso do *Google* Notícias para se manterem informados, que na escola são usados na diversas disciplinas aplicações como o *Classroom*, *Powerpoint*, *Googleforms*, *Kahoot*, *Edmodo* e o *Youtube* para trabalhar ou consolidar por meio de jogos os conhecimentos: Relativamente ao *Youtube* esta é uma aplicação digital a que os alunos recorrem quando não entendem alguma matéria pois consideram que por vezes o que se explica em 90 minutos encontram mais simplificado e percebem melhor num vídeo de 5 minutos que encontram no Youtube. Já os professores entrevistados referem que usam alguns sites para procurar informações e recorrem às plataformas disponibilizadas pelas Editoras, à RTPEnsina, ao *TEDconferences* para procurar

material para ser trabalhado em contexto de sala de aula. Johansen (2007) que refere que os professores devem estar preparados para ajudar os seus educandos a tirar partido das ferramentas cognitivas para fazer um caminho de seriação e desenvolver um pensamento diversificado que o conduza à aprendizagem.

Zhong et al. (2022) referem a importância do papel das redes sociais enquanto canais de divulgação e discussão de questões sócio políticas, facto confirmado pelos alunos participantes que referiram que as listas em disputa aquando da eleição para a Associação de Estudantes fizeram várias publicações em redes sociais como: *Instagram* e *Tik Tok* para divulgar as suas ideias. Indo ao encontro dos dois autores os alunos quando questionados sobre terem de preparar alguma iniciativa para apresentar e/ou desenvolver na escola ou fora da escola como é que a iriam divulgar mencionaram: por meio de cartazes espalhados pela escola, redes sociais, curtas-metragens “coisas mais interativas” (A_8), que pudessem chegar facilmente a toda a comunidade escolar.

Quanto ao conhecimento de aplicações digitais que possam ajudar a trabalhar os temas do conhecimento político e participação democrática, os professores referiam não conhecer nenhuma específica, ainda assim um dos professores referiu recorrer ao *TEDconferences* para procurar “conferências e documentários que lhes passo e de tempos em tempos quando é útil e quando vejo que vem a propósito sou capaz de lhe mostrar um vídeo e depois debatemos”. Os autores dos Santos et al. (2017) referem a importância do uso da tecnologia em contexto educacional como forma de “facilitar” e “qualificar” a educação para a cidadania, enquanto Gil et al. (2018) fala em democratização e deslocalização do conhecimento ao referir que as bibliotecas deixaram de ser palco preferencial e que é fundamental tirar proveito de toda uma rede de conexões. Nesta linha de pensamento os

professores consideram que a tecnologia aproxima os jovens dos conhecimentos que recorrem frequentemente ao uso do telemóvel para realizar pesquisas em sala de aula e consideram que qualquer iniciativa digital com carácter pedagógico “que seja de esclarecimento é bem-vinda” (P1_F), pois os alunos são recetivos ao uso das tecnologias. Os alunos por sua vez consideram importante o uso de tecnologias para trabalhar os conteúdos escolares, porém um considerou que a tecnologia é atualmente usada em demasia “que os alunos estão muito focados nas tecnologias” e que isso pode afetar a visão e a ortografia. A existência de aplicações de ajuda ao voto (VAA) é pelos três professores entrevistados desconhecida, porém, depois de explicado no que é que consistia uma VAA um dos professores respondeu que teve contacto com um website nas últimas eleições presidenciais com características semelhantes. Todos foram de comum acordo ao dizer que uma aplicação do género seria uma mais-valia para trabalhar política e participação com os alunos. Perceções que vão ao encontro de Schultze (2014) que faz referência ao potencial da Internet para revitalizar a participação política e mobilizar o interesse dos jovens para política. Também os alunos mostraram desconhecimento, no entanto estão recetivos ao seu uso se verificarem que podem contribuir para o enriquecimento dos seus conhecimentos acerca da política e participação. Estas posições vão ao encontro do que Kristensen e Solhaug (2017) referem, mostrando que as VAA enquanto ferramentas servem de base para reflexão sobre questões políticas e têm um papel na formação de identidade política.

CONCLUSÃO

Perante a questão-problema que norteou a presente dissertação – **de que forma o uso de aplicações digitais na escola pode contribuir para a construção de conhecimento político, fomentar a discussão política e promover nos futuros jovens eleitores maior participação democrática em Portugal?** – formulamos três questões de investigação para as quais procuramos dar resposta a partir da leitura e análise dos documentos de orientação curricular e documentos internos do Agrupamento de Escolas bem como por meio de entrevistas realizadas a professores e alunos.

Em jeito de conclusão considera-se que a construção de conhecimento político é segundo as orientações curriculares e a perspetiva dos professores entrevistados fundamental para a formação de cidadãos informados, críticos e politicamente ativos. Nesse sentido os professores consideram o conhecimento político como um tema transversal aos conteúdos curriculares e, portanto, trabalhado em contexto de sala de aula, mesmo não havendo propriamente um tópico ou conteúdo sobre participação democrática ou conhecimento político.

Quanto aos alunos, estes consideram-se muito jovens para trabalhar estes temas, sentem que têm falta de conhecimentos políticos e não identificam os seus atos como atos de participação.

No que se refere ao fomento da participação democrática na escola, concretamente no AdE em estudo, em primeiro lugar verificou-se que não há, segundo os professores, uma tradição de participação dos alunos nos processos de decisão da escola. Em segundo lugar, as atividades que envolvem a participação dos alunos não são por eles reconhecidas como

atos de participação política, como é o caso da atividade “Orçamento participativo”, ou “os Miúdos vão a votos” Em terceiro lugar, os alunos consideram-se muito jovens para trabalhar temas políticos e para participar ativamente em ações políticas. Em quarto lugar, o Plano Anual de Atividades do Agrupamento regista a ocorrência de poucas atividades de cidadania e participação nos 3.º ciclo do ensino básico e do ensino secundário, ainda que sejam realizadas algumas atividades como se verificou através das entrevistas realizadas. E, por último, o período de realização de eleições para a Associação de Estudantes foi sentido por alunos e professores como principal atividade de participação democrática na escola e vivida com grande entusiasmo, tendo a campanha sido realizada na escola e nas redes sociais. Foi possível inferir que os professores e alunos recorrem às tecnologias digitais para fazer pesquisas e busca de informações, sendo o telemóvel o dispositivo mais utilizado em sala de aula para acesso à Internet, com recurso a várias ferramentas e aplicações digitais que levam à participação dos alunos em atividades de aprendizagem em sala de aula. Todos consideram que as aplicações de ajuda ao voto podem ser um bom instrumento de base para esclarecimento do funcionamento da política em Portugal.

No seguimento da entrevista os professores lamentaram a falta de tempo para trabalhar estes temas com os alunos de forma mais prática e os alunos consideram o secundário muito teórico e além disso demonstram interesse e motivação somente quando sabem que as atividades que realizam contribuem para a sua avaliação final, professores fizeram ainda referência ao excesso de burocracia na escola e a exigência de cumprimento do currículo devido aos exames e os alunos a necessidade de se preparem para os exames. Enquanto professor de História e CeD partilho das perceções dos professores participantes nomeadamente que os temas do conhecimento político e participação democrática são

transversais aos conteúdos curriculares. Porém com a realização deste mestrado pude perceber a importância de atualizar a minha percepção sobre o currículo e aquilo que são as orientações curriculares atuais em vigor e olhar para as AE como documentos de orientação que permitem uma maior flexibilidade libertando o currículo da rigidez a que estava obrigado. Esta é uma percepção que senti que ainda não estava presente nos professores entrevistados atendendo à existência dos exames nacionais.

Por fim após a realização deste trabalho de pesquisa considero que a ideia de construir uma ferramenta digital adaptada ao contexto português que trabalhe a literacia política poderá constituir uma mais-valia e um instrumento relevante no suporte ao trabalho desenvolvido por professores e alunos neste domínio. Essa ideia tem suporte ao nível documental em termos das orientações curriculares em vigor, com boa receptividade entre professores e alunos e pode funcionar como ferramenta de apoio à **construção de conhecimento político, fomento da discussão política e promoção nos jovens de maior participação democrática em Portugal.**

Limitações do Estudo

Como primeira limitação reconhece-se a inexperiência do investigador em trabalhos de investigação o que contribuiu para a sua insegurança no avanço das diversas etapas do trabalho de pesquisa, como por exemplo a dificuldade em construir os guiões de entrevistas e sua realização.

O trabalho inicial pretendia ser um estudo de casos múltiplos pois era pretensão realizar uma comparação entre escolas de diferentes regiões do país. Contudo, não foi possível a

sua realização devido a constrangimentos temporais em que se situa o desenvolvimento de um trabalho desta natureza no âmbito do calendário do mestrado, estando dependentes da resposta por parte do MIMÉ e da disponibilidade das escolas convidadas, que recusaram devido ao excesso de atividades que acusaram ter.

Quanto ao modelo de entrevista grupo focal, o investigador apercebeu-se aquando da entrevista de grupo que teria sido melhor realizar duas entrevistas grupo focal separando os ciclos de ensino, uma vez que se verificou uma participação mais ativa dos alunos do Ensino Secundário do que dos 3.º ciclo. Os alunos participantes eram somente de dois anos de escolaridade (8.º ano e 10.º ano), o que, talvez, fosse mais enriquecedor para o trabalho de pesquisa a participação de alunos de outros anos do mesmo ciclo.

Outra limitação considerada é o número de participantes quer de professores quer de alunos, crendo que o trabalho poderia ser mais consistente caso o número de participante fosse maior.

Por fim o investigador aconselha ser o mais célere possível com a elaboração dos guiões de entrevistas para submissão ao MIMÉ uma vez que os tempos de espera podem ser maiores do que o desejado tendo implicações diretas no desenvolvimento do trabalho de investigação.

Sugestões para Futuros Trabalhos

Como sugestão para trabalhos futuros desafia-se à criação de um protótipo de aplicação digital que trabalhe a literacia política, com base nos resultados deste estudo, que pode ser inspirada no exemplo *Whal-O-Mat* alemão.

Poderá, também, ser relevante desenvolver uma aplicação ou website que permita aos professores trabalhar os processos eleitorais e realizar simulações de eleições com os alunos.

Outro estudo que poderá ser desenvolvido é o alargamento deste a mais escolas portuguesas, recolhendo as atividades realizadas no âmbito da participação democrática e conhecimento político, sugerindo o uso de tecnologias nas diversas atividades com vista a promover o envolvimento e participação ativa dos alunos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aires, L. (2011). *Paradigma qualitativo e práticas de investigação educacional*. Universidade Aberta.
- Albertsen, A. (2020). *How do the Characteristics of Voting Advice Application Users Change Over Time? Evidence from the German Election Studies*. German Politics, 1. <https://doi.org/10.1080/09644008.2020.1830374>
- Almeida, C. & Alcario, I. (2009). *O Maquiavel Democrático. Relações Internacionais*, p.11–16.
- Alves, L. R. & Santana, P. J. (2021). *Aplicações de ajuda ao voto: que efeitos nos utilizadores portugueses?* Comunicação Pública, 13(24), <https://doi.org/10.4000/cp.2142>.
- Alves, S., Madanelo, O., & Martins, M. (2019). *Autonomia e flexibilidade curricular: caminhos e desafios na ação educativa. Gestão e Desenvolvimento*, 27(27), 337–362. <https://doi.org/10.7559/gestaoedesenvolvimento.2019.387>
- Amado, J. (2013). *Manual de investigação qualitativa em Educação*. Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Amado, J. & Freire, I. (2013). Uma visão holística da(s) disciplina(s) na escola. J. Machado & J. Matias Alves (orgs.), *Melhorar a Escola. Sucesso escolar, disciplina, motivação, direção de escolas e políticas educativas*, p. 55–71.
- Augusto, N. M. (2008). *A juventude e a(s) política(s): desinstitucionalização e individualização*. Revista Crítica de Ciências Sociais, p.155–177.
- Bardin, L. (2016). *Análise de Conteúdo*. Edições 70.
- Barreira, A. P. (2013). *A participação eleitoral em Portugal e na Europa: um puzzle de contradições*. In Livro de Estudos em Homenagem ao Professor João Ferreira do Amaral, Fundação Económicas. p.179–200.
- Batista, S. & Simões, J. A. (2022). *Cidadania digital em três países europeus: perfis de não participação cívica online*. Sociologia, Problemas e Práticas, 98, p.9–29.
- Bennett, W. L., Wells, C., & Freelon, D. (2011). *Communicating civic engagement: Contrasting models of citizenship in the youth web sphere*. Journal of communication, 61(5), 835–856.

- Borba, J. (2012). *Participação Política: uma revisão dos modelos de classificação*. Revista Sociedade e Estado – Vol. 27 N. 2, p.263–288.
- Bogdan, R. & Biklen, S. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação*. Porto Editora.
- Brady, H. (1998). *Political Participation*. In P. R. eds J. P. Robinson, *Measures of Political Attitudes*. San Diego: Academic Press. p.737–831.
- Cancela, J. & Vicente, M. (2019). *Abstenção e Participação Eleitoral em Portugal*. Câmara Municipal de Cascais.
- Capucha, L., Ucha, L., Afonso, M. R., & Gil, H. (2007). *Educação para a Cidadania Guião de Educação para a Cidadania em contexto escolar... Boas Práticas*. Direção Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular.
- Casacubierta & Gutiérrez–Rubi. (2010). *E-participación: de cómo las nuevas tecnologías están transformando la participación ciudadana*. Razón y Palabra. n.73.
- Creswell, J. W. & Miller, D. L. 2000. *Determining validity in qualitative inquiry. Theory into Practice*, 39(3), 124–131.
- Coutinho, C. (2011). *Metodologia de investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e prática*. Edições Almedina.
- Coutinho, C. (2013). *Métodos de investigação em ciências sociais e humanas: teoria e prática*. Famalicão. Almedina.
- Dias, D. L., Doula, S. M., & Cardoso, P. O. (2017). *Participação política nas redes sociais: um estudo com jovens universitários*. Revista Sociais e Humanas, 30(1). p.124–143.
- dos Santos, P.K., Schwanke, C. e Weber Machado, K.G. (2017). *Tecnologias digitais na educação: possibilidades para o desenvolvimento da educação para a cidadania global*. Educação Por Escrito. 8, 1. P.129–145. DOI :<https://doi.org/10.15448/2179-8435.2017.1.27674>.
- Carpentier, N., Dahlgren, P., & Pasquali, F. (2014). *The democratic (media) revolution: A parallel genealogy of political and media participation*. In Audience transformations: Shifting audience positions in late modernity.
- Carpentier, N.; Melo, A. M. & Ribeiro, F. (2019). *Resgatar a participação: para uma crítica sobre o lado oculto do conceito*. Comunicação e Sociedade, 36, p.17–35.

- Costa, F.; Viana, J.; Trez, T.; Gonçalves, C. & Cruz, E. (2017). *Desenho de atividades de aprendizagem baseado no conceito de aprender com tecnologias*. In A. O. M. J. Gomes, *Challenges 2017. Aprender nas nuvens*. Centro de Competência da Universidade do Minho. p.497–423.
- da Silva, M. M.; Saramago de Oliveira, G. & Oliveira da Silva, G. (2021). *A Pesquisa bibliográfica nos estudos científicos de natureza qualitativa*. *Revista Prisma*, 2(1), p. 91–103.
- Dahlgren, P. (2009). *Media and political engagement: Citizens, communication and democracy*. Cambridge. CUP.
- Dalton, R. J.; McAllister, I. & Wattenberg, M. P. (2003). *Democracia e identificação partidária nas sociedades industriais avançadas*. In *Análise Social*. Revista do Instituto da Universidade de Lisboa. p.295–320.
- Dassonneville, R. (2017). *Age and voting*. In J. E.–B. K. Arheimer, *The Sage Handbook of electoral behavior* (S. VOL.2). Thousands Oaks, CA: SAGE, p.137–158
- Delors, J., Chung, F., Geremek, B., Gorham, W., Kornhauser, A., Manley, M., ... & Nanzhao, Z. (1996). *Educação um tesouro a descobrir*. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, 6.
- Denzin, N. K. e Lincoln, Y. S. (2006). *O planejamento da pesquisa qualitativa. Teorias e abordagens*. Artmed editora.
- Dezelan, T. (2015). *Young People and Democratic Life Europe: What next after the 2014 European Elections?* European Youth Forum 2015.
- DGE (2017). *Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania*. Direção–Geral de Educação: https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Projetos_Curriculares/Aprendizagens_Essenciais/estrategia_cidadania_original.pdf
- DGE (2021). *Aprendizagens Essenciais– 3.º Ciclo do Ensino Básico*. Direção–Geral de Educação: <http://www.dge.mec.pt/aprendizagens-essenciais-ensino-basico>
- DGE (2021). *Aprendizagens Essenciais–Ensino Secundário*. Direção–Geral de Educação: <http://www.dge.mec.pt/aprendizagens-essenciais-ensino-secundario>
- Dinas, E., Trechsel, A. H., & Vassil, K. (2014). *A look into the mirror: Preferences, representation and electoral participation*. *Electoral Studies*, 36, 290–297. <https://doi.org/10.1016/j.electstud.2014.04.011>
- EACEA (2013). *Youth Participation in Democratic Life*. EACEA 2010/03.
- EIU (2021). *Democracy Index 2021: the China challenge*. The Economist Intelligence Unit's.
- ENEC (2017). *Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania*. Direção Geral da Educação
- Enyedi, Z. (2016). *The Influence of Voting Advice Applications on Preferences, Loyalties and Turnout: An Experimental Study*. *Political Studies*, 64(4), p.1000–1015.
- Esteves, M. (2006). *Análise de conteúdo*. In I. J. (Orgs.). *Fazer investigação*. Porto Editora, p.105–126.

- Europeu, P. (2014). *Estudo pós-eleitoral 2014 Eleições Europeias de 2014*.
https://www.europarl.europa.eu/pdf/eurobarometre/2014/post/post_2014_survey_analitical_overview_pt.pdf
- Europeu, P. (2019). European Parliament. *2019 European Election Results*.
<https://www.europarl.europa.eu/election-results-2019/en/turnout/>
- Europeia, C. (2020). *Comunicação da comissão ao parlamento europeu, ao conselho e ao comité económico e social europeu*. Relatório sobre as eleições para o Parlamento Europeu de 2019. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52020DC0252&from=FR>
- Europeia, C. (2021). *EU Youth Conference Report and Implementations Toolbox*.
https://jugenddialog.de/wp-content/uploads/2021/06/EU-Youth-Conference-Report-and-Implementation-Toolbox_2021Portugal-2.pdf
- Europeia, U. (2015). *Capacitar os jovens para a participação política na vida democrática na Europa*. Guia de implementação. 4º ciclo do diálogo estruturado em matéria de juventude julho 2014-dezembro. Tradução do documento original produzido pela Presidência Luxemburguesa do Conselho da União Europeia,
- Europeia, U. (2018). *Estratégia da União Europeia para a Juventude 2019-2027*. *Jornal Oficial da União Europeia*, p. 15.
- Europeia, U. (2022). *Ativismo em Linha*. https://europa.eu/youth/get-involved/civic-engagement/online-activism_pt
- Fernandes, T. (2017). *Variedades de Democracia na Europa do Sul 1968-2016. Uma comparação entre Espanha, França, Grécia, Itália e Portugal*. Imprensa de Ciências Sociais.
- Ferreira, P. D., Trigo, L. R., & Menezes, I. (2003). *The political development of adolescents: the impact of family background, opportunities for participation in and out of school, and the implications for citizenship education projects*. In Fifth Conference of the children's identity and citizenship in Europe thematic network. p. 341-373.
- Ferreira, C. A. (2020). *A flexibilidade curricular: um estímulo à mudança das práticas pedagógicas*. *Revista Espaço Do Currículo*, 13(2). p.316-325.
<https://doi.org/10.22478/ufpb.1983-1579.2020v13n1.45563>
- Fivaz, J., & Nadig, G. (2010). *Impact of Voting Advice Applications (VAAs) on Voter Turnout and Their Potential Use for Civic Education*. *Policy & Internet*, 2(4), p.162-195.
<https://doi.org/10.2202/1944-2866.1025>
- Flanagan, C. & Sherrod, L. (1998). *Youth political development: an introduction*. *Journal of Social Issues*.
- Flick, U. (2009). *Desenho da pesquisa qualitativa*. Artmed Editora.
- Foa, R. S. & Mounk, Y. (2016). *The Danger of Deconsolidation*. *Journal Democracy*, p.5-17.
- Foa, R. S. & Mounk, Y. (2017). *The Signs of Deconsolidation*. *Journal of Democracy*, p.5-15.

- Fonseca, P. (2020). *A Ciência Política e a Crise da Democracia*. Revista portuguesa de ciência política nº13, p. 69–86.
- Fontana, A., & Frey, J. H. (2000). *The interview: From structured questions to negotiated text*. In N. K. Denzin, & Y. S. Lincoln (Eds.), *Handbook of qualitative research* (2nd ed., p. 645–672). Thousand Oaks, CA: Sage
- Garzia, D., Trechsel, A. H., & De Angelis, A. (2017). *Voting Advice Applications and Electoral Participation: A Multi-Method Study*. *Political Communication*, 34(3), p.424–443.
- Garzia, D., Trechsel, A. H., Vassil, K., & Dinas, E. (2014). *Indirect Campaigning: Past, Present and Future of Voting Advice Applications*. *Internet & Democracy in Global Perspective*, p.25–41.
- García-Albacete, G. M. (2014). *Young People's Political Participation in Western Europe: Continuity or Generational Change?* Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Gil, H., Gaspar C., Cunha, J., Faustino., & Ambrósio, L. (2018). *A utilização de recursos educativos digitais na escola do século XXI: Novos paradigmas? Novos desafios... ou uma nova Ética?*. In Congresso Internacional TIC e Educação. Instituto de Educação da Universidades de Lisboa. p.431–443
- Gohn, M. G. (2019). *Teorias sobre a Participação Social: desafios para a compreensão das desigualdades sociais*. *Caderno CRH [online]*, v.32, n.85, p. 63–81.
- Grasso, M. T.; Farrall, S.; Gray, E.; Hay, E. C. & Jennings, W. (2019). *Socialization and generational political trajectories: an age, period and cohort analysis of political participation in Britain*. *Journal of Elections, Public Opinion and Parties* 29 (2), p. 199–221.
- Hansen. (n.d). *Political Participation: How and Why Do People Get Involved in Politics?* Milbrath Lester W. and Goel M. L. *The American Political Science Review.*, 72(4), p.1482–1484.
- Hess, D. E. & McAvoy, P. (2014). *The political classroom: Evidence and ethics in democratic education*. Routledge.
- Hill, M. M. & Hill, A. (2009). *Investigação por questionário*. Edições Sílabo.
- Hladschik, P., Lenz, C., & Pirker, G. (2021). *The Reference Framework of Competences for Democratic Culture in the Non-formal Educational Sector*. https://dare-network.eu/wp-content/uploads/2021/03/2021_DARE_BLUE-LINES_RFCDC.pdf.
- IDEA, I. (1999). *Youth Voter Participation*. <https://www.idea.int/sites/default/files/publications/youth-voter-participation>
- IDEA, I. (2021a). *The Global State of Democracy 2021 Building. Resilience in a Pandemic Era*. <https://idea.int/gsod/sites/default/files/2021-11/global-state-of-democracy-2021.pdf>
- IDEA, I. (2021b). *The Global State of Democracy Indices*. t/: <https://www.idea.int/gsod-indices/countries-regions-profile?rsc=%5B235%5D>

- Infopédia. (2022). *Participar / Definição ou significado de Participar*. Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/Participar>
- Israel, J., Marschall, S., & Schultze, M. (2019). *Effects of voting advice applications during election campaigns*. Evidence from a panel study at the 2014 European elections. *Journal of Information Technology & Politics*, 16(3), 250–264.
- Jonassen, D. (2007). *Computadores, Ferramentas Cognitivas. Desenvolver o pensamento crítico nas escolas*. Porto Editora.
- Kamoen, N., Holleman, B., Krouwel, A., Van de Pol, J., & de Vreese, C. (2015). *The Effect of Voting Advice Applications on Political Knowledge and Vote Choice*. *Irish Political Studies*, 30(4), p.595–618.
- Kleinnijenhuis, J., van de Pol, J., van Hoof, A. M., & Krouwel, A. P. (2019). *Genuine effects of vote advice applications on party choice: Filtering out factors that affect both the advice obtained and the vote*. *Party Politics*, 25(3), p.291–302.
- König, P. D., & Nyhuis, D. (2020). *Assessing the applicability of vote advice applications for estimating party positions*. *Party Politics*, 26(4), p.448–458.
- Kristensen, N. N., & Solhaug, T. (2017). *Students as First-time Voters: The Role of Voter Advice Applications in Self-reflection on Party Choice and Political Identity*. *Journal of Social Science Education*, 16(1), p.32–42.
- Ladner, A. (2016). *Do VAAs Encourage Issue Voting and Promissory Representation? Evidence From the Swiss Smartvote*. *Policy & Internet*, 8(4), p.412–430.
- Lajas, R. A., & Pereira, J. S. (2018). *Aplicações de ajuda ao voto: que efeitos nos utilizadores portugueses?*. *Comunicação Pública*, 13(24)
- Lakatos, E. M. & Marconi, M. d. (1996). *Técnicas de pesquisa*. 3a edição. Editora Atlas.
- Law, N.; Chow, S. & Fu, K. (2018). *Digital Citizenship and social media: A Curriculum Perspective*. In J. V. (eds.), *Second Handbook of Information Technology in Primary and Secondary Education*, Springer International Handbooks of Education. Springer International Publishing AG. p. 53–68.
- Macnamara, J., Sakinofsky, P. & Beattie, J. (2012). *E-electoral Engagement: How Governments Use Social Media to Engage Voters*. *Australian Journal of Political Science*, 47 (4), p.623–639, DOI: 10.1080/10361146.2012.731491
- Magalhães, P. (2008). *Redes sociais e participação eleitoral em Portugal*. *Revista Análise Social*, 43 (3), p.473–504.
- Magnoni, A. F.; Camargo, A. C. & Miranda, V. G. (2017). *A internet como indutora da participação política: mídia, tecnologia e engajamento nos ambientes digitais*. *Revista de Comunicação da Universidade Católica de Brasília-Comunicologia*. v.10, n.2, p.182–201.

- Malafaia, C.; Menezes, I. & Neves, T. (2016). *Os cidadãos continuam a ter direito à democracia! discursos de jovens estudantes sobre as manifestações anti-austeridade em Portugal*. Educação, Sociedade & Culturas, (49), p.51-71.
- Malafaia, C., Neves, T., & Menezes, I. (2021). *The gap between youth and politics: Youngsters outside the regular school system assessing the conditions for being political subjects*. Young, 29(5), p.437-455.
- Marschall, S., & Schmidt, C. K. (2008). *Preaching to the converted or making a difference? Mobilizing effects of an internet application at the German general election 2005*. In Non-party actors in electoral politics. p. 259-278.
- Marschall, S., & Schultze, M. (2015). *German E-Campaigning and the Emergence of a 'Digital Voter'? An Analysis of the Users of the Wahl-O-Mat*. German Politics, 24(4), p.525-541. <https://doi.org/10.1080/09644008.2014.949681>
- Martins, G. (Coord.), Gomes, C., Brocardo, J., Pedroso, J., Carrillo, J., Silva, L., Encarnação, M., Horta, M., Calçada, M., Nery, R. & Rodrigues, S. (2017). Despacho n.º 9311/2016, de 21 de julho. *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*. Ministério da Educação/Direção Geral da Educação (DGE).
- Mathé, N. E. (2018). *Engagement, passivity and detachment: 16-year-old students' conceptions of politics and the relationship between people and politics*. British Educational Research Journal, 44(1), p.5-24.
- Menezes, I. et al. (2012). *Agência e Participação Cívica e Política: Jovens e Imigrantes na Construção da Democracia*. Livpsic/Legis Editora.
- Minayo, M. C. (Org.); Deslandes, S. F.; Neto, O. C. & Gomes, R. (2002). *Pesquisa Social –teoria, método e criatividade*. 21ª. Edição. Editora Vozes.
- Monteiro, F., Monteiro, A., & Alves, B. (12-15 de março de 2021). *Europe for YOUTH Youth for Europe, Space for Democracy and Participation*. https://youth2021portugal.eu/assets/files/youth-conference/eu_youth_conference_report_and_implementation_toolbox_2021portugal.pdf, Portugal.
- Morgado, J. C., & Silva, C. M. R. da. (2018). *Contextualização, articulação, flexibilidade e autonomia curricular: pilares para a inovação e mudança educativa*. In *Centro de Investigação em Estudos da Criança*. Universidade do Minho. Ensino Transversal: Flexibilidade Curricular e Inovação. p. 38-51. https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/61194/2/e-Book_CROSSCUT2018_JCM_%26_CS_39-51_%26capa.pdf
- Muñiz, C.; Saldierna, A. R.; Salazar, A. & Batres. (2020). *La influencia de la escuela, familia y medios de comunicación en el proceso de socialización política de estudiantes de primaria: Análisis en el contexto de Nuevo León*. E-Ciencias de la Información, 10(1).
- Mycock, A. (2015). *Learning to vote? Don't start with a referendum*. LSE Brexit.

- Norris, P. (2004). *Young people & political activism*. Harvard University, John F. Kennedy School of Government.
- Norris, P. & Grömping, M. (2019). *Electoral integrity worldwide*. The Electoral Integrity Project.
- OECD. (2021). Better Life index. <https://www.oecdbetterlifeindex.org/pt/quesitos/civic-engagement-pt/>
- Parry, G., Moyser, G. & Day, N. (1992). *Political Participation and Democracy in Britain*. Cambridge University Press.
- Pattie, C., Seyd, P. & Whiteley, P. (2004). *Citizenship in Britain: Values, Participation and Democracy*. Cambridge University Press.
- Pianzola, J., Trechsel, A. H., Vassil, K., Schwerdt, G., & Alvarez, R. M. (2019). *The Impact of Personalized Information on Vote Intention: Evidence from a Randomized Field Experiment*. *Journal of Politics*, 81(3), p.833–847.
- Pickard, S. (2019). *Young environmental activists are doing it themselves*. *Political Insight*, 10(4), p.4–7.
- PORDATA. (2021). *Participação eleitoral*. <https://www.pordata.pt/Tema/Portugal/Participa%3a7%3a3o+Eleitoral-44>
- Putnam, R. D., Leonardi, R., Nanetti, R. (1993). *Making Democracy Work. Civic Traditions*. In *Modern Italy*. Princeton University Press.
- Quintelier, E. (2015). *Engaging adolescents in politics: The longitudinal effect of political socialization agents*. *Youth & Society*, 47(1), p.51–69.
- Reichert, F. & Print, M. (2019). *Participatory practices and political knowledge: how motivational inequality moderates the effects of formal participation on knowledge*. *Social Psychology of Education*, 22, p.1085–1108.
- Reis, P. (2013). *Da discussão à ação sociopolítica sobre controvérsias sociocientíficas: uma questão de cidadania*. *Ensino de Ciências e Tecnologia em Revista* 3(1). jan./jun.
- Reis, P. (2021). *Cidadania Ambiental e ativismo juvenil*. *ENCITEC – Ensino de Ciências e Tecnologia em Revista*. Vol. 11, n. 2., p. 5–24, mai./ago., p.5–24.
- Ribeiro, A. & Menezes, I. (2015). *Educação e Democracia: Potencialidades e Riscos da parceria entre escolas e ONG*. *Interações*. 36, p.68–83.
- Ribeiro, N.; Neves, T. & Menezes, I. (2016). *Participação cívica e política de jovens imigrantes e portugueses*. *Análise Social*, 221, LI (4), p.822–849.
- Rodrigues, M.; Menezes, I. & Ferreira, P. D. (2018). *Efeitos longitudinais da socialização política nos comportamentos de participação de jovens*. *Educação e Pesquisa* v.44, e175560, p.1–20.
- Rodrigues, A., de Almeida, M. E. B., & Valente, J. A. (2017). *Currículo, narrativas digitais e formação de professores: Experiências da pós-graduação à escola*. *Revista Portuguesa de Educação*, 30(1), p. 61–83. <https://doi.org/10.21814/rpe.8871>

- Ruedin, D. (2007). *Testing Milbrath's 1965 Framework of Political Participation: Institutions and Social Capital*. *Contemporary Issues and Ideas in Social Sciences* 3(3).
- Santos, K. M., & Costa, C. J (2019). *Tecnologias Digitais e Ensino De Inglês: uma proposta de escrita colaborativa e produção de vídeo*. *Revista Observatório*, 5(6). p.547-577.
<https://doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2019v5n6p547>
- Schulz, W., Ainley, J., Fraillon, J., Losito, B., Agrusti, G., & T., F. (2018). *Becoming citizens in a changing world: IEA international civic and citizenship education study 2016 international report*. IEA and Springer
- Schultze, M. (2014). *Effects of Voting Advice Applications (VAAs) on Political Knowledge About Party Positions*. *Policy & Internet*, 6(1), p.46-68
- Silva, J. (2020). *Uma geração que não vai às urnas: porque é que os jovens votam menos nas eleições?* Artigo de: João Moreira da Silva. *Revista Visão*.
- Silva, A. A. (2004). *Professores utilizadores das TIC em contexto educativo: estudo de caso numa escola secundária*.
https://elearning.ulisboa.pt/pluginfile.php/411043/mod_resource/content/1/inovacao_educacao_asilva.pdf
- Sloam, J. (2014). *New voice, less equal: The civic and political engagement of young people in the United States and Europe*. *Comparative Political Studies*, 47(5), p.663-688
- Sloam, J. (2016). *Diversity and voice: The political participation of young people in the European Union*. *The British Journal of Politics and International Relations*, 18(3). p.521-537. <https://doi.org/10.1177/1369148116647176>
- Sloam, J., & Henn, M. (2019). *Youthquake 2017: The rise of young cosmopolitans in Britain*. Palgrave Macmillan.
- Solijonov, A. (2016). *Voter Turnout Trends around the World*. International Institute for Democracy and Electoral Assistance.
- Strandberg, K., & Carlson, T. (2017). *Expanding the online political demos but maintaining the status quo? Internet and social media use by Finnish voters prior to elections, 2003-15*. *Scandinavian Political Studies*, 40(1), p.82-106
- Teorell, J., Torcal, M., Montero, J. R. (2007). *Political participation: Mapping the terrain. In Citizenship and involvement in European democracies*. Routledge, p. 358-381
- Theocharis, Y.; de Moor, J.; & van Deth, J. W. (2019). *Digitally Networked Participation and Lifestyle Politics as New Modes of Political Participation*. *Policy & Internet* Vol.13, 1, p. 30-53.
- Trechsel, A. H., & Mair, P. (2011). *When parties (also) position themselves: An introduction to the EU Profiler*. *Journal of Information Technology & Politics*, 8(1), p.1-20
- Tuckman, B. W. (2002). *Manual de investigação em educação: como conceber e realizar o processo de investigação em educação*. 2.ª ed. Fundação Calouste Gulbenkian.
- van Deth, J. W. (2001). *Studying political participation: Towards a theory of everything*. ECPR joint sessions of workshops.

- van Deth, J. W. (2014). *A conceptual map of political participation*. *Acta Politica*, 49, p.349–367.
- van Deth, J. W. (2021). *What Is Political Participation?* In O. R. Politics. Oxford University Press.
- Verba, S. & Nie, N. H. (1972). *Participation in America: Political democracy and social equality*. Harper & Row.
- Viana, J. & Peralta, H. (2020). *Aprender na era digital: do currículo para todos ao currículo de cada um*. *Revista Portuguesa de Educação*, 33(1), p.137–157.
- Weiss, J. (2020). *What is youth political participation? Literature review on youth political participation and political attitudes*. *Frontiers in Political Science*, 2, 1.
- White, C.; Bruce, S. & Ritchie, J. (2000). *Young People's Politics: Political Interest and Engagement amongst 14–24 Year Old*. National Centre for Social Research, Joseph Rowntree Foundation.
- Zhong, F.; Li, P. & Xi, J. (2022). *A Survey on Online Political Participation, Social Capital, and Well-Being in Social Media Users—Based on the Second Phase of the Third (2019) TCS Taiwan Communication Survey Database*. *Front. Psychol.*

Legislação

- Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE). Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, Diário da República n.º 237, Série I, de 14.10.1986 (alterada em 1997 — Lei n.º 115/97, de 19 de setembro; em 2005 — Lei n.º 49/2005, de 30 de agosto; e em 2009 — Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto).
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/2018, de 7 de maio. Diário da República n.º 87/2018, Série I de 2018-05-07, p. 1835 - 1880.
- <https://data.dre.pt/eli/resolconsmin/55/2018/05/07/p/dre/pt/htm>

APÊNDICES

Apêndice 1. – Termo de consentimento informado para encarregados de educação

CONSENTIMENTO INFORMADO

Aplicações Digitais como Instrumento de Educação para a Participação Democrática em Portugal

Estudo desenvolvido no âmbito do Mestrado em Educação, especialidade em Educação e Tecnologias Digitais, pelo Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, por Henrique Torres Deger, sob a orientação da Professora Doutora Joana Viana.

Exmo(a). Sr(a). Encarregado(a) de Educação,

No âmbito do desenvolvimento de uma dissertação de mestrado em Educação, na especialidade em Educação e Tecnologias Digitais, que está a ser realizada no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa (IE-ULisboa), por Henrique Ramos Torres Deger, sob a orientação da Professora Doutora Joana Viana, e que se intitula **Aplicações Digitais como Instrumento de Educação para a Participação Democrática em Portugal**, vimos por este meio solicitar a vossa autorização para que a/o sua/seu educanda/o possa participar neste estudo. Este trabalho tem por propósito perceber e caracterizar como é promovida a construção de conhecimento político e fomentada a participação democrática nas escolas entre os alunos do 3º ciclo do ensino básico e do ensino secundário, nomeadamente nas aulas das disciplinas de Cidadania e Desenvolvimento, História, e Filosofia.

Neste sentido será realizada uma entrevista em grupo na qual o/a sua/seu educanda/o é convidado a participar para que possamos perceber como é construído o seu conhecimento político e fomentada a discussão política em contexto escolar e que papel a tecnologia digital tem neste processo. A participação das/os alunas/os é voluntária e é garantido o anonimato dos participantes e dos dados recolhidos, que serão mantidos confidenciais, respeitando os princípios éticos de investigação em ciências sociais e a Carta de Ética do IE-ULisboa.

No caso de algum aluno/a se recusar a participar ou a continuar a participar no estudo, a sua decisão será sempre respeitada, mesmo que tenha sido obtida a autorização dos seus representantes legais.

Agradecemos desde já a vossa atenção e colaboração neste estudo.

Com os melhores cumprimentos,

Lisboa, abril de 2022



Eu, _____, Encarregado/a de Educação do/a aluno/a _____, a frequentar o ____ ano, na turma _____, com o nº _____, venho por este meio autorizar que o/a meu/minha educando/a colabore no estudo de investigação **Aplicações Digitais como Instrumento de Educação para a Participação Democrática em Portugal**, através da sua participação numa entrevista em grupo.

Data: ___/___/___

(Assinatura do(a) Encarregado(a) de Educação)

Apêndice 2. – Termo de consentimento informado para professores

CONSENTIMENTO INFORMADO

Aplicações Digitais como Instrumento de Educação para a Participação Democrática em Portugal

Estudo desenvolvido no âmbito do Mestrado em Educação, especialidade em Educação e Tecnologias Digitais, pelo Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, por Henrique Torres Deger, sob a orientação da Professora Doutora Joana Viana.

1. Estudo: problema e questões de investigação: O estudo propõe-se responder ao seguinte problema de investigação: De que forma o uso de aplicações digitais pode contribuir para a construção de conhecimento político, fomentar a discussão política e promover nos futuros jovens eleitores maior participação democrática em Portugal?

Para tal foram desenvolvidas as seguintes questões de investigação:

1. De que forma está prevista a construção de conhecimento por parte dos alunos ao longo da sua escolaridade, de acordo com os documentos de orientação curricular nacional?
2. Como é fomentada a participação democrática dos jovens na escola, nomeadamente no 3º ciclo do ensino básico e no ensino secundário?
3. Que contributos podem dar as aplicações digitais para a construção de conhecimento político e envolvimento dos jovens na participação democrática?

2. Participação no estudo: a participação neste estudo tem carácter facultativo, sem qualquer consequência direta ou indireta a nível profissional ou pessoal. Ao participante, uma vez aceite o convite para colaborar neste estudo, ser-lhe-á solicitado a assinatura deste Termo de Consentimento Informado, o que o deverá fazer antes do início do estudo. Ao mesmo é entregue uma cópia do termo por si assinado.

3. Tipo de participação: numa conversa, via videochamada, com o investigador, o participante procurará responder a uma entrevista que terá por base questões relativas ao objetivo do estudo. A Entrevista terá como tempo de duração de, aproximadamente, 30–45 minutos.

4. Procedimentos para desistir de participar no estudo: É possível desistir a qualquer momento deste estudo, sem necessidade de justificar ou apresentar um motivo. Não é obrigatória a resposta a todas as questões colocadas ao longo da entrevista e a desistência não terá qualquer consequência. Esclareço que os dados recolhidos até ao momento da desistência podem ser destruídos ou apagados, caso seja essa a intenção do participante.

5. Utilização dos dados durante a investigação, a disseminação dos resultados e o armazenamento: De modo a assegurar o anonimato de cada participante e a confidencialidade os dados sobre o participante, os dados partilhados serão codificados, mantidos em sigilo e as informações transmitidas durante as entrevistas serão tratadas apenas no âmbito do desenvolvimento e disseminação do estudo, respeitando as normas éticas da investigação desenvolvidas no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.

6. Procedimentos para salvaguardar a confidencialidade e o anonimato dos dados pessoais (quanto a armazenamento, partilha e reutilização): Todos os dados serão anonimizados e não haverá recolha de qualquer dado pessoal dos participantes que os permita identificar. Os dados ficarão com acesso restrito, analisados apenas pelo investigador e visualizados após recolha, em caso de necessidade, pela orientadora professora Doutora Joana Viana, em espaço online seguro (plataformas institucionais). Os ficheiros digitais e respetivas transcrições serão codificados e, assim que a investigação termine, serão destruídos.

7. Procedimentos para esclarecer dúvidas ou apresentar uma reclamação: Em caso de dúvidas, pode sempre contactar o investigador. Em caso de reclamação, pode entrar em contacto com as instituições CNPD – Comissão Nacional de Proteção de Dados e DPO — Data Protection Officer da ULisboa), pelo e-mail: rqpd@ulisboa.pt.

Confirmo que li e compreendi a informação que me foi entregue sobre o estudo, datada de [____/____/_____].

Confirmo que tive a oportunidade de refletir sobre esta informação e de esclarecer todas as minhas dúvidas.

Investigador: Henrique Torres Deger (estudante do Mestrado em Educação: área de especialidade Educação e Tecnologias)

**ATENÇÃO: A participação neste estudo é voluntária
Por favor, deve guardar uma cópia deste formulário de consentimento.**

Aceito participar no estudo.

Nome do participante: _____

Assinatura e data

Para informações, favor contactar:

h.torres@edu.ulisboa.pt

Contacto telefónico: 915511318

Apêndice 3. – 1º versão do guião de entrevista semi-diretiva para professores

Entrevista Semi-Diretiva a Professores

Aplicações Digitais como Instrumento de Educação para a Participação Democrática em Portugal

Propósito geral:

Perceber e caracterizar como é promovida a construção de conhecimento político e fomentada a participação democrática nas escolas entre os alunos do 3º ciclos do ensino básico e ensino secundário, nomeadamente nas aulas da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento, História, e Filosofia.

Participantes

As entrevistas têm como participantes professores que lecionam a disciplina de Cidadania e Desenvolvimento, Filosofia e História no 3º ciclo do ensino básico e ensino secundário, de dois agrupamentos de escolas da área metropolitana de Lisboa.

Objetivo Gerais

A entrevista tem por base os nossos objetivos gerais:

1. Perceber de que forma é promovida a construção de conhecimento político por parte dos alunos nas escolas do 3º ciclo do ensino básico e do ensino secundário;
2. Identificar como é fomentada na escola a participação democrática dos jovens, nomeadamente no 3º CEB e no ensino secundário em dois Agrupamentos de Escola da zona da Grande Lisboa;
3. Descrever o papel dos documentos de orientação curricular (Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória; Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania; Aprendizagens Essenciais das disciplinas de História, Cidadania e Desenvolvimento, e Filosofia) na formação do indivíduo como cidadão participativo.

Objetivos específicos

Com o propósito de responder aos objetivos gerais foram desenhados os seguintes objetivos específicos das entrevistas aos participantes:

- Clarificar as perceções dos professores sobre o que está previsto nos documentos de orientação curricular nacional relativamente à construção de conhecimento político por parte dos alunos ao longo da sua escolaridade.
- Descrever de que forma os professores, de acordo com os documentos de orientação curricular nacional, promovem o conhecimento político quer em sala de aula ou fora dela.

- Identificar os tópicos de conteúdo trabalhados pelos professores com vista à construção de conhecimento político por parte dos alunos.
- Detalhar as atividades, as estratégias e as ferramentas digitais utilizadas pelos professores para fomentar construção de conhecimento político por parte dos alunos e a participação democrática dos alunos na escola, nomeadamente do 3º ciclo do ensino básico e ensino secundário nos Agrupamentos de Escolas em estudo;
- Identificar as perceções dos professores sobre as mais valias no uso de tecnologias digitais para o fomento da participação democrática.

Condições para a realização das entrevistas:

Os participantes serão abordados por e-mail para o agendamento das entrevistas. As entrevistas serão realizadas por videoconferência (Zoom–Colibri/Google Meet).

Guião de entrevista semi-diretiva aos professores

| BLOCO TEMÁTICO | OBJETIVOS | TÓPICOS ORIENTADORES DAS QUESTÕES |
|---|---|---|
| 1. Legitimação da entrevista | 1.1 Contextualizar o estudo e objetivos da entrevista | Informação sobre o contexto e objetivos do estudo. Informar acerca da duração aproximada da entrevista. |
| | 1.2 Motivar o entrevistado | Agradecer a disponibilidade e colaboração no estudo. Realçar a importância da sua participação para o sucesso da investigação em curso. |
| | 1.3 Garantir a confidencialidade e anonimato | Informar e garantir ao entrevistado a confidencialidade e anonimato dos dados recolhidos na entrevista. |
| | 1.4 Pedir autorização para a gravação da videochamada. | Requer a autorização para gravação áudio da entrevista, com vista a facilitar a recolha e o tratamento da informação. |
| 2. Perfil do entrevistado | 2.1 Identificar dados pessoais e académicos | Pedir informações ao entrevistado sobre: <ul style="list-style-type: none"> - idade - género - formação académica inicial - formação (complementar) no domínio das Tecnologias Digitais |
| | 2.2 Identificar ciclos e/ou anos de escolaridade que leciona | É professor de que ciclo(s). Quais os anos de escolaridade a que leciona |
| | 2.3 Identificar disciplinas que leciona | Quais as disciplinas que leciona atualmente? |
| | 2.4 Identificar experiência profissional | Quantos anos tem de experiência como professor? Qual a sua situação profissional? (Quadro de Escola / Quadro de Zona Pedagógica / Contrato) |
| 3. Conhecimento político e Currículo | 3.1 Clarificar as perceções dos professores sobre o que está previsto nos documentos de orientação curricular nacional relativamente à construção | Os documentos de orientação curricular nacional têm prevista a construção de conhecimento político dos alunos desta e desta forma: (contextualizar e exemplificar quanto aos documentos curriculares) |

| | | |
|--|---|--|
| | <p>de conhecimento político por parte dos alunos ao longo da sua escolaridade.</p> <p>3.2 Descrever de que forma os professores, de acordo com os documentos de orientação curricular nacional, promovem o conhecimento político quer em sala de aula ou fora dela.</p> <p>3.3 Identificar os tópicos de conteúdo trabalhados pelos professores com vista à construção de conhecimento político por parte dos alunos.</p> <p>3.4 Identificar quais as ferramentas digitais utilizadas pelos professores para a construção de conhecimento político dos alunos</p> | <p>Qual a sua perceção relativamente à construção do conhecimento político prevista nas orientações curriculares.</p> <p>Em quais documentos é mais perceptível a orientação para a construção de conhecimento político? (direcionar a questão para saber se costumam basear-se nestes doc de orientação curricular (PA, AE, ENEC), algum mais relevante? Porquê?)</p> <p>Tendo presente as orientações curriculares como é realizada, em contexto de sala de aula, a construção de conhecimento político?</p> <p>E fora da sala de aula?</p> <p>Os alunos são recetivos à aquisição de conhecimentos que visam a construção do seu conhecimento político?</p> <p>Quais os tópicos de conteúdo trabalhados pelos professores com vista à construção de conhecimento político por parte dos alunos?</p> <p>De que forma é que isso é feito, isto é, que atividades são desenvolvidas, com que estratégias, que recursos são usados?</p> <p>Que tipo de estratégias de ensino e aprendizagem têm sido utilizadas para construir o conhecimento político nos alunos.</p> <p>Identifique atividades ou práticas?</p> <p>De que forma as atividades ou práticas realizadas foram eficazes na construção de conhecimento político?</p> |
| <p>4. Fomento da participação democrática</p> | <p>4.1 Detalhar as atividades, as estratégias e ferramentas utilizadas pelos professores para fomentar a participação democrática dos alunos na escola, nomeadamente entre os alunos do 3º ciclos do ensino básico e ensino secundário nos casos em estudo;</p> | <p>De que forma é fomentada a participação democrática dos jovens na escola?</p> <p>Identifique exemplos concretos. Assembleia de turma e/ou de escola? Em caso de resposta afirmativa, de que forma são organizadas e quais têm sido os resultados? Em caso de resposta negativa, quais são as razões para a sua inexistência? Têm sido promovidas sessões do Parlamento Jovem na escola? Em caso de resposta afirmativa, de que forma são organizadas e quais têm sido os resultados? Em caso de resposta negativa, quais as razões para a sua inexistência?</p> |

| | | |
|---|---|---|
| | <p>4.2 Descrever a percepção dos professores relativamente à relação dos jovens com as questões de participação política.</p> | <p>Quais as dificuldades sentidas pelos professores nessas iniciativas? E pelos alunos?</p> <p>De que forma foram ultrapassadas (se foram) essas dificuldades? Detalhe as atividades realizadas que procuraram fomentar a participação política dos alunos.</p> <p>Que estratégias foram utilizadas?</p> <p>Qual foi a receptividade dos alunos quando são propostas atividades que tem por finalidade fomentar a participação democrática.</p> <p>De uma forma geral, a percepção é a de que os jovens não se envolvem em política e não se interessam por questões políticas. Concorda com esta afirmação?</p> <p>Os dados dos últimos atos eleitorais indicam que a abstenção tende a ser muito elevada entre os mais jovens. No seu entender, o que explica esta abstenção?</p> |
| <p>5. Uso de tecnologias no fomento da participação política</p> | <p>5.1 Identificar as percepções dos professores sobre as mais valias no uso de tecnologias para o fomento da participação democrática.</p> | <p>De forma geral, como vê o uso de tecnologias digitais no fomento e construção da participação política e democrática?</p> <p>Que contributo deram as tecnologias para o fomento da participação política?</p> <p>Foram utilizadas tecnologias digitais como suporte às atividades Ferramentas digitais/apps utilizadas Recursos digitais usados Dispositivos</p> <p>Dê exemplos nos quais as tecnologias foram utilizadas como suporte das atividades</p> <p>Poderão ser as aplicações de ajuda ao voto um instrumento para se trabalhar estes temas?</p> <p>Tem presente alguma sugestão para o desenvolvimento de uma aplicação de ajuda ao voto ?</p> <p>Qual a receptividade dos alunos quando é proposto o uso das tecnologias para trabalhar o tema em estudo?</p> |
| <p>6. Questões Finais e agradecimentos</p> | <p>6.1 Esclarecimentos ou informações adicionais</p> | <p>Gostaria de acrescentar alguma informação, esclarecer ou complementar algo relativo às questões apresentadas?</p> |
| | <p>6.2 Agradecimentos</p> | <p>Agradecer a colaboração e a disponibilidade dispensada para a realização da entrevista.</p> |

Apêndice 4. – Versão final da entrevista semidiretiva – após a validação dos especialistas

Entrevista semi-diretiva a Professores

Aplicações Digitais como Instrumento de Educação para a Participação Democrática em Portugal

Propósito geral:

Perceber e caracterizar como é promovida a construção de conhecimento político e fomentada a participação democrática nas escolas entre os alunos do 3º ciclo do ensino básico e ensino secundário, nomeadamente nas aulas da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento, História, e Filosofia.

Participantes

As entrevistas têm como participantes professores que lecionam a disciplina de Cidadania e Desenvolvimento, Filosofia e História no 3º ciclo do ensino básico e ensino secundário, de dois agrupamentos de escolas da área metropolitana de Lisboa.

Objetivo Gerais

A entrevista tem por base os nossos objetivos gerais:

1. Perceber de que forma é promovida a construção de conhecimento político por parte dos alunos nas escolas do 3º ciclo do ensino básico e do ensino secundário;
 2. Identificar como é fomentada na escola a participação democrática dos jovens, nomeadamente no 3º CEB e no ensino secundário em dois Agrupamentos de Escola da zona da Grande Lisboa;
 3. Descrever o papel dos documentos de orientação curricular (Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória; Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania; Aprendizagens Essenciais das disciplinas de História, Cidadania e Desenvolvimento, e Filosofia) na formação do indivíduo como cidadão participativo.
4. Caracterizar o papel das tecnologias digitais na construção de conhecimento político e no fomento da participação democrática.

Objetivos específicos

Com o propósito de responder aos objetivos gerais foram desenhados os seguintes objetivos específicos das entrevistas aos participantes:

1. Clarificar as perceções dos professores sobre o que está previsto nos documentos de orientação curricular nacional relativamente à construção de conhecimento político por parte dos alunos ao longo da sua escolaridade.

2. Descrever de que forma os professores, de acordo com os documentos de orientação curricular nacional, promovem o conhecimento político quer em sala de aula ou fora dela.

3. Identificar os tópicos de conteúdo trabalhados pelos professores com vista à construção de conhecimento político por parte dos alunos.

4. Detalhar as atividades, as estratégias e as ferramentas digitais utilizadas pelos professores para fomentar construção de conhecimento político por parte dos alunos e a participação democrática dos alunos na escola, nomeadamente do 3º ciclo do ensino básico e ensino secundário nos Agrupamentos de Escolas em estudo;

5. Identificar as perceções dos professores sobre as mais valias no uso de tecnologias digitais para o fomento da participação democrática.

Condições para a realização das entrevistas:

Para a realização das entrevistas:

1º. o investigador faz um convite à participação no estudo que está a realizar no âmbito da dissertação de mestrado ao Diretor do Agrupamento de Escolas, e uma vez a resposta positiva sugere ao Diretor que apresente o convite aos participantes, ou seja, aos professores, a fim de averiguar a sua disponibilidade para uma entrevista individual por videoconferência (recorrendo à plataforma Zoom–Colibri)

2º. após indicação do Diretor do nome e contato oficial dos participantes convidados a integrar no estudo, o investigador enviará um email convite a explicar o propósito do estudo, no qual é anexado o consentimento informado.

3º. confirmada a intenção em participar e enviado o consentimento informado assinado pelos participantes é marcada uma data e hora para realização da entrevista.

4º. A entrevista será iniciada com a leitura, pelo investigador/entrevistador, do propósito da pesquisa, menção do caráter confidencial da entrevista, garantido o anonimato dos dados dos participantes e referida a possibilidade do participante de a qualquer momento desistir da participação no estudo sem que haja qualquer tipo de consequências, e pedido de autorização para gravação da mesma.

Guião de entrevista semi-diretiva aos professores

| BLOCO TEMÁTICO | OBJETIVOS | TÓPICOS ORIENTADORES DAS QUESTÕES |
|-------------------------------------|---|---|
| 1. Legitimação da entrevista | 1.1 Contextualizar o estudo e objetivos da entrevista | Informação sobre o contexto e objetivos do estudo. Informar acerca da duração aproximada da entrevista. |
| | 1.2 Motivar o entrevistado | Agradecer a disponibilidade e colaboração no estudo. Realçar a importância da sua participação para o sucesso da investigação em curso. |

| | | |
|----------------------------------|---|--|
| | 1.3 Garantir a confidencialidade e anonimato | Informar e garantir ao entrevistado a confidencialidade e anonimato dos dados recolhidos na entrevista. |
| | 1.4 Pedir autorização para a gravação da videochamada. | Requer a autorização para gravação áudio da entrevista, com vista a facilitar a recolha e o tratamento da informação. |
| 2. Perfil do entrevistado | 2.1 Identificar dados pessoais e académicos | Pedir informações ao entrevistado sobre: <ul style="list-style-type: none"> - idade - género - formação académica inicial - formação (complementar) no domínio das Tecnologias Digitais |
| | 2.2 Identificar ciclos e/ou anos de escolaridade que leciona | É professor de que ciclo(s). Quais os anos de escolaridade a que leciona |
| | 2.3 Identificar disciplinas que leciona | Quais as disciplinas que leciona atualmente? |
| | 2.4 Identificar experiência profissional | Quantos anos tem de experiência como professor? Qual a sua situação profissional? (Quadro de Escola / Quadro de Zona Pedagógica / Contrato) |
| 3. Conhecimento político | 3.1 Clarificar as perceções dos professores sobre o que está previsto nos documentos de orientação curricular nacional relativamente à construção de conhecimento político por parte dos alunos ao longo da sua escolaridade. | Os documentos de orientação curricular nacional (PA, AE, ENEC), e os documentos internos da escola (PAA, PE) têm prevista a construção de conhecimento político dos alunos desta e desta forma: (contextualizar e exemplificar quanto aos documentos curriculares) De que forma a construção do conhecimento político está prevista nas orientações curriculares. Identifique com exemplos. Em quais documentos é mais perceptível a orientação para a construção de conhecimento político? (direcionar a questão para saber se costumam basear-se nestes doc de orientação curricular (PA, AE, ENEC), algum mais relevante? Porquê?) Tendo presente as orientações curriculares como é realizada, em contexto de sala de aula, a construção de conhecimento político dos alunos? E fora da sala de aula? Os alunos são recetivos à aquisição de conhecimentos que visam a construção do seu conhecimento político? Quais os tópicos de conteúdo trabalhados pelos professores com vista à construção de conhecimento político por parte dos alunos? De que forma é que isso é feito, isto é, que atividades são desenvolvidas, com que estratégias, que recursos são usados? |
| | 3.2 Descrever de que forma os professores, de acordo com os documentos de orientação curricular nacional, promovem o conhecimento político quer em sala de aula ou fora dela. | |
| | 3.3 Identificar os tópicos de conteúdo trabalhados pelos professores participantes com vista à construção de conhecimento político por parte dos alunos. | |

| | | |
|---|---|---|
| | | <p>Que tipo de estratégias de ensino e aprendizagem foram utilizadas para construir o conhecimento político nos seus alunos.</p> <p>Identifique atividades ou práticas?</p> <p>De que forma as atividades ou práticas realizadas foram eficazes na construção de conhecimento político?</p> |
| 4. Fomento da participação democrática | <p>4.1 Detalhar as atividades, as estratégias e ferramentas utilizadas pelos professores participantes para fomentar a participação democrática dos alunos na escola, nomeadamente entre os alunos do 3º ciclos do ensino básico e ensino secundário no caso em estudo;</p> <p>4.2 Descrever a percepção dos professores participantes relativamente à relação dos jovens com as questões de participação política.</p> | <p>De que forma é fomentada a participação democrática dos jovens na escola?</p> <p>Identifique exemplos concretos.</p> <p>Assembleia de turma e/ou de escola?</p> <p>Em caso de resposta afirmativa, de que forma são organizadas e quais têm sido os resultados?</p> <p>Em caso de resposta negativa, quais são as razões para a sua inexistência?</p> <p>Têm sido promovidas sessões do Parlamento Jovem na escola?</p> <p>Em caso de resposta afirmativa, de que forma são organizadas e quais têm sido os resultados?</p> <p>Em caso de resposta negativa, quais lhe parecem ser as razões para a sua inexistência?</p> <p>Quais as dificuldades sentidas pelos professores nessas iniciativas?</p> <p>E pelos alunos?</p> <p>De que forma foram ultrapassadas (se foram) essas dificuldades?</p> <p>Detalhe as atividades realizadas que procuraram fomentar a participação política dos alunos.</p> <p>Que estratégias foram utilizadas?</p> <p>Qual foi a receptividade dos alunos quando são propostas atividades que tem por finalidade fomentar a participação democrática.</p> <p>Na leitura habitual, os jovens surgem associados a um baixo nível de participação, sendo geralmente tidos como apáticos, desengajados e pouco mobilizados do ponto de vista cívico e político (Loader, 2007; Loader, Vromen e Xenos, 2014) ou, no melhor dos casos, o seu comportamento político é tido como “incerto” (Collin, 2015) (Batista & Simões, 2022, p.10)</p> <p>Concorda com esta afirmação?</p> <p>Os dados dos últimos atos eleitorais indicam que a abstenção tende a ser muito elevada entre os mais jovens. No seu entender, o que explica esta abstenção?</p> |

| | | |
|---|---|--|
| <p>5. Uso de tecnologias no fomento da participação política</p> | <p>5.1 Identificar as percepções dos professores participantes sobre as mais valias no uso de tecnologias para o fomento da participação democrática.</p> <p>5.2 Identificar quais as ferramentas digitais utilizadas pelos professores participantes para a construção de conhecimento político dos alunos</p> | <p>De forma geral, como vê o uso de tecnologias digitais no fomento e construção da participação política e democrática?</p> <p>Que contributo podem dar as tecnologias utilizadas na escola para o fomento da participação política?</p> <p>Foram utilizadas tecnologias digitais como suporte às atividades Ferramentas digitais/apps utilizadas Recursos digitais usados Dispositivos</p> <p>Dê exemplos nos quais as tecnologias foram utilizadas como suporte das atividades</p> <p>Poderão ser as aplicações de ajuda ao voto um instrumento para se trabalhar estes temas?</p> <p>Tem presente alguma sugestão para o desenvolvimento de uma aplicação de ajuda ao voto ?</p> <p>Qual a receptividade dos alunos quando é proposto o uso das tecnologias para trabalhar o tema em estudo?</p> |
| <p>6. Questões Finais e agradecimentos</p> | <p>6.1 Esclarecimentos ou informações adicionais</p> | <p>Gostaria de acrescentar alguma informação, esclarecer ou complementar algo relativo às questões apresentadas?</p> |
| | <p>6.2 Agradecimentos</p> | <p>Agradecer a colaboração e a disponibilidade dispensada para a realização da entrevista.</p> |

Apêndice 5 – 1º versão do guião de entrevista grupo focal

Entrevistas a alunos em Grupo Focal (*Focus Group*)

Estudo de investigação “Aplicações Digitais como Instrumento de Educação para a Participação Democrática em Portugal”

Propósito geral: Perceber e caracterizar como é promovida a construção de conhecimento político e fomentada a participação democrática nas escolas entre os alunos do 3º ciclos do ensino básico e ensino secundário, nomeadamente nas aulas da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento, História, e Filosofia.

Participantes: As entrevistas têm como participantes dois grupos de alunos do 3º ciclo do ensino básico e do ensino secundário de dois Agrupamentos de Escolas da área metropolitana de Lisboa.

Objetivo Gerais

A entrevista tem por base os seguintes objetivos gerais:

1. Identificar o interesse dos alunos por assuntos de cariz político e participação democrática;
2. Perceber se as atividades de ensino relativas à política e participação democrática realizadas na escola promovem a construção de conhecimento político e fomentam a participação democrática por parte dos alunos.
3. Identificar como são acolhidas pelos jovens as atividades escolares que visam a sua participação democrática, nomeadamente no 3º ciclo e no ensino secundário nos AE em estudo;
4. Caracterizar o papel das tecnologias digitais na construção de conhecimento político e no fomento da participação democrática.

Objetivos específicos

Com o propósito de responder aos objetivos gerais foram desenhados os seguintes objetivos específicos:

1. Caracterizar o interesse dos alunos por assuntos relativos à política, conhecimento político e participação democrática;
2. Determinar de que forma tem sido construído conhecimento político e fomentada a participação democrática na escola;
3. Descrever atividades, que segundo os alunos foram promotoras de conhecimento político e participação democrática.
4. Descrever qual a perceção dos alunos relativamente ao papel das aplicações digitais no processo de construção de conhecimento político e participação democrática.
5. Identificar os dispositivos, os recursos e as ferramentas digitais utilizados pelos alunos.

Condições para a realização das entrevistas:

Os participantes serão contactados para o agendamento das entrevistas através dos Diretores dos Agrupamentos de Escolas que frequentam e/ou dos seus professores, também entrevistados no âmbito do estudo. As entrevistas serão realizadas por videoconferência (Zoom–Colibri/Google Meet).

Guião de Grupo Focal (*Focus Group*) com alunos

| BLOCO | OBJETIVOS | TÓPICOS ORIENTADORES DAS QUESTÕES |
|------------------------------|--|--|
| 1. Legitimação da entrevista | 1.1 Contextualizar do estudo e objetivos da entrevista | Informação sobre o contexto e objetivos do estudo. Informar acerca da duração aproximada da entrevista. |
| | 1.2 Motivar do entrevistado | Agradecer a disponibilidade e colaboração no estudo. Realçar a importância da sua participação para o sucesso da investigação em curso. |
| | 1.3 Informar sobre a Confidencialidade e anonimato | Informar e garantir ao entrevistado a confidencialidade e anonimato dos dados recolhidos na entrevista. |
| | 1.4 Definir de orientações claras para a participação na entrevista. | Destacar a importância da participação de todos no debate. Destacar que não há respostas certas. Explicar a importância de regras de funcionamento do grupo: <ul style="list-style-type: none"> • Só fala uma pessoa de cada vez; • Evitar discussões paralelas para que todos possam participar; • Ninguém deve dominar a discussão; • Importância da participação de todos; • Devem manter a atenção e a discussão na temática em questão |
| | 1.5 Pedir autorização para a gravação áudio da conversa. | Requerer a autorização para gravação áudio da entrevista, com vista a facilitar a recolha e o tratamento da informação. |
| 2. Perfil do grupo | 2.1 Caracterizar o perfil do grupo | Pedir informações sobre cada aluno acerca de: <ul style="list-style-type: none"> – idade – género – ano de escolaridade <p>(preencher essa informação num formulário criado online para o efeito)</p> |
| 3. Questões de Entrevista | Caracterizar o interesse dos alunos por assuntos relativos à política, conhecimento político e participação democrática Perceber se as atividades de ensino relativas à política e participação democrática realizadas na escola promovem a construção de conhecimento político e fomentam a participação democrática por parte dos alunos. | Discutem temas da atualidade, sobre notícias, acontecimentos na sociedade portuguesa, com os colegas e professores? Em que disciplinas e em que contexto disciplinar. 2. De que forma procuram estar atentos e participar em assuntos que possam envolver o vosso bem-estar e dos colegas, da sociedade em geral na escola e fora dela? (Por exemplo direitos sociais, discriminação, ambiente...) Costumas ver e ler notícias. Onde? 3. O que entendem por participação democrática? 4. Consideram-se politicamente ativos? |

| | | |
|--|--|---|
| | <p>Identificar como são acolhidas pelos jovens as atividades escolares que visam a sua participação democrática, nomeadamente no 3º ciclo e no ensino secundário nos AE em estudo;</p> <p>Caracterizar o papel das tecnologias digitais na construção de conhecimento político e no fomento da participação democrática.</p> | <p>Descrevam comportamentos que indicam ou evidenciam a vossa participação política e democrática. (Proteção ambiental, Sustentabilidade, boicote a marcas, manifestação, protesto...)</p> <p>Dêem exemplos concretos. (exemplos: manifestação, protesto, votação em assembleia de escola, participação num blogue ou rede social...)</p> <p>5. De que forma é incentivada a participação democrática na escola? Em quais disciplinas estes temas são tratados.</p> <p>Identifique com exemplos concretos.</p> <p>6. Descrevam atividades realizadas na Escola, nas quais participaram, e que envolviam temas de âmbito político e democrático? Podem me descrever algum exemplo concreto</p> <p>7. Qual foi a vossa receptividade quando surgiram propostas de atividades que têm por finalidade a participação democrática? Consideram que é importante para vocês a participação e envolvimento nessas atividades/práticas?</p> <p>Sentem dificuldades em trabalhar estes temas. Se sim, porquê? Quais as dificuldades sentidas?</p> <p>De que forma foram ultrapassadas (se foram) essas dificuldades</p> <p>8. Ao longo do vosso percurso escolar, de que forma consideram que os professores contribuíram para a construção do vosso conhecimento político?</p> <p>9. Que tipo de tecnologias digitais foram utilizadas como suporte às atividades desenvolvidas neste âmbito? Quais foram as Ferramentas Digitais utilizadas? (googledocs; googleclassroom, Canva, Zoom))</p> <p>Foram utilizadas aplicações digitais? (Kahoot, Votometro...)</p> <p>10. Dêem exemplos nos quais as tecnologias tenham sido utilizadas como suporte das atividades</p> |
|--|--|---|

| | | |
|--|--|--|
| | | <p>Encontraram ajuda em alguma ferramentas digitais para desenvolverem as atividades/práticas? Quais?</p> <p>11. Se fossem vocês a mandar, que estratégias adotariam para aumentar a participação democrática dos jovens?</p> |
| 4. Questões Finais e agradecimentos | 4.1 Esclarecer ou dar informações adicionais | Gostariam de acrescentar alguma informação, esclarecer ou complementar algo relativo às questões apresentadas? |
| | 4.2 Agradecer | Agradecer a colaboração e a disponibilidade dispensada para a realização da entrevista. |

Entrevistas a alunos em Grupo Focal (*Focus Group*)

Aplicações Digitais como Instrumento de Educação para a Participação Democrática em Portugal

Propósito geral: Compreender como é promovida a construção de conhecimento político e fomentada a participação democrática nas escolas entre os alunos do 3º ciclo do ensino básico e ensino secundário, nomeadamente nas aulas da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento, História, e Filosofia.

Participantes: As entrevistas têm como destinatários dois grupos de alunos do 3º ciclo do ensino básico e do ensino secundário de dois Agrupamentos de Escolas da área metropolitana de Lisboa.

Objetivo Gerais

A entrevista tem por base os seguintes objetivos gerais:

1. Perceber como as atividades de ensino relativas à política e participação democrática realizadas na escola promovem a construção de conhecimento político e fomentam a participação democrática por parte dos alunos.
2. Caracterizar o papel das tecnologias digitais na construção de conhecimento político e no fomento da participação democrática.

Objetivos específicos

Com o propósito de responder aos objetivos gerais foram definidos os seguintes objetivos específicos:

1. Caracterizar o interesse dos alunos por assuntos relativos à política, conhecimento político e participação democrática;
2. Determinar de que forma tem sido construído conhecimento político e fomentada a participação democrática na escola;
3. Descrever atividades, que segundo os alunos, foram promotoras de conhecimento político e participação democrática.
4. Descrever qual a perceção dos alunos relativamente ao papel das aplicações digitais no processo de construção de conhecimento político e participação democrática.
5. Identificar os dispositivos, os recursos e as ferramentas digitais utilizados pelos alunos.
- 6.

Condições para a realização das entrevistas:

Para a realização da entrevista grupo focal:

1º. o investigador faz um convite à participação no estudo que está a realizar no âmbito da dissertação de mestrado ao Diretor do Agrupamento de Escolas, e uma vez a resposta positiva sugere ao Diretor que apresente o convite aos participantes, ou seja, aos alunos, a fim de averiguar a sua disponibilidade para uma entrevista presencial.

2º. o investigador envia ao Diretor do agrupamento o documento de consentimento informado para que este possa ser entregue aos encarregados de educação de forma a que estes atempadamente o

possam ler, autorizar a participação dos seus educandos e assinar a fim de ser entregue antes da entrevista.

3° antes da realização da entrevista serão recolhidos todos os documentos assinados relativos ao consentimento informado, assim como será lido aos participantes, pelo investigador/entrevistador, o propósito da pesquisa, e por último mencionada novamente o caráter confidencial da entrevista, garantido o anonimato dos dados dos participantes e referida a possibilidade do participante de a qualquer momento desistir da participação no estudo sem que haja qualquer tipo de consequências, mesmo tendo sido já entregue o documento do consentimento informado assinado pelos encarregados de educação.

4°. e por último será realizada a entrevista, esta será realizada presencialmente numa sala disponibilizada pelo Diretor.

Guião de Grupo Focal (*Focus Group*) com alunos

| BLOCO | OBJETIVOS | TÓPICOS ORIENTADORES DAS QUESTÕES |
|--|---|--|
| 1. Legitimação da entrevista | 1.1 Contextualização do estudo e objetivos da entrevista | Informação sobre o contexto e objetivos do estudo. Informar acerca da duração aproximada da entrevista. |
| | 1.2 Motivação do entrevistado | Agradecer a disponibilidade e colaboração no estudo. Realçar a importância da sua participação para o sucesso da investigação em curso. |
| | 1.3 Confidencialidade e anonimato | Informar e garantir ao entrevistado a confidencialidade e anonimato dos dados recolhidos na entrevista. |
| | 1.4 Definição de orientações claras para a participação no debate | Destacar a importância da participação de todos no debate. Destacar que não há respostas certas. Explicar a importância de regras de funcionamento do grupo: <ul style="list-style-type: none"> • Só fala uma pessoa de cada vez; • Evitar discussões paralelas para que todos possam participar; • Ninguém deve dominar a discussão; • Importância da participação de todos; • Devem manter a atenção e a discussão na temática em questão |
| | 1.5 Autorização para a gravação áudio da conversa. | Requerer a autorização para gravação áudio da entrevista, com vista a facilitar a recolha e o tratamento da informação. |
| 2. Perfil do grupo | 2.1 Caracterização do perfil do grupo | Pedir informações sobre cada aluno acerca de: <ul style="list-style-type: none"> - idade - género - ano de escolaridade (esta informação será pedida em forma de formulário, a ser entregue a cada aluno) |
| 3. Conhecimento político e participação democrática | 3.1 Identificar o interesse por assuntos relativos à Política, conhecimento político e participação democrática | Discutem temas da atualidade, sobre notícias, acontecimentos na sociedade portuguesa, com os colegas e professores? Dêem exemplos |

| | | |
|--|---|--|
| | | <p>Em que disciplinas e em que contexto disciplinar.</p> <p>Procuram estar atentos e participar em assuntos que possam envolver o vosso bem-estar e dos colegas, da sociedade em geral na escola e fora dela? Costumas ver e ler notícias. Onde?</p> <p>O que entendem por participação democrática?</p> <p>Consideram-se politicamente ativos?</p> <p>Descrevam comportamentos que indicam ou evidenciam a vossa participação política e democrática Como forma de melhor explicitar o seu entendimento podem-me dar exemplos concretos. (exemplos: manifestação, protesto, votação em assembleia de escola, participação num blogue ou rede social...)</p> <p>Tem interesse em assuntos que envolvam discussão política e participação democrática?</p> <p>Ao longo da vossa escolaridade, de que forma os professores contribuíram para a construção do vosso conhecimento político?</p> |
| | <p>3.2 Identificar/ descrever de que forma, quais as práticas/atividades que consideram terem sido fundamentais para a construção de conhecimento político e participação democrática</p> | <p>Já participaram em atividades na Escola que envolvam temas de âmbito político e democrático?</p> <p>Descreva quais os meios e ou ferramentas utilizadas pelos professores para construção do seu conhecimento político (por exemplo como foram explicado o funcionamento das instituições democráticas)</p> <p>Considera que foi importante para si a participação e envolvimento nessas atividades/práticas</p> |
| <p>4. Fomento da participação democrática</p> | <p>4. Identificar/Descrever como é fomentada a participação democrática dos jovens na escola</p> | <p>De que forma é fomentada a participação democrática na escola?</p> <p>Identifique com exemplos concretos</p> <p>Qual foi a sua receptividade quando proposta atividades que tem por finalidade fomentar a participação democrática.?</p> |

| | | |
|--|--|---|
| | | <p>Sentiram dificuldades em trabalhar este tema. Se sim , porquê?</p> <p>De que forma foram ultrapassadas (se foram) essas dificuldades</p> <p>Acha que deveriam ser promovidos mais momentos de fomento da participação</p> <p>“Se fossem vocês a mandar, que estratégias adotariam para aumentar a participação dos jovens?”</p> |
| <p>5. Uso de tecnologias no fomento da participação democrática</p> | <p>5. 1 Identificar o papel das tecnologias na construção de conhecimento político e fomento da participação democrática</p> | <p>Foram utilizadas tecnologias digitais como suporte às atividades?</p> <p>Quais foram as Ferramentas Digitais utilizadas? (googledocs; googleclassroom, Canva, Zoom)</p> <p>Foram utilizadas aplicações digitais? (Kahoot, Votometro...)</p> <p>Que contributo deram as tecnologias para o fomento do seu conhecimento político e da sua participação democrática?</p> |
| | <p>5.2 identificar e descrever as atividades decorrentes do uso de tecnologias</p> | <p>Dê exemplos nos quais as tecnologias foram utilizadas como suporte das atividades</p> <p>Encontrou ajuda nas e das ferramentas digitais para desenvolver as atividades/práticas</p> <p>Tem presente alguma sugestão para o desenvolvimento de uma aplicação de ajuda ao voto</p> |
| <p>6. Questões Finais e agradecimentos</p> | <p>6.1 Esclarecimentos ou informações adicionais</p> | <p>Gostariam de acrescentar alguma informação, esclarecer ou complementar algo relativo às questões apresentadas?</p> |
| | <p>6.2 Agradecimentos</p> | <p>Agradecer a colaboração e a disponibilidade dispensada para a realização da entrevista.</p> |

Apêndice 7– Quadro de informações resultantes da análise aos Guiões de Entrevista realizados pelos dos especialistas:

Quadro 1– Entrevista a alunos em Grupo Focal

| Entrevista a alunos em Grupo Focal | | | |
|---|----------------|---|----------------|
| Estudo de investigação “Aplicações Digitais como Instrumento de Educação para a Participação Democrática em Portugal” | | | |
| | Especialista 1 | Especialista 2 | Especialista 3 |
| <p>Propósito geral: Perceber e caracterizar como é promovida a construção de conhecimento político e fomentada a participação democrática nas escolas entre os alunos do 3o ciclos do ensino básico e ensino secundário, nomeadamente nas aulas da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento, História, e Filosofia.</p> <p>Destinatários: A entrevista tem como participantes dois grupos de alunos do 3o ciclo do ensino básico e do ensino secundário de dois Agrupamentos de Escolas da área metropolitana de Lisboa.</p> <p>Objetivo Gerais A entrevista tem por base os seguintes objetivos gerais:</p> <p>Perceber como as atividades de ensino relativas à política e participação democrática realizadas na escola promovem a construção de conhecimento político e fomentam a participação democrática por parte dos alunos.</p> <p>2. Caracterizar o papel das tecnologias digitais na construção de conhecimento político e no fomento da participação democrática.</p> <p>Objetivos específicos Com o propósito de responder aos objetivos gerais foram definidos os seguintes objetivos específicos: Caracterizar o interesse dos alunos por assuntos relativos à política, conhecimento político e participação democrática; Determinar de que forma tem sido construído conhecimento político e fomentada a participação democrática na escola; Descrever atividades, que segundo os alunos foram promotoras de conhecimento político e participação democrática. Descrever qual a perceção dos alunos relativamente ao papel das aplicações digitais no processo de construção de conhecimento político e participação democrática. Identificar os dispositivos, os recursos e as ferramentas digitais utilizados pelos alunos.</p> <p>Condições para a realização das entrevistas: Os participantes serão contactados para o agendamento das entrevistas através dos Diretores dos Agrupamentos de Escolas que frequentam e/ou dos seus professores, também entrevistados no âmbito do estudo. As entrevistas serão realizadas por videoconferência (Zoom–Colibri/Google Meet). Será enviado por email a cada um dos participantes um link com sala a reunir, garantindo a total confidencialidade dos dados dos participantes. [...sobre a autorização dos pais]</p> | | <p>Destinatários Participantes</p> <p>Produziria apenas um objetivo geral</p> <p>1-Identificar 1 Caracterizar</p> <p>2-se 2 como</p> <p>Refere que os objetivos 2 e 3 são idênticos.</p> <p>3-Identificar 3 Compreender</p> <p>4-Identificar 4 Caracterizar</p> <p>Desenhados??</p> <p>2 ...em sido construído o conhecimento...</p> <p>Descrever atividades 7</p> | |

| | | | que, segundo os alunos, ... | |
|---------------------------|---|--|--|--|
| | | | Indicação das respectivas autorizações aos pais... | |
| Bloco | Objetivos | Tópicos Orientadores das Questões | | |
| Legitimação da entrevista | 1.1 Contextualizar do estudo e objetivos da entrevista | Informação sobre o contexto e objetivos do estudo. Informar acerca da duração aproximada da entrevista. | | |
| | 1.2 Motivar do entrevistado | Agradecer a disponibilidade e colaboração no estudo. Realçar a importância da sua participação para o sucesso da investigação em curso. | | |
| | 1.3 Informar sobre a Confidencialidade e anonimato | Informar e garantir ao entrevistado a confidencialidade e anonimato dos dados recolhidos na entrevista. | | |
| | 1.4 Definir orientações claras para a participação na entrevista. | Destacar a importância da participação de todos no debate. Destacar que não há respostas certas. Explicar a importância de regras de funcionamento do grupo: <ul style="list-style-type: none"> • Só fala uma pessoa de cada vez; • Evitar discussões paralelas para que todos possam participar; • Ninguém deve dominar a discussão; • Importância da participação de todos; • Devem manter a atenção e a discussão na temática em questão | | |
| | 1.5 Pedir autorização para a gravação áudio da conversa. | Requerer a autorização para gravação áudio da entrevista, com vista a facilitar a recolha e o | | |

| | | | | | |
|---------------------------|--|---|---|----------------------------|--|
| | | tratamento da informação. | | | |
| 2. Perfil do Grupo | 2.1 Caracterizar o perfil do grupo | <p>Pedir informações sobre cada aluno acerca de:</p> <ul style="list-style-type: none"> - idade - género - ano de escolaridade <p>(preencher essa informação num formulário criado online para o efeito)</p> | | Antes da entrevista | Não colocaria aqui este bloco, possivelmente teria essa informação antes da entrevista |
| 3. Questões de Entrevista | <p>Caracterizar o interesse dos alunos por assuntos relativos à política, conhecimento político e participação democrática</p> <p>Perceber se as atividades de ensino relativas à política e participação democrática realizadas na escola promovem a construção de conhecimento político e fomentam a participação democrática por parte dos alunos.</p> <p>Identificar como são acolhidas pelos jovens as atividades escolares que visam a sua participação democrática, nomeadamente no 3º ciclo e no ensino secundário nos AE em estudo;</p> | <p>Discutem temas da atualidade, sobre notícias, acontecimentos na sociedade portuguesa, com os colegas e professores? Dêem exemplos. Em que disciplinas e em que contexto disciplinar.</p> <p>De que forma procuram estar atentos e participar em assuntos que possam envolver o vosso bem-estar e dos colegas, da sociedade em geral na escola e fora dela?(Por exemplo direitos sociais, discriminação, ambiente...)</p> <p>Costumas ver e ler notícias. Onde?</p> <p>O que entendem por participação democrática?</p> <p>Consideram-se politicamente ativos?</p> <p>Descrevam comportamentos que indicam ou evidenciam a vossa participação política e democrática. (Proteção ambiental, Sustentabilidade,</p> | <p>Perceber se as atividades de ensino relativas à política e participação democrática realizadas na escola promovem a construção de conhecimento político e fomentam a participação democrática por parte dos alunos.</p> <p>Penso que lhe seria mais útil organizar o guião com os objetivos específicos.</p> | Evitar questões sim ou não | Refinamento dos blocos temáticos em linha com os objetivos definidos |

| | | | | | |
|--|--|---|---|--|--|
| | <p>Caracterizar o papel das tecnologias digitais na construção de conhecimento político e no fomento da participação democrática</p> | <p>boicote a marcas, manifestação, protesto...)</p> <p>Dêem exemplos concretos. (exemplos: manifestação, protesto, votação em assembleia de escola, participação num blogue ou rede social...)</p> <p>De que forma é incentivada a participação democrática na escola? Em quais disciplinas estes temas são tratados.</p> <p>Identifique com exemplos concretos.</p> <p>Descrevam atividades realizadas na Escola, nas quais participaram, e que envolviam temas de âmbito político e democrático?</p> <p>Podem me descrever algum exemplo concreto</p> <p>Qual foi a vossa receptividade quando surgiram propostas de atividades que têm por finalidade a participação democrática?</p> <p>Consideram que é importante para vocês a participação e envolvimento nessas atividades/práticas?</p> <p>Sentem dificuldades em trabalhar estes temas. Se sim, porquê? Quais as dificuldades sentidas?</p> | <p>De que forma é incentivada a participação democrática na escola?</p> <p>Isto é um objetivo específico. Não deveria constituir uma questão.</p> | | |
|--|--|---|---|--|--|

| | | | | | |
|----------------------------------|--|---|--|--|--|
| | | <p>De que forma foram ultrapassadas (se foram) essas dificuldades</p> <p>Ao longo do vosso percurso escolar, de que forma consideram que os professores contribuíram para a construção do vosso conhecimento político?</p> <p>Que tipo de tecnologias digitais foram utilizadas como suporte às atividades desenvolvidas neste âmbito?</p> <p>Quais foram as Ferramentas Digitais utilizadas? (googledocs; googleclassroom, Canva, Zoom)</p> <p>Foram utilizadas aplicações digitais? (Kahoot, Votometro...)</p> <p>Dêem exemplos nos quais as tecnologias tenham sido utilizadas como suporte das atividades Encontraram ajuda em alguma ferramentas digitais para desenvolverem as atividades/práticas? Quais?</p> <p>Se fossem vocês a mandar, que estratégias adotariam para aumentar</p> | | | |
| Questões Finais e Agradecimentos | 4.1 Esclarecer ou dar informações adicionais | Gostariam de acrescentar alguma informação, esclarecer ou complementar algo | | | |

| | | | | | |
|--|---------------|---|--|--|--|
| | | relativo às questões apresentadas? | | | |
| | 4.2 Agradecer | Agradecer a colaboração e a disponibilidade dispensada para a realização da entrevista. | | | |

Quadro 2– Entrevista Semi-Diretiva a Professores

| Entrevista Semi-Diretiva a Professores | | | |
|---|---|--|---|
| Estudo de investigação “Aplicações Digitais como Instrumento de Educação para a Participação Democrática em Portugal” | | | |
| | Especialista 1 | Especialista 2 | Especialista 3 |
| <p>Propósito geral: Perceber e caracterizar como é promovida a construção de conhecimento político e fomentada a participação democrática nas escolas entre os alunos do 3o ciclos do ensino básico e ensino secundário, nomeadamente nas aulas da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento, História, e Filosofia.</p> <p>Destinatários As entrevistas têm como destinatários professores que lecionam a disciplina de Cidadania e Desenvolvimento, Filosofia e História no 3o ciclo do ensino básico e ensino secundário, de dois agrupamentos de escolas da área metropolitana de Lisboa.</p> <p>Objetivo Gerais A entrevista tem por base os seguintes objetivos gerais: Perceber de que forma é promovida a construção de conhecimento político por parte dos alunos nas escolas do 3o ciclo do ensino básico e do ensino secundário; Identificar como é fomentada na escola a participação democrática dos jovens, nomeadamente no 3o CEB e no ensino secundário em dois Agrupamentos de Escola da zona da Grande Lisboa; Descrever o papel dos documentos de orientação curricular (Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória; Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania; Aprendizagens Essenciais das disciplinas de História, Cidadania e Desenvolvimento, e Filosofia) na formação do indivíduo como cidadão participativo.</p> <p>Objetivos específicos Com o propósito de responder aos objetivos gerais foram desenhados os seguintes objetivos específicos das entrevistas aos participantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Clarificar as perceções dos professores sobre o que está previsto nos documentos de orientação curricular nacional relativamente à construção de conhecimento político por parte dos alunos ao longo da sua escolaridade. ● Descrever de que forma os professores, de acordo com os documentos de orientação curricular nacional, promovem o conhecimento político quer em sala de aula ou fora dela. ● Identificar os tópicos de conteúdo trabalhados pelos professores com vista à construção de conhecimento político por parte dos alunos. ● Detalhar as atividades, as estratégias e as ferramentas digitais utilizadas pelos professores para fomentar construção de conhecimento político por parte dos alunos e a participação | <p>Conhecimento Político</p> <p>O que entende por conhecimento político? Naturalmente, aqui estou apenas a ter acesso a instrumentos de recolha de dados, mas é-me difícil percorrer o instrumento sem me questionar sobre os conceitos que estão por base do seu trabalho. Possivelmente tem este conceito bem definido. Mas, como não vejo esclarecido em que consiste este tipo de</p> | <p>Perceber e caracterizar Compreender</p> <p>Destinatários Participantes</p> <p>Basta o propósito geral</p> <p>Com o propósito de responder aos objetivos gerais foram desenhados</p> | <p>O guião da tabela contempla mais objetivos específicos do que os que aqui estão elencados, sugere-se uma revisão para reforçar</p> |

| | | | |
|---|--|---|--|
| <p>democrática dos alunos na escola, nomeadamente do 3o ciclo do ensino básico e ensino secundário nos Agrupamentos de Escolas em estudo;</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Identificar as perceções dos professores sobre as mais valias no uso de tecnologias digitais para o fomento da participação democrática. <p>Condições para a realização das entrevistas: Os participantes serão abordados por e-mail para o agendamento das entrevistas. As entrevistas serão realizadas por videoconferência (Zoom-Colibri/Google Meet).</p> | <p>conhecimento, quais são as suas componentes, eventualmente que competências implica, etc., e ele é de tal forma basilar nos objetivos que está presente em quase todos os objetivos específicos, torna-se-me difícil aferir a qualidade do guião. Mais importante, da mesma forma que eu, ao tomar contacto com o seu instrumento, posso não ter isto claro, penso que será necessário esclarecer com os entrevistados do que está a falar exatamente. Por exemplo, inclui algum nível de conhecimentos sobre o espectro político, noções básicas, ainda que muito básicas, de diversos valores políticos/ teoria política/ história política? Ou apenas funcionamento político da sociedade? É que a expressão em si mesma não</p> | <p>os seguintes objetivos específicos das entrevistas aos participantes:</p> <p>1 Clarificar Caracterizar 2 3 4 5 Identificar Caracterizar</p> <p>5 objetivos= 5 blocos</p> <p>Preceitos éticos?</p> | <p>o alinhamento e a coerência interna do instrumento.</p> |
|---|--|---|--|

| | | | |
|--|---|--|--|
| | <p>diz nada, o que pode levar a que alguém responda “ah, não, conhecimento político não há nada ou quase nada nos documentos”, porque está a pensar em conhecimentos aprofundados sobre valores políticos, enquanto outros vão dizer “sim, sim, é super completo, falamos imenso, porque estão a pensar que abordam o tema das eleições e falam sobre a mudança de regime que ocorreu com o 25 de abril”. Logo na primeira questão começa por dar exemplos, essa é uma forma acertada de o fazer.</p> <p>Em todo o caso, ou não fala de todo de conhecimento político, porque esse é um conceito de análise que está a utilizar e que agrega um conjunto de adquiridos (penso eu, porque o Henrique não me enviou a sua definição), ou se decide utilizá-lo, deve esclarecer:</p> | | |
|--|---|--|--|

| | | | Quando falo em conhecimento político, estou a referir-me aos conhecimentos sobre as instituições e procedimentos democráticos, mas também a etc etc (estou a inventar). E só depois dá os exemplos, para de seguida pedir a as perceções do entrevistado. | | |
|-----------------------------|---|--|---|--|--|
| Bloco | Objetivos | Tópicos Orientadores das Questões | | | |
| 1.Legitimação da entrevista | 1.1 Contextualizar do estudo e objetivos da entrevista | Informação sobre o contexto e objetivos do estudo. Informar acerca da duração aproximada da entrevista. | | | |
| | 1.2 Motivar do entrevistado | Agradecer a disponibilidade e colaboração no estudo. Realçar a importância da sua participação para o sucesso da investigação em curso. | | | |
| | 1.3 Informar sobre a Confidencialidade e anonimato | Informar e garantir ao entrevistado a confidencialidade e anonimato dos dados recolhidos na entrevista. | | | |
| | 1.4 Definir orientações claras para a participação na entrevista. | Destacar a importância da participação de todos no debate. Destacar que não há respostas certas. Explicar a importância de regras de funcionamento do grupo: | | | |

| | | | | | |
|---------------------------|--|---|--|---------------------|--|
| | | <ul style="list-style-type: none"> • Só fala uma pessoa de cada vez; • Evitar discussões paralelas para que todos possam participar; • Ninguém deve dominar a discussão; • Importância da participação de todos; • Devem manter a atenção e a discussão na temática em questão | | | |
| | 1.5 Pedir autorização para a gravação áudio da conversa. | Requerer a autorização para gravação áudio da entrevista, com vista a facilitar a recolha e o tratamento da informação. | | | |
| 2. Perfil do Entrevistado | 2.1 Identificar dados pessoais e académicos | Pedir informações ao entrevistado sobre: <ul style="list-style-type: none"> - idade - género - formação académica inicial - formação (complementar) no domínio das Tecnologias Digitais | | Antes da entrevista | Não colocaria aqui este bloco, possivelmente teria essa informação antes da entrevista |
| | 2.2 Identificar ciclos e/ou anos de escolaridade que leciona | É professor de que ciclo(s). Quais os anos de escolaridade a que leciona | | | |
| | 2.3 Identificar disciplinas que leciona | Quais as disciplinas que leciona atualmente? | | | |
| | 2.4 Identificar experiência profissional | Quantos anos tem de experiência como professor? Qual a sua situação profissional? (Quadro de Escola / Quadro | | | |

| | | | | | |
|--------------------------------------|---|---|---|---|--|
| | | de Zona Pedagógica / Contrato) | | | |
| 3. Conhecimento político e Currículo | <p>3.1 Clarificar as perceções dos professores sobre o que está previsto nos documentos de orientação curricular nacional relativamente à construção de conhecimento político por parte dos alunos ao longo da sua escolaridade.</p> <p>3.2 Descrever de que forma os professores, de acordo com os documentos de orientação curricular nacional, promovem o conhecimento político quer em sala de aula ou fora dela.</p> <p>3.3 Identificar os tópicos de conteúdo trabalhados pelos professores com vista à construção de conhecimento político por parte dos alunos.</p> <p>3.4 Identificar quais as ferramentas digitais utilizadas pelos professores para a construção de conhecimento</p> | <p>Os documentos de orientação curricular nacional (PA, AE, ENEC), têm prevista a construção de conhecimento político dos alunos desta e desta forma: (contextualizar e exemplificar quanto aos documentos curriculares)</p> <p>Qual a sua perceção relativamente à construção do conhecimento político prevista nas orientações curriculares.</p> <p>Em quais documentos é mais perceptível a orientação para a construção de conhecimento político? (direcionar a questão para saber se costumam basear-se nestes doc de orientação curricular (PA, AE, ENEC), algum mais relevante? Porquê?)</p> <p>Tendo presente as orientações curriculares como é realizada, em contexto de sala de aula, a construção de conhecimento político?</p> | <p>Tendo presente as orientações curriculares como é realizada, em contexto de sala de aula, a construção de conhecimento político?</p> <p>Não sei se compreendo bem a questão. Tendo presente as orientações</p> <p>Quais os tópicos de conteúdo trabalhados pelos professores com vista à construção de conhecimento político por</p> | <p>Currículo? Clarificar</p> <p>Qual a sua perceção relativamente</p> <p>Qual a perceção dos professores...</p> | |

| | | | | | |
|--|--|---|-------------------|--|--|
| | político dos alunos | <p>E fora da sala de aula?</p> <p>Os alunos são recetivos à aquisição de conhecimentos que visam a construção do seu conhecimento político?</p> <p>Quais os tópicos de conteúdo trabalhados pelos professores com vista à construção de conhecimento político por parte dos alunos?</p> <p>De que forma é que isso é feito, isto é, que atividades são desenvolvidas, com que estratégias, que recursos são usados?</p> <p>Que tipo de estratégias de ensino e aprendizagem têm sido utilizadas para construir o conhecimento político nos alunos.</p> <p>Identifique atividades ou práticas?</p> <p>De que forma as atividades ou práticas realizadas foram eficazes na construção de conhecimento político?</p> | parte dos alunos? | | |
| 4. Fomento da participação democrática | 4.1 Detalhar as atividades, as estratégias e ferramentas | De que forma é fomentada a participação | | | Fomento da participação política ou da |

| | | | | |
|--|--|--|--|----------------------------------|
| | <p>utilizadas pelos professores para fomentar a participação democrática dos alunos na escola, nomeadamente entre os alunos do 3º ciclos do ensino básico e ensino secundário nos casos em estudo;</p> <p>4.2 Descrever a percepção dos professores relativamente à relação dos jovens com as questões de participação política.</p> | <p>democrática dos jovens na escola?</p> <p>Identifique exemplos concretos. Assembleia de turma e/ou de escola?</p> <p>Em caso de resposta afirmativa, de que forma são organizadas e quais têm sido os resultados?</p> <p>Em caso de resposta negativa, quais são as razões para a sua inexistência?</p> <p>Têm sido promovidas sessões do Parlamento Jovem na escola?</p> <p>Em caso de resposta afirmativa, de que forma são organizadas e quais têm sido os resultados?</p> <p>Em caso de resposta negativa, quais as razões para a sua inexistência?</p> <p>Quais as dificuldades sentidas pelos professores nessas iniciativas? E pelos alunos?</p> <p>De que forma foram ultrapassadas (se foram) essas dificuldades? Detalhe as atividades realizadas que procuraram fomentar a participação</p> | <p>“Quais são as razões” é uma formulação que dá a atender que o entrevistado pode descrever umas razões que existem e que alguém pode listar. “Quais lhe parecem ser as razões” já é uma formulação que devolve ao entrevistado uma visão pessoal, que é a única a que podemos aceder numa entrevista, o seu objetivo é recolher as percepções destas pessoas. Há outras formulações possíveis, como “gostaria que me falasse um pouco das suas ideias sobre quais são as razões”, “por que lhe parece que é assim aqui na escola”?</p> | <p>participação democrática?</p> |
|--|--|--|--|----------------------------------|

| | | | | | |
|---|---|---|--|--|--|
| | | <p>política dos alunos.</p> <p>Que estratégias foram utilizadas?</p> <p>Qual foi a receptividade dos alunos quando são propostas atividades que tem por finalidade fomentar a participação democrática.</p> <p>De uma forma geral, a percepção é a de que os jovens não se envolvem em política e não se interessam por questões políticas. Concorda com esta afirmação?</p> <p>Os dados dos últimos atos eleitorais indicam que a abstenção tende a ser muito elevada entre os mais jovens. No seu entender, o que explica esta abstenção?</p> | <p>Está a fazer uma afirmação de senso comum. Eu, por exemplo, não tenho esta percepção. Enquanto investigador, é preciso ter muito cuidado para não contribuir para a disseminação de ideias de circulação fácil, porque, mesmo que não tenha consciência disso, tem alguma autoridade. Penso que é mais acertado questionar sobre a percepção que o entrevistado tem sobre o envolvimento e o interesse dos jovens na política. Será depois interessante na sua análise verificar se no testemunho dos professores estão presente ideia de circulação fácil ou ideia mais bem articuladas sobre a forma como os jovens veem o mundo e nele participam.</p> | | |
| 5. Uso de tecnologias no fomento da participação política | 5.1 Identificar as percepções dos professores sobre as mais valias no uso de tecnologias para | De forma geral, como vê o uso de tecnologias digitais no fomento e construção da | | | Uso de tecnologias no fomento da participação política |

| | | | | | |
|-------------------------------------|---|---|---|--|---|
| | o fomento da participação democrática. | <p>participação política e democrática?</p> <p>Que contributo deram as tecnologias para o fomento da participação política?</p> <p>Foram utilizadas tecnologias digitais como suporte às atividades</p> <p>Ferramentas digitais/apps utilizadas</p> <p>Recursos digitais usados</p> <p>Dispositivos</p> <p>Dê exemplos nos quais as tecnologias foram utilizadas como suporte das atividades</p> <p>Poderão ser as aplicações de ajuda ao voto um instrumento para se trabalhar estes temas?</p> <p>Tem presente alguma sugestão para o desenvolvimento de uma aplicação de ajuda ao voto ?</p> <p>Qual a receptividade dos alunos quando é proposto o uso das tecnologias para trabalhar o tema em estudo?</p> | Aqui não percebo se está a falar da escola ou da sociedade em geral | | Faria sentido dar visibilidade a esta dimensão no plano dos objetivos |
| 6. Questões Finais e agradecimentos | 6.1 Esclarecimentos ou informações adicionais | Gostaria de acrescentar alguma informação, esclarecer ou complementar algo relativo às | | | |

| | | | | | |
|--|-----------------------|---|--|--|--|
| | | questões apresentadas? | | | |
| | 6.2 Agradecimentos | Agradecer a colaboração e a disponibilidade dispensada para a realização da entrevista. | | | |

Quadro 3– Observações gerais e comuns dos Especialistas aos dois instrumentos

| Observações gerais e comuns aos dois instrumentos | |
|--|--|
| Especialista 1 | <p>A sua análise é que vai chegar a este tipo de resultados, deve encontrar questões que o levam a levantar dados que possibilitem analisar a forma como é incentivada a participação democrática na escola. Não poderão ser os participantes a responder a essa questão. Até porque o que significa participação democrática para eles será uma coisa eventualmente diferente para si, que terá de ter este conceito muito bem definido e apoiado com literatura (embora ali atrás já esteja a perguntar-lhes o que é para eles, talvez possa então utilizar a ideia, mas isto será para si um desafio, porque é um conceito de análise e um conceito que utiliza com os sujeitos) Esta observação serve para rever os dois guiões, em busca do que são os seus conceitos, como já tinha referido em relação ao conhecimento político, e distinguir muito bem o que pode questionar aos entrevistados e o que deve guardar para a sua análise. Neste caso concreto, tem ainda a questão de estar a conversar com jovens. Se vai perguntar a um jovem de 13 anos Como é incentivada a participação democrática na tua escola? É capaz de ter o resultado de uma cara a olhar para si sem acontecer nada.</p> <p>Será melhor algo como:</p> <p>Eu também estou a estudar sobre como os jovens como vocês participam na escola, nas decisões, dão a sua opinião, como se organizam. Tenho algumas perguntas sobre isso. Gostava que me contassem como é aqui na vossa escola, como participam?</p> <p>Sentem que os professores criam espaço para a participação?</p> <p>E a direção?</p> <p>Há espaços e tempos, oportunidades, próprios para isso?</p> <p>Como é?</p> <p>(ou seja, se quer saber se eles são incentivados, se tem isso como objetivo específico, não pode esperar que sejam eles a responder-lhe a isso diretamente, que lhe façam esse trabalho, terá de analisar esse tópico de várias entradas para poder ter uma boa perspetiva sobre o mesmo. Se não, eles respondem "ah, não, nada disso" mas afinal, se fizesse várias perguntas saberia sobre a assembleia de escola a que nenhum dos presentes alguma vez foi, sobre o projeto não sei quê, etc.)</p> |
| Especialista 2 | <p>Preferência por questões a que o investigador irá responder através da análise de conteúdo</p> <p>Sugeria apenas que ficasse mais clara a relação entre os objetivos específicos e os blocos temáticos (coincidir no número, por exemplo)</p> |
| Especialista 3 | <p>i) Tecnicamente, nada a apontar. Os Guiões apresentam-se estruturados em conformidade com as orientações e princípios orientadores para a feitura destes instrumentos, com todas as componentes que possibilitam a qualquer leitor compreender o propósito e objetivos gerais, objetivos específicos e outras informações relevantes, designadamente com informação sobre destinatários e condições para a realização das entrevistas.</p> <p>ii) Uma vez que as informações que constam da 3ª coluna das tabelas que integram os guiões, em rigor, não propriamente tópicos, mas questões orientadoras, talvez fosse mais adequado outra designação (ex. "perguntas/questões de recurso").</p> <p>iii) Tratando-se de Guiões tão completos, talvez faça sentido reforçar as questões éticas no tópico relativo às condições para a realização das entrevistas, com indicação sumária dos procedimentos relativos ao consentimento informado e outras diligências relacionadas com esta questão, especificamente no que concerne à participação de menores no estudo.</p> <p>iv) Considerando que o tema da investigação coloca a tónica nas "Aplicações Digitais como instrumento....", esperar-se-ia que, no caso do guião para os professores, houvesse um reflexo mais acentuado deste interesse no plano das intencionalidades (propósito, objetivos gerais e objetivos específicos), o que também justificaria e daria mais força à inclusão do Bloco 5.</p> <p>v) No Guião de Grupo Focal parece haver ainda a necessidade de especificar o "Bloco 3. Questões de Entrevista", trabalhando-o à luz dos objetivos visados (e seguindo a lógica do Guião de Entrevista a professores).</p> |

Apêndice 8– Entrevista semi diretiva participante 1_F

Entrevista Semi diretiva Participante 1_F

No dia 12 de Julho de 2022 por volta das 15 horas decorreu via ZOOM/Colibri a entrevista com o participante 1_F. Antes de dar início à entrevista, o investigador confirmou com o Participante a recepção do termo de consentimento informado assinado pelo próprio. Seguidamente foram apresentados, mais uma vez, os objetivos da entrevista, assim como a finalidade da investigação. Apresentou-se os princípios e normas Éticas e foi assegurada a confidencialidade das informações prestadas bem como o anonimato do participante. A entrevista teve início após um pedido formal de autorização para a sua gravação e teve a duração de trinta e sete minutos. O teor foi posteriormente transcrito.

Entrevistador: A primeira questão que lhe coloco está relacionada com os documentos de orientação curricular e quando falo nestes documentos, quero me referir aos documentos disponibilizados pelo Ministério de Educação – DRE (Perfil do aluno à saída da escolaridade obrigatória, as Aprendizagens Essenciais e a Estratégia nacional de educação para a cidadania) e os documentos oficiais da escola em que leciona, ou seja, o Plano Anual de Actividades e o Projeto Educativo de que modo contemplam estes documentos orientações específicas no sentido da construção do conhecimento político, conhecimentos sobre as instituições democráticas, os procedimentos democráticos, participação democrática?

Participante: Sim, eu penso que esses documentos são documentos genéricos portanto que enquadram todo o sistema ensino portanto instruções específicas. Eu penso que eles não têm e se calhar também não deveriam ter pois cada escola tem um meio escolar particular e depois nós temos em cada escola sim o projeto educativo e esse fará a ponte entre os documentos nacionais no contexto em que se trabalha e a escola local e mas ainda nem pra local a mim não fica na cada escola ainda assim o projeto educativo continua a estabelecer metas a continua a dar um enquadramento em geral depois para a nossa prática do dia a dia penso que será um nível dos conselhos de turma e dos planos de turma que haverá instruções mais precisas não é e numa numa ação mais alinhada mais precisamente para cada para cada caso portanto são sempre documentos de referência são sempre documentos que enquadram a nossa intervenção mas especificamente não nos dizem o que é que nós vamos fazer amanhã o que é que vamos fazer este semestre, não específica atividades

Entrevistador: E no documento das aprendizagens essenciais encontra orientações mais específicas de atividades que devam ser feitas com este propósito, com esta orientação.

Participante: Há, sim dentro das aprendizagens essenciais existem realmente indicações no sentido de formação de um cidadão proativo, sensível a determinados valores existem essas indicações gerais ou continência. Não há um currículo, quer dizer isso é um bocadinho relativo por nós não sabemos nada ainda quando pegamos uma turma do décimo ano não sabemos e muitas vezes eles também não sabem o que é que vão fazer no futuro e muitos deles não sabem ainda se vão fazer um exame nacional se vão depois tentar a nível superior prosseguir os seus estudos então portanto nós temos que ter sempre uma preocupação que é central é um cumprimento programa programa sempre falamos que é o cumprimento do programa portanto nós não podemos hipotecar a hipótese de um aluno depois em fazer exame nacional a não porque a professora deu mais em fazer e isso não está lá lá não está lá imagem restaurantes da opção mas é assim se eles tiverem estiverem por acionar de tudo eles estão em vantagem na medida em que podem optar por aquela que onde se sintam mais à vontade portanto aqui há um equilíbrio assim um bocadinho instável

Entrevistador: relativamente ao contexto da sua disciplina e ao contexto de aula, de que forma existem conteúdos específicos onde a **participação** ou **conhecimento político** assim como os **procedimentos e instituições democráticas** da nossa sociedade são falados, e em que ano concretamente a uma orientação mais definida mais clara?

Participante: Em relação a isso e considerando a nossa disciplina eu acho que é até difícil e não abordar um conteúdo em que não haja essa dimensão não esteja presente, porque praticamente em tudo nós falamos a formação do cidadão está em cima da mesa eu sinceramente não vejo outra forma de ensinar História porque é assim eu acho que é sempre positivo transmitir ou pelo menos fazer os alunos refletirem e pensarem um pouco na história, não é numa perspectiva daquilo que passou, que está lá arrumado e assim, e se nós não pensarmos na história dessa forma, de uma coisa que está arrumada no passado, a formação enquanto cidadão do aluno faz se sempre e não vejo outra forma de abordar a nossa disciplina sinceramente senão não faz sentido.

Entrevistador: Claro, compreendo e diga-me: consegue identificar alguma atividade específica que tenha realizado dentro da sua aula.

Participante: Sim, por exemplo este ano os alunos tiveram, isso foi mais para o final do ano porque também tem a ver com as consequências dos temas depois por exemplo quando se tratou da escravatura eles estiveram a fazer pequenos trabalhos em que lhes foi pedido para eles não ficarem apenas pelo século 16 e não o que falar nesta gerem as a questão da escravatura para a atualidade e portanto fazer com que eles reflitam, eu li um artigo que apanhei na net e imprimir para lhes falar em que diz neste momento vivemos num momento da História em que existem mais escravos do que em qualquer outra época da História, depois definir o que é um escravo ir fazer com que eles trouxessem essa ideia para na atualidade portanto um trabalho que eles fizeram agora no final do ano

Entrevistador: Os alunos são receptivos a estes temas, eles estão atentos quando lhes é proposto trabalharem ou falar de temas que estão ligados política ou ligados às instituições democráticas ou sobre os organismos que gerem, digamos assim a política, no nosso país, eles estão atentos, estão despertos e têm algum conhecimento de base.

Participante: É assim, Eu acho que a palavra “política” está muito estigmatizada entre os nossos alunos e portanto se dissermos vamos falar de política, esta iniciativa não é, não seria logo bem-vinda a questão mas se a questão for colocada sem rótulo ou vá lá eu penso que eles aderem sim.

Sim sim eu pensar por exemplo no décimo primeiro e décimo segundo e neste contexto temos muitos alunos africanos por exemplo e mais para o final coloca-se muito a questão da África neste momento, um continente tao ...enfim numa posição tão complicada mesmo hoje em dia, e se eu fosse anunciar agora vamos falar de política Possivelmente haveria uma rejeição, mas se começar a perguntar pelas raízes tão longas e depois onde estão e o que é que se passa hoje em dia, e o que é que acham se eu fosse à Guiné, vamos supor que eu fosse ai seria bem recebida, enquanto portuguesa era bem recebida que pronto começar a partir daí a questão o estamos a falar de política, mas não só política mas também de cidadania, mas sem os rótulos às vezes creio que os rótulos não ajuda culpa não é dificultam a abordagem da questão.

Entrevistador: De que forma que que poderia ser feito ou seja que tipo de estratégias, que recursos poderiam ser utilizados e quando falo em recursos podemos referir-nos aos recursos tecnológicos serão eles uma ajuda para abordar este tipo de questões, consegue encontrar documentação informação e respostas para poder trabalhar estes assuntos dentro do seu contexto de aula

Participante: Pode sim. pronto enquanto coisas por exemplo lembro-me desse artigo que lhe falei, que é publicado por uma Organização Internacional que publica periodicamente os números a nível mundial; por exemplo a estou a pensar numa vez que pedi para amnistia internacional para ir a uma aula falar sobre as questões escrever por aqui falo em recursos a podemos referir-nos aos olha as questões na liberdade do mundo, nessas organizações que tem sites e que podem ser consultados pelos alunos com a vantagem que realmente hoje em dia toda a gente tem telemóvel, em cima da mesa ou escondido ele está lá.

portanto ainda está na tudo mais fácil e muitas vezes para tirar dúvidas e assim recorre-se rapidamente ao telemóvel e eles é uma coisa que tem sempre, como sabemos, é mais fácil pedi para usar o telemóvel pedi para não usar portanto é um recurso que está sempre na minha mão e portanto depende da forma como nós o utilizamos e pode ser útil em sala de aula também.

Entrevistador: Relativamente ao telemóvel e relativamente às tecnologias digitais conhece, têm conhecimento de algum site ou alguma aplicação em que trabalha estes temas e que recorra sistematicamente?

Participante: praticamente não. É só quando as coisas acontecem no momento ou se programa alguma coisa com antecedência assim por sistema por não, há sites que eu, mas sou eu, sou eu normalmente que procuro para introduções, e são pequenos filmes como assim, é trabalho individual.

Entrevistador: Não há uma orientação específica ou mesmo sugestões, indicação no início do ano letivo de alguns recursos que possam trabalhar de ser trabalhados, algumas aplicações que possam ser trabalhadas ou ao longo do ano?

Participante: As indicações que existem são as indicações que vem das editoras: Escola Virtual, a RTP ensina, que tem muitas coisas boas. As indicações são essas principalmente, os sites das editoras e estas tem muitos materiais que nós podemos usar.

Os instrumentos e ferramentas digitais ajudam-na na forma como apresenta os conteúdos sinceramente nem sei bem eu acho que depende da hora, do dia, depende de tantos fatores, uma coisa com uma turma resultado nem sempre é igual, é difícil dizer que isto resulta sempre bem. Aquilo que em duas turmas uma vez aplicado, a mesma estratégia, não funciona, funciona numa já na outra não, às vezes as coisas mais básicas de uma conversa com eles lá está partindo da história pessoal resulta lindamente. Às vezes o uso de coisas mais sofisticadas, e quando falo de sofisticadas refiro-me a meios informático e assim pode funcionar muito bem como não, é difícil o que funciona sinceramente, ao fim destes anos todos continua a estar tudo em aberto o que vai funcionar ou não vai funcionar, basta entrar uma abelha na sala e já não nada funciona tudo é destabilizado.

Às vezes uma pessoa sai da sala e alguma coisa tão simples resultou tão bem, foi giríssima a aula; outras vezes preparamos tudo tao bem em casa e depois a reação é: "pronto tá bem".

Entrevistador: Na escola de que forma é que é fomentada a participação democrática dos jovens na escola isto é existem assembleias turma, assembleias de escola, e refiro-me há sua escola concretamente?

Participante: Nada.

Eu sei que eles têm representação por exemplo no Conselho geral, agora a escola tem a associação dos estudantes, eleição pelos estudantes, assembleias de turma penso que isso depende dos directores de turmas de acordo com as circunstâncias, se for necessário. Nas eleições para a Associação de estudantes normalmente são bastante animadas quando eu digo animadas, por exemplo, este ano houve durante o período de campanha e registamos uma situação de tensão e nesse dia foi suspensa a campanha eleitoral pois até tarefa houve portanto a animação é grande.

Entrevistador: Considera que a escola ouve e convida os alunos a participar e de que forma é que o fez ou tem feito?

Participante: Por acaso há pouco esqueci de referir o orçamento participativo, também é uma coisa que eles gostam sempre de fazer, de participar. No que concerne ao incentivo pela escola a essa participação eu penso que as coisas acontecem naturalmente aparecem por exemplo aquando as eleições para a associação, aparecem as listas, mas não mobilizará todos os alunos penso que seria mais alunos do secundário do que os do terceiro ciclo. Ou seja a associação de estudantes é para todos, não é, mas eu penso que nas listas a maior carga de alunos é do secundário, penso que são mais alunos do secundário do que estudantes do terceiro ciclo talvez tenha alunos do nono ano mas os mais novos parece que não estão representados.

Entrevistador: E o Parlamento jovem a escola participa no Parlamento dos jovens, já alguma uma vez participou? Alguma vez foi falado ou proposto aos alunos a participação?

Participante: Eu penso que sim, eu creio que sim, mas eu pessoalmente não tenho experiência.

Entrevistador: Enquanto professora, qual é a maior dificuldade que encontra na apresentação de propostas que têm como propósito motivar, levar os jovens a participar, colocar, digamos, colocar em prática os seus conhecimentos políticos ou seja os seus conhecimentos sobre aquilo que se está a passar no país, quais são as maiores dificuldades que encontra.

Participante: A essa reflexão em termos de intervenção política, lá está e isso nunca me surge dissociado determinado assunto que estamos a tratar não são praticamente aulas desgarradas, acho que nunca dei uma aula só sobre cidadania, mas sim todas, e voltamos à questão inicial é que para mim todas as aulas são sobre cidadania. Agora um registo de sumário sobre participação política, isso nunca acontece e quando o assunto surge é por

exemplo em termos de participação vamos supor: o direito ao voto que vem sempre em frente de um determinado contexto que se está a falar naquele momento. Por exemplo

Sobre o direito de voto, questiono sempre como é que é possível que tenha morrido gente para ganharmos esse direito e hoje em dia as pessoas não usufruem dele, por exemplo.

Entrevistador: Eu gostava eu gostava de lhe colocar uma questão nesse sentido considerando a abstenção, a vontade de participação dos jovens deve-se à sua preparação ou não, estarão eles a ser preparados na escola, como por exemplo faz-se alguma iniciativa de pré preparação para o voto, como simulações.

Participante: Enquanto que eu abordo estas questões da minha aula, eu estou trabalhar com alunos de línguas e humanidades ou seja todos os outros alunos têm Matemática A, Física química, biologia ou Artes, portanto o que eu quero dizer é que eu só estou a trabalhar com uma parcela pequena secundária. Agora vou dar um exemplo pessoal o meu filho fez o secundário em ciências e tecnologias e teve sempre matemática a físico-química, biologia portanto ele nunca teve uma disciplina que fosse formativa, como eu penso que é a História e quando tinha dúvidas quanto a essas questões, falávamos em casa e ele chegou a dizer eu tenho pena de não ter História na escola, portanto para poder também poder discutir aprender, refletir sobre estas questões a nível de escola. Portanto os nossos alunos até acabam por abordar estes assuntos direta ou indiretamente, pois as coisas andam sempre lá à volta, nos outros cursos não estou a ver disciplinas para tratar destes assuntos não tratam em Matemática, biologia.....

Entrevistador: Vários autores falam em apatia por parte dos jovens, considera que a escola poderia ter um papel mais efetivo para contrariar esta apatia dos jovens e de que forma?

Participante: Ah, eu acho que sim. Por exemplo a nossa disciplina (História) tem uma percentagem mínima de alunos, não é? Se nós compararmos com tudo o resto, portanto se calhar devia haver uma extensão portanto aos outros cursos de percursos ou disciplinas ou qualquer coisa que fosse também vocacionada para incentivar e para criar uma consciência uma consciência de cidadão do que se pensa na sociedade, a importância de uma cidadania ativa e isso realmente a maior parte dos alunos não têm na escola. Mas não só na escola também na família, obviamente não é? Esse é um problema que se coloca à sociedade actual.

Entrevistador: De forma geral como vê o uso das tecnologias digitais no fomento e construção da participação política e democrática. De que forma é que as tecnologias digitais podem dar aqui um contributo, um suporte.

Participante: Não sei. Sinceramente não sei, sei que normalmente são motivadoras para os alunos sempre que se trabalha em meio digital eles gostam e normalmente ficam mais motivados.

Agora o que se pode fazer não sei!

Entrevistador: Conhece alguma aplicação, ou usa alguma aplicação que aborde estes assuntos?

Participante: Não conheço.

Entrevistador: Nas últimas eleições circulou uma aplicação de Ajuda ao voto. Teve conhecimento dessa aplicação.

Participante: Ajuda ao voto em que sentido?

Entrevistador: Ajudava o eleitor a tomar consciência da diversidade partidária dos partidos, das suas posições perante questões atuais e depois nessa aplicação de acordo com as respostas do utilizador no fim dava uma orientação de qual o partido, que de acordo com as suas posições, se enquadraria.

Entrevistador: Considera que faz sentido haver uma aplicação que ajude os jovens a refletir os problemas da sociedade, e quais as posições dos partidos sobre essas questões. Acha que poderia ser motivador para os jovens trabalhar a partir de uma aplicação deste género, ter acesso a este tipo de informação a partir de uma aplicação digital?

Participante: Sim, eu acho que sim, enquanto nós esclarecemos o que é Esquerda e Direita, os nossos alunos saem do décimo segundo ano a saber a diferença entre estas duas facções, os outros alunos não sabem, portanto qualquer coisa que seja esclarecimento é bem-vindo. Pronto acho que sim ou seja considera que poderia ser bom.

Entrevistador: A receptividade dos alunos quando é proposto o uso de tecnologias para trabalhar este tipo de assuntos poderia ser bem vinda?

Participante:

Eu acho que sim, eles reagem normalmente bem quando se passa para a parte informática então esta esta esta informática, em particular esta geração, reage bem sim, portanto considero que poderia ser boa a receptividade.

Entrevistador: As tecnologias, a democracia e a escola estão atualmente em sintonia?

Participante: Eu acho que pode estar tudo em sintonia porque tudo é comandado por Humanos não é? Portanto pode estar tudo em sintonia ou não. As coisas não funcionam por si, são em sempre, a mão humana por trás portanto podem servir para manipular, podem servir para orientar podem servir para ajudar. Ora, depende da forma como as coisas são utilizadas.

Entrevistador- Chegámos ao fim da nossa entrevista eu não tenho mais nenhuma pergunta para lhe fazer. porém se tiver algo mais que queira acrescentar ou perguntar esteja à vontade.

Participante: Não da minha parte no que puder ajudar fico grata, não sei se consegui obter as informações que pretendia com a esta entrevista mas fico feliz por ter ajudado e desejo-lhe boa sorte no seu trabalho.

Entrevistador – Muito Obrigado, Mais uma vez gostaria de agradecer o tempo disponibilizado e a colaboração prestada durante a entrevista.

Participantes – De nada, foi um gosto

Apêndice 9– Entrevista semi diretiva participante 2_A

Entrevista Semi diretiva Participante 2_A

No dia 12 de Julho de 2022 por volta das 18 horas decorreu via ZOOM/Colibri a entrevista com o participante 2_A. Antes de dar início à entrevista, o investigador confirmou com o Participante a recepção do termo de consentimento informado assinado pelo próprio. Seguidamente foram apresentados, mais uma vez, os objetivos da entrevista, assim como a finalidade da investigação. Apresentou-se os princípios e normas Éticas e foi assegurada a confidencialidade das informações prestadas bem como o anonimato do participante. A entrevista teve início após um pedido formal de autorização para a sua gravação e teve a duração de trinta e dois minutos. O teor foi posteriormente transcrito.

Entrevistador: Os documentos de orientação curricular, refiro-me ao plano anual de atividades, perfil do aluno à saída da escolaridade obrigatória, a estratégia nacional da educação para a cidadania e as aprendizagens essenciais tem subjacente a necessidade por parte dos professores junto dos alunos de realizarem um trabalho que promova a construção do conhecimento político, isto é conhecimento sobre o funcionamento da Democracia portuguesa, participação ativa do cidadão, conhecimento das instituições democráticas ?

Participante: Algumas das competências apontam nesse sentido portanto: numa participação cívica, na capacidade crítica ,leitura crítica de alguma forma isso está contemplado em particular no PA , em relação aos outros documentos por exemplo o projeto educativo de escola também se aponta nesse sentido: participação ativa, a ideia de que não se trata só de conhecimentos mas também formação de cidadãos, portanto de alguma forma isso também está contemplada nos documentos internos da escola.

Entrevistador:Em algum destes documentos referidos considera que é mais perceptível esta orientação (nomeadamente as aprendizagens essenciais, o perfil do aluno à saída da escolaridade obrigatória, a estratégia nacional de educação para a cidadania, algum destes documentos sobressaem essas indicações em relação aos outros?)

Participante:Pronto, falando mais, especificamente da minha disciplina de filosofia, nomeadamente as AE contempla nomeadamente a participação política, a ética, autores como John Locke portanto que são autores e também temáticas que de facto apontam nesse sentido portanto a participação cívica conhecimento de como é que funcionam as democracias portanto esses temas são de facto abordados. Quer no caso do perfil do aluno à saída da escolaridade obrigatória quer no caso das aprendizagens essenciais especificamente no âmbito da minha disciplina esses são assuntos que vão sendo tratados.

Entrevistador:E são tratados de alguma ou o tempo específico, com alguma atividade específica?

Participante: Eles são transversais, a disciplina de filosofia como entenderá há uma série de questões em que acabamos por introduzir temas da actualidade quando essas questões nomeadamente as questões da ética as questões de moral e as questões de política e portanto aí de facto esses assuntos que vêm à baila e muitas das vezes pedimos para que os alunos façam trabalhos e são também obviamente uma vez que fazem parte do programa alvo de avaliação quer formativa quer formativa isso está presente, isso está presente ao longo. Agora para lhe dizer que especificamente fazemos um trabalho sobre participação cívica, não especificamente um tema, não sendo um tema menor não é um tema colateral, é um tema que abordamos quando por exemplo as questões éticas, as questões da política vêm como tema obviamente e aí tratamos com mais detalhe, não é? e pedimos muitas vezes trabalho mas pedimos investigação, pedimos que eles nos tragam notícias que possam ser depois debatidas e discutidas em sala de aula ,isso fazemos.

Entrevistador:Nessas atividades realizadas em sala de aula refere que fazem trabalhos, alguma dessas atividades são utilizadas também as tecnologias digitais.

Participante: Como elemento de pesquisa são fundamentais nos tempos que correm não é aliás os os alunos cada vez mais têm horror ao papel a tentação é de facto o mundo digital e por isso quando nós pedimos nomeadamente trabalhos de grupo o que é normal é que toda a informação só surja webgrafia e é que eles vão usar. Agora foi uma questão circunstancial não é, estes 2 últimos anos, nós tivemos que necessariamente recorrer à tecnologia para dar aulas para fazer trabalhos para enfim várias plataformas foram utilizadas com essa finalidade, agora vamos ver do ponto de vista no dia a dia não é tão utilizada até porque temos sempre um handicap muito grande que é a dificuldade em funcionar na escola porque os enfim aquilo que dispomos é obsoleto não é temos computadores obsoletos temos uma rede que enfim está sempre a cair muito baixo portanto torna muito difícil trazeremos para a sala de aula esses métodos que são fundamentais no tempo que correm NOS tempos que correm.

Entrevistador: E fora da sala de aula considera que a escola promove atividades que têm como propósito a construção de conhecimento político ou a promoção da participação cívica: como por exemplo debates.

Participante: Sim sim sim todos os anos tentamos estimular essa participação muitas vezes, eu posso lhe dar exemplo Eu participei recentemente pelo projeto que está a decorrer em várias escolas que é o projeto Ubuntu, não sei se se conhece, em que de facto os alunos Enfim para além de a questão da liderança que está associada a esse projeto também as questões de participação cívica solidariedade acções de solidariedade voluntariado portanto isso é incentivado e estimulado na escola e fora da escola, fazemos várias campanhas por exemplo de solidariedade e fazemos com muita frequência não se restringe ao âmbito fechado da sala de aula alunos de modo a que estes possam ser de facto cidadãos ativos nesse sentido

Entrevistador: Os alunos estão receptivos à aquisição de conhecimentos que no fundo têm como objetivo promover neles o desenvolvimento destas competências?

Participante: Vamos ver é assim eu como já como já percebeu tenho muitos anos disto não é e tenho visto que tem vindo sucessivamente uma espécie de alheamento ao que se passa à sua volta não é e agora há 30 anos de alguns muito mais participativos muito mais preocupados com o que se passava do ponto de vista político do ponto de vista cívico do ponto de vista da participação e hoje nem sempre isso acontece agora a experiência diz-me também que muitas das vezes é por uma certa letargia da parte deles, pois uma vez quando são estimulados e vêem resultados sentem-se bastante contentes com o seu trabalho, com a sua participação eu posso dizer isto porque das campanhas de solidariedade em que já estive envolvido com eles, eu percebi que no fim eles estavam realmente satisfeitos com o resultado e sentiu que tinha um enfim tinham feito alguma coisa de de que se podia orgulhar, praticamente é isso e penso que se está a abrir uma porta para a participação mais ativa e isso faz.

Entrevistador: E quando falamos em participação democrática, cívica e nomeadamente participação política existem atividades concretas que se realizam e são promovidas pela na escola como por exemplo as assembleias de turma ou assembleias de escola, o Parlamento jovem?

Participante: Ocorrem esporadicamente, não há digamos assim essa tradição, nem esses hábitos de participação. No entanto por exemplo este ano houve eleições para associação de estudantes o que já não havia faz bastante tempo, mas este ano houve uma dinamização e houve de facto um empenho muito grande de uma fatia muito grande a de uma fatia substancial de alunos houve debates houve projetos houve de facto uma atividade a que não estávamos habituados, não é, eu já estou aqui há muitos anos e já há uma série de anos não havia associação de estudantes e portanto esta fornada de alunos mostrou-se muito participativa interagindo até com as forças vivas aqui ao nosso redor como a Câmara, com a junta de freguesia a nesse caso foi bastante interessante ver e depois os projetos que apresentavam eram interessantes por exemplo nós também temos uma coisa chamada o orçamento participativo onde os alunos apresentam projetos, evidentemente que são virados para a vida da escola, mas implica de facto comprometerem se e isso significa que os alunos gostavam de ver materializado algo e portanto envolvem-se isso e normalmente acontece e este ano por exemplo aconteceu de uma forma bastante bastante ativa.

Entrevistador: E o Parlamento jovem já alguma vez participaram, participam?

Participante: Parlamento jovem este ano que eu tive conhecimento não, mas em anos anteriores já houve delegações da escola a irem ao Parlamento jovem.

Entrevistador: Considera haver dificuldades ou quais as dificuldades que são sentidas quando são propostas por si atividades neste âmbito que impliquem por parte dos alunos a sua participação, o seu envolvimento enquanto cidadãos.

Participante: Acontece que muitas das vezes há um problema que é como é que eles entendam que este tipo de atividades têm depois repercussões na sua avaliação. Eu estou a lecionar os anos terminais do secundário e portanto muitas vezes o problema deles e o que é que isto conta para nota, é famosa e sagrada expressão! Mas quando eles veem que de facto tudo o que fazem, tudo aquilo que aconteceu, todo o trabalho tem repercussões e pode ter repercussões obviamente positivas na sua avaliação e eles envolvem-se não é de outro modo de modo próprio nem sempre isso acontece, precisa de incentivos dos adultos para isso. A não ser em casos muito esporádicos eu por exemplo agora estava a falar contigo estava a lembrar que uma aluna que tive e que hoje é representante da Juventude socialista e é a líder socialista aqui do município e lembro-me que já na altura era muito participativa e muito preocupada com as questões políticas muitas vezes isso tem também a ver com historial familiar, a família ajuda muito neste sentido, quando os pais não se envolvem os filhos também geralmente não e mantêm aquém desses domínios é um pouco isso. Mas pronto resumidamente eles envolvem-se mas é preciso que eles sintam que isso tem repercussões na avaliação.

Entrevistador: Eu agora vou ler aqui uma pergunta já que está relacionada com o Tema e já falámos inclusivamente aqui um bocadinho sobre isso na leitura habitual os jovens são surgem associados a um baixo nível de participação e envolvimento político sendo geralmente tidos como a práticos desejados e pouco mobilizados do ponto de vista cívico e político o seu comportamento político é tido como incerto segundo a sua percepção quais lhe parecem ser as razões para este tipo de alheamento ou apatia por parte dos jovens que se é que sente .

Participante: Obviamente que sinto do ponto de vista genérico essa é uma caracterização apropriada, não é, portanto agora parece é que eles sentem também aqui a política está de costas voltadas para os jovens, não é, eles olham à sua volta vêem um cenário que é mais provável é o desemprego, que os ordenados que paga no início de carreira enfim são ridículos, portanto tudo isso eles depois curiosamente, e eu faço muitas vezes alertas que é a sua participação política significa que pode alterar esse estado de coisas não é e eles percebem. Por paradoxo na maior parte dos casos, e eu no início do ano faço perguntas como quais seriam os problemas que eles gostavam de resolver e depois uma das questões é o que tu pensas da política e curiosamente os problemas que eles gostavam de ver resolvidos são de índole política e portanto eu depois confrontos com isso até chamando-os a atenção, meus amigos o que vocês querem mudar só podem mudar se participarem não podem estar à espera que os outros façam por vocês aquilo que enfim que implica a vossa envolvimento e eles nessa altura são um pouco confrontados e depois também curiosamente ao longo do ano com este tipo de debates com este tipo de confrontos parece que no final já há uma maior mobilização e uma maior consciencialização que é no fundo devido que é a participação, eles são cidadãos, mas para assumir esta cidadania devem participar não podem estar à espera que as coisas aconteçam sem que eles se envolvam.

Entrevistador: A escola poderia ter aqui algum papel nesse sentido escola?

Participante: A escola enfim, como certamente saberá está aqui depois estas discussões para os colegas de física, os colegas de matemática, enfim com todo o respeito são questões de somenos importância, o que importa é saber calcular, saber primitivas e integrais ou saber o ph de uma solução mas que depois as questões muitas das vezes de participação ordem política a porta da sala pronto mas isto também não é enfim estou a fazer uma generalização e todas as generalizações são abusivas não é mas pronto mas quando pergunta se a escola como um todo a escola como organização tem essa preocupação eu não posso dizer que tenha não é, posso dizer é que há muitos colegas que têm essa, viu que passaram e que incentivam a participação ativa democrática dos alunos aliás, nós temos no âmbito da cidadania e desenvolvimento no caso do secundário é transversal a muitas vezes organizamos debates com temas que são temas fraturantes e aí eles participam e aí eles sentem-se de facto enfim envolvidos e isso é bom para que eles cresçam enquanto gente e como cidadãos.

Entrevistador: De forma geral como é que vê o uso das tecnologias digitais no fomento e construção da participação política e democrática ou seja de que forma é que as tecnologias podem dar ou dão contributos para o fomento deste fomento, conhecimento e desta participação.

Participante: Eu penso que neste momento as tecnologias são elemento fundamental não é agora evidentemente que as tecnologias têm uma faca de 2 gumes diria que muitos mais gumes não é, porquê, porque por causa da muitas vezes dificuldade em separar o trigo do joio as fake news todos eles são ainda muito pouco hábeis para distinguir o que é verdade e enfim o boato, isso pode muitas das vezes enfim é o caso da os Facebook Instagram boatos que são disseminados e que rapidamente se transforma em verdade eles e isso estão jogo. A necessidade

de maior formação desse campo, não é, para cotejar as fontes, e irem sempre mais do que um sítio, ouvir opiniões divergentes, ainda lhes falta um caminho a trilhar no entanto obviamente que eles fazem muito uso, repare se nós entrarmos numa escola eles não comunicam uns com os outros, eles fazem-no via telemóvel portanto eles estão os amigos são 5 ou 6 e estão todos a olhar para o telemóvel, e evidentemente que a maior parte do tempo é jogo, parte disso é enfim entre eles a comunicar-se uns com os outros por meras banalidades, mas também vão lendo notícias, vão vendo o que vai acontecendo aos ao seu redor e aí as tecnologias são neste momento obviamente absolutamente e eles têm consciência disso eles têm consciência disso.

Entrevistador: Geralmente como respondem os alunos quando lhes é proposto o uso das tecnologias para a realização de trabalhos em contexto de sala de aula?

Participante: Respondem muito bem, aliás tudo o que envolve o uso de tecnologias: computadores, telemóveis é acolhido com boa receptividade os alunos por vezes não sabem pesquisar, perdem-se nas informações, mas tem conhecimento e conseguem aceder a fontes para responder aos seus objetivos.

Entrevistador: E nas atividades realizadas por si, em contexto de sala, que tipo de tecnologias é que usa, que ferramentas digitais ou aplicações que tenham sejam utilizadas para trabalhar estes assuntos.

Participante: Eu faço muito uso do TEDconferences, que são conferências e documentários que lhe passo e de tempos em tempos quando é útil e quando vejo que vem a propósito sou capaz de lhe mostrar um vídeo e depois debatemos, outras vezes fazemos pesquisa, solicito pesquisa na sala e recorrem para isso aos telemóveis porque não têm outra forma de o fazer, utilizo depois também por exemplo plataformas associadas às editoras, mas isso aí mais no âmbito digamos assim estritamente escolar, mas para pesquisa no fundo, fazem pesquisa recorrendo ao usuais motores de busca.

Entrevistador: Já alguma vez ouviu falar das aplicações de ajuda ao voto?

Participante: Não.

Entrevistador: As AAV, no último processo eleitoral foram disponibilizadas para que os cidadãos pudessem aceder e assim esclarecer-se um pouco mais sobre os partidos e os programas eleitorais.

Perceber qual é que era a sua orientação política e qual seria digamos assim o seu o seu partido não induzir diretamente tentar elucidar um bocadinho as pessoas de acordo com as suas posições as suas ideias perante a determinadas premissas a determinadas e 3 defendidas pelos programas eleitorais .

Participante: Agora que fala disso e com esse detalhe lembro-me que consultei um site e acho que fiz exatamente um teste para ver se correspondia ao meu posicionamento ideológico agora não creio que os miúdos tenham tido conhecimento dessa plataforma, também muitos deles ainda não votam ,não é,

Mas estava-me a perguntar se eles tinham conhecimento, ou se eu tinha conhecimento.

Entrevistador: Enquanto professor considera que este tipo de ferramenta, uma aplicação deste tipo, mas com um intuito mais educacional e pedagógico poderia ser útil nas escolas para promover conhecimentos na área da política e promover participação .

Participante: Eu creio que sim, esta aplicação teria era de ser evidentemente feita com todos os cuidados para evitar manipulação sobre reptícia de induzir mas se for algo que do ponto de vista técnico seja isento e bem feito acho que seria muito interessante.

E para os alunos, sim, aliás esse tipo de testes ou de provas eles gostam muito de se submeter portanto eu acho que seria interessante porquê porque muitas das vezes eles edo ponto de vista ideológico são muito vagos não é não está bem enfim algumas ideias eu uso e depois quando tivemos perguntar posicionamento eles dificilmente se conseguem situar se houvesse uma aplicação desse tipo eu acho que seria seria interessante seria muito interessante, porque infelizmente uma das coisas eu enfim com a idade que tenho eu ainda apanhei uma disciplina que era introdução à política que eu penso que faz muita falta infelizmente não não temos nada especificamente nessa área eu acho que era algo que era fundamental se queremos aumentar a participação e cidadania participativa isso seria fundamental e lamentavelmente não temos não creio que que muito honestamente que que esta agora que temos cidadania e desenvolvimento possam suprir essa falha não me parece.

Entrevistador: Nas escolas são feitas simulações de preparação, porque falamos há pouco que os jovens no secundário, claro que não tem idade para ir votar, se calhar há um ou outro.

Simulação em escola desde se calhar desde o primeiro ciclo o poderiam ajudar a formar uma consciência de participação.

Participante: Nesse sentido penso que sim porque a ao serem submetidos a esse tipo de teste eles também tomariam consciência de alguma evolução ao longo do tempo não é porque uma coisa é o pensamento político criança com 12 anos outra coisa já é o pensamento político que é pelo menos espero que assim seja um jovem de 17/18 anos, não é. Portanto é evidente que jovens têm posições muitas vezes um pouco coerentes e consistentes no início da adolescência e a pouco e pouco vão ficando mais conscientes e racionais, não é, isso eu penso que ao longo do tempo se fosse feito esse tipo de quase seguimento a expressão ideológica consciência cívica seria muito interessante seria adequado.

Entrevistador– E com esta pergunta chegámos ao fim da nossa entrevista eu não tenho mais nenhuma pergunta para lhe fazer, porém se tiver algo mais que queira acrescentar ou perguntar esteja à vontade.

Participante: Não, da minha parte não tenho nenhuma questão a a apresentar, só referir que se achar que houve algum aspeto que tenha faltado não hesite em voltar a contactar.

Entrevistador – Eu agradeço a sua disponibilidade e agradeço a sua boa vontade em querer ajudar neste estudo. Não lhe quero ocupar mais o seu tempo. E mais uma vez Obrigado pelo seu tempo e participação nesta entrevista.

Participante – De nada, disponha se voltar a precisar

Apêndice 10 – Entrevista semi diretiva participante 3_S

Entrevista Semi diretiva Participante 3_S

No dia 19 de Julho de 2022 por volta das 19 horas decorreu via ZOOM/Colibri a entrevista com o participante 3_S. Antes de dar início à entrevista, o investigador confirmou com o Participante a recepção do termo de consentimento informado assinado pelo próprio. Seguidamente foram apresentados, mais uma vez, os objetivos da entrevista, assim como a finalidade da investigação. Apresentou-se os princípios e normas Éticas e foi assegurada a confidencialidade das informações prestadas bem como o anonimato do participante. A entrevista teve início após um pedido formal de autorização para a sua gravação e teve a duração de sessenta minutos. O teor foi posteriormente transcrito.

Entrevistador: Relativamente aos documentos de orientação curricular nacional e quando falo documentos de orientação curricular eu refiro-me ao PASEO ou seja o Perfil do aluno à saída da escolaridade obrigatória, as Aprendizagens Essenciais, a Estratégia nacional educação para cidadania, plano anual de atividades ou o projeto educativo estes documentos têm prevista a construção de conhecimento político dos alunos a nomeadamente o conhecimento sobre as instituições democráticas o conhecimento sobre o direito do voto como é que funciona a nossa democracia.

Participante: Sim, isto está presente. Eles estão presentes, aliás não só na disciplina de história, como também de cidadania, que apesar de ser uma disciplina que poderia ser a meu ver mais transversal, porque os temas que lá se tratam qualquer uma das áreas poderia muito bem desenvolver, mas sim, sim esses temas estão contemplados, a minha dúvida às vezes é se eles são trabalhados efetivamente. Eu acho que muitas vezes o lado pesado do tema, o lado mais teórico, quando não se agarra nele e se adequa à faixa etária que temos a nossa frente, acaba por gerar desinteresse. E eu noto que por exemplo: uma das coisas que eu faço quase todos anos, enquanto diretora da turma, aquando a eleição do delegado de turma, eu gosto de fazer com eles é de facto recriar os passos de uma campanha eleitoral que para eles aquilo parece uma brincadeira, mas vai de encontro àquilo que são as competências nos dizem que deve ter, ou seja promover no aluno um lado crítico, opinativo, que deve ter uma visão sobre o mundo à sua volta, saber como é que as instituições funcionam.

Agora, perante um público de 12/13 anos se falarmos obviamente aqui de eleições é muito complicado, para eles verem este processo eleitoral e compreenderem a sua utilidade, é importante vivenciar, agora se forem eles a vivenciar e a fazer, além de fazerem o cartão de eleitor, porque é que existe um Secretário uma campanha, o porque temos tudo isso eu acho que é extremamente importante que deve ser trabalhado quanto mais cedo melhor. porque depois suscita neles interesse, quando aparecem os verdadeiros momentos eleitorais do país, e fazem esse associação. Por outro lado acho que apesar de nós, e isso ainda é um bocadinho do conservadorismo que existe “ah e o Programa”, muitas vezes há temas do nosso dia a dia que são mais políticos, mas é como eu lhe digo, nós vivemos da política, o nosso dia a dia, as nossas acções, o simplesmente fato de estarmos aqui dentro da sala aula, dentro destes parâmetros e com estes moldes isto tem a ver com a política. Portanto vocês não gostam mas desconstruindo e mostrando-lhes como isso se aplica no dia a dia deles há um há ali especialmente ali a partir do oitavo ano, e eu tinha muito interessante nesse sentido, porque eles ficaram curiosos no sentido (referem os alunos) “ah, mas tem mesmo assim? você A mas não há escolaridade obrigatória, isto não é uma decisão política? Portanto eu acho que há coisas que que trabalhadas de uma forma indirecta eles não se apercebem, mas depois chegamos lá, e eles depois acabam perceber: ah, então isto, ah ok, então isto funciona desta forma porque há um decisor político, porque há uma estrutura que funciona assim, porque.... agora apresentar as instituições naquele molde de: a União Europeia o objetivo é este e este... e obrigá-los a decorar ou obrigá-los a memorizar determinadas coisas que para eles depois não faz muito sentido. Lembro de um caso prático, uma coisa muito simples que fiz que foi agarrar numa moeda e dizer-lhes, vocês já perceberam qual é o significado das imagens aqui presentes, o porquê de ser assim, alguém se lembrou e a partir daí começarmos a descortinar os assuntos, para um lado temos a identidade do país e depois temos o símbolo de onde é que vem, estas pequeninas coisas que levam de facto a esses parâmetros e a essas indicações mais teóricas que estão presentes de facto nos documentos base, mas que eu acho que nós, enquanto educadores temos que saber olhar para eles e ver como é que eu vou pegar nisto e fazer com que os meus alunos percebam. É claro se estivermos a

falar com um secundário, quer dizer, já não é tão claro como se fosse à 6 anos atrás, aí era claro, mas neste momento também, a nível do secundário, eu noto que há também um afastar, um não perceber quase que nada do que se passa em termos políticos no país. Quando eu num oitavo ano falo de direita e esquerda eu depreendo que nunca ouviram falar disso, são alunos com os seus 13/14 anos e provavelmente é a primeira vez que ouvem falar disso, mas chegar a um 11º e queremos discutir questões política nacional que estão diretamente ligada com o futuro deles e os estarem completamente a leste e dizerem que não lhes interessa nada, que eu não quero saber disso, que nada disso me afeta. Aí mais uma vez voltamos ao ponto quando mais cedo começarmos a trabalhar estes temas com faixas etárias mais pequenas, a mexer nestes temas, a envolvê-los. Eu tenho uma atividade que faço com nono ano aqui as minhas turmas todas as semanas têm de trazer notícias a nível de economia, política, sociedade, são distribuídos, e eu digo-lhe não vale usar telemóvel, vocês vão ter que ir pesquisar nos jornais, na biblioteca e tragam qualquer coisa (também para apelar um bocadinho, já que eles andam estão envolvidos no digital, não lhes faz mal nenhum) e é engraçado ver que às vezes que tipo de notícias que eles trazem, às vezes, são coisas que eles não compreendem, mas que querem compreender, por esta e aquela coisa, não estou a perceber nada disto, mas já agora vou aproveitar para esclarecer. Resumindo para dizer que às vezes vale pena sair daquela linha fixa, daquela linha muito rígida pois tenho que cumprir com o programa, quando às vezes é bem mais interessante não só para mim, mas para eles, pegarem em algo completamente fora da caixa e chegamos lá. Dá mais trabalho, dá, tem que se ter esta maleabilidade, está predisposto que venham dali questões, que eu à partida posso nem ter pensado nelas, mas isso é fixe nos tempos que correm, numa turma quando isso acontece eu fico contente, porque estão ali a surgir ideias .

Entrevistador: Percebi que de acordo com a sua percepção estes conhecimentos estão contemplados e esta prevista a construção deste conhecimento nas orientações curriculares. A minha questão agora é em qual destes documentos considera que é mais perceptível a orientação para a construção deste conhecimento político se é que considera que há algum que tem um destaque maior que dá maior destaque.

Participante: Eles são bastante similares, aliás eu focava mais nas Aprendizagens Essenciais e no PASEO há objetivos que não sendo específicos, nós percebemos que na sua génese tem como objetivo que o aluno saia como um cidadão pensante, um cidadão crítico, que tenha a capacidade de opinar, que tenha a capacidade fazer escolhas e eu vejo isso por exemplo nas aprendizagens essenciais se olharmos para a para a disciplina de cidadania obviamente há ali um cunho mais direcionadas equivalem a essa preocupação. Agora a preocupação, vamos dizer que estão lá, a ideia está lá, agora se me perguntarem há tempo e a disponibilidade para se fazer isso, se é dado esse tempo e essa disponibilidade para que se consiga trabalhar esses conteúdos de outra forma na minha opinião é Não. A nível da cidadania que nós temos um bloco semanal e um bloco semanal muitas vezes que não é utilizado propriamente para as questões da cidadania, mais tem haver com o desenvolver das questões burocráticas, do próprio funcionamento da escola e daí o grupo turma e da forma como estão pensados os currículos. A história, por exemplo sim, eu acho. Mas aí também há uma grande discussão que é até que ponto é que depois o professor de história também pode ter tendências para este ou para aquele lado, mais para a direita ou para a esquerda, porém o professor de história transmite os factos, as informações e a partir daí o aluno constrói.

E já me perguntaram várias vezes em quem eu voto, eu respondo sempre que isso não interessa, que eu construí o meu conhecimento e tenho a minha opinião, tudo através história porque de facto este tema é recorrente e está intrinsecamente ligado à História. OK ali trabalham nesses temas, se formos a olhar para a cidadania este tema, ele está lá, agora se perguntar se é devidamente trabalhado, há tempo para se enraizar e trabalhar isso, aí não, precisávamos de um bocadinho mais de tempo ou então, mas isso é uma opinião pessoal, se calhar a cidadania em vez de ser uma disciplina com um bloco horário, o ideal seria voltar à casa mãe, neste caso a história, e termos mais tempo para trabalhar estes temas, e dando a maior oportunidade às outras disciplinas, em tempo, também trabalhar estes temas. Há aqui há uns anos eu e a colega de Matemática trabalhamos em conjunto o método de Hondt, enquanto a colega trabalhou questão como é que funciona a distribuição e como é calculado, eu trabalhei a questão da pertinência das eleições das votações etc ... tudo é possível fazer. Haja Tempo e disponibilidade e vontade dos decisores, que olhem para isto como uma mais-valia e não como: pronto esta é só mais umas ideias de algumas pessoas, mas isso não é válido para os restantes. Mas sim as Aprendizagens Essenciais e o Perfil do Aluno falam desses temas, eles estão lá, a questão aqui tem mais a ver com a operacionalização.

Entrevistador: E quanto ao contexto fora da sala de aula, na sua escola, concretamente, estas temáticas, este incentivo à participação, é trabalhado, há uma manifesta vontade da própria escola em que estes assuntos sejam trabalhados, sejam apresentados, discutidos?

Participante: Não! E não o digo num sentido pejorativo, não porque neste momento eu considero que a escola está focada é quase como num renascimento, concentrada numa série situações em que não há neste momento tempo para pensar e desenvolver estas questões da política, da participação.

A última situação que estive a ver obviamente com eleições, foi a eleição para associação de estudantes, e aí eu pensei que esse seria um momento interessante mostrar a comunidade, toda a comunidade, e mesmo aos alunos. Portanto quando os alunos da associação de estudantes vão foram à sala para apresentar os seus projetos, esta foi uma oportunidade, e foi interessante, depois dos alunos saírem da sala discutir com os alunos: estão a ver, lembram-se de termos feito a atividade da eleição do delegado de turma, mas vocês daqui a uns tempos também poderão envolvidos.

Neste momento não é uma crítica mas eu acho que a escola ainda está num patamar resolver situações mais urgentes, a nível da administração interna, na definição de estratégias, mas não tem esse foco, não é só também, acho que não só é uma obrigação da direção da escola, acho que os departamentos curriculares poderiam fazer mais, há uma falta de trabalho colaborativo. Há uma falta de discussão e definição de atividades conjuntas. O mês de julho era um momento excelente para os grupos sentarem, pensarem e eu raramente, nestes anos todos ou nunca vi isso, acho que só num colégio onde trabalhei eu experienciei isso. Ok, a desculpa é que escola não tem corpo docente estável, mas poderia haver uma linha e se calhar se houver acesso, essa vontade e esse tempo podemos ver na escola e em concreto mais iniciativas. Há coisas que às vezes surgem a uma semana do acontecimento, lembram-se gostava de fazer isto, depois anda se ali numa correria para tentar fazer. Mas falta tempo, e tempo de qualidade, e isso é o que eu sinto falta na escola. Que as pessoas se reúnam mais, que haja disponibilidade pra fazer diferente, para fazer mais mas não do mesmo.

Sinto que, por exemplo na nossa disciplina continuam com aquela velha ideia que é tudo massudo, que é tudo muito teórico, quando não é! Nós temos teoria, mas em faixas etárias, como as que eu este ano, houve um trabalho de práticas, tentar transformar a teoria em prática. É quase como que começar a construir uma casa pelo telhado, custa, mas os resultados são interessantes, pois os alunos acabam por gostar. Agora houve muito tempo planejar? Não! Tempo para planejar, é difícil e se me perguntarem porquê, porque em termos de colaboração, de disparidade de horários, a dificuldade de não existir entre nós um tempo de reflexão é uma das coisas que mais satura, é uma das coisas que mais pesa nesta profissão. E depois ainda há a questão da burocracia, a papelada para preencher que não tem fim. E isso desmotiva, e quando chegamos ao topo, a direção está tão ocupada com questões internas, as metas que são impostas pelo Ministério, para as questões das taxas de abandono escolar, o facto de ser uma escola TEIP, o facto de ser um projeto novo, que honestamente eu acredito que isto não seja um tema que tenha espaço.

Entrevistador: Relativamente aos alunos considera que eles são recetivos a aquisição destes conhecimentos, a propostas que visem a construção destes conhecimentos?

Participante: Sim sim sem dúvidas. Estamos a falar, vou tirar da equação o sétimo ano de escolaridade, que é uma fase mais infante-juvenil, mas eu achei discutir temas, às vezes acontecer qualquer coisa igual nacional e começar a falar início da aula e o espicaçá-los: pois vocês não percebem o que eu estou a dizer pois não, pois não leram as notícias, não querem ver o telejornal. E com o passar do tempo, chegamos a certa altura em que estamos a discutir o programa eleitoral do partido Chega. Podem nem ser todos, mas aos poucos o número de alunos interessados aumenta, e eles próprias começam a certa altura a perguntar se eu vi o que passou nas notícias, isso significa que eles interessam-se, o importante é fazê-los perceber que tudo o que se passa à nossa volta nos diz respeito, e tudo depende dos decisores políticos, das opções que são tomadas na Assembleia. No início cheguei a mostrar o edifício das Assembleia da República, e tive alunos que não sabiam que edifício era aquele. Mas a verdade é que se também não lhes mostrarem, se não lhes falarem eles não despertam qualquer interesse e não ligam, e eu noto que progressivamente se lhes falarmos das coisas eles começam a ficar mais despertos. No outro dia falava sobre a inflação dos preços, e eles perguntaram logo que o que é que isso da Inflação dos preços. E de repente já estamos a falar de impostos e que não pedia fatura. E eu pedi-lhe que na próxima aula me trouxessem uma fatura e a partir daí explicar o que era o IVA. Este tipo de prática torna o teórico, prático e próximo dos alunos e isso motiva-os. E quando se começa desconstruir o interesse surge.

Porque que as coisas estão mais caras, a questão da Guerra da Ucrânia, gerou a necessidade de perceber a origem do conflito. E quanto mais nos mostrarmos solícitos e com vontade de informar, eles acabam por se interessar e colocar questões...o tempo ajuda a que eles também tenham maior maturidade e se sintam mais despertos.

Quando falamos que os alunos não gostam, não gostam porque ninguém lhes explica as coisas.

Entrevistador: Relativamente aos conteúdos, identifica na sua disciplina que algum conteúdo específico que em que estas questões, esta construção de conhecimento está presente.

Participante: Sim, a nível da História por exemplo nós quando trabalhamos a questão do Antigo Regime versus Revoluções liberais. O 25 de Abril. Mostrar o antes e o depois do 25 de Abril, pois atualmente as gerações cresceram e vivem num contexto que, felizmente, foi sempre de liberdade. Nós na História podemos quase identificar a linha dos acontecimentos como uma eletrocardiograma ou seja altos e baixos, causas e consequências, caos e paz. Explico o porquê do hemisfério, da estrutura da assembleia, explicar de onde é que isso vem... No nono ano damos mais, mas a meio do oitavo ano, dar ênfase à política, ao valor da participação, de que nós enquanto cidadãos temos direito a uma opinião e a participar, mas devemos também para isso ter conhecimento de causa.

Entrevistador: Identifica-me alguma estratégia, algum recurso que normalmente utiliza para trabalhar estes assuntos. Já me falou aqui de algumas estratégias, mas tem algum recurso ou recursos concretamente.

Participante: Uma das coisas que gosto de fazer, e que nem sempre é possível, é levá-los ao local, por exemplo à Assembleia da República, eu gosto pelo fato de os fazer ver pessoalmente o plenário. Também já fiz com eles que foi criámos o nosso próprio Jornal de Notícias, não é, que nós vamos criando e essa ideia veio da tal ideia deles me trazerem as notícias: economia da sociedade e da política, então nós começamos a altura fazer isso, ou seja vamos construir nós o nosso o nosso jornal e eles construir e participarem. Mais uma vez a disciplina de história tem 90 minutos, este é um trabalho que se faz muita à conta, também do entusiasmo deles, porque este tipo de coisas vai implicar tempo fora da sala de aula, porque eu não consigo fazer estas coisas todas no meu tempo útil. Para isso, e porque não há tempo, tenho sacrificar também o meu tempo pessoal, porque eles ficam também ficam entusiasmados. Tornar as coisas mais práticas a construção de um jornal, montar uma exposição fotográfica. Eles procuravam imagens fortes sobre o tema do 25 de Abril e a professora procurou com eles poemas do Manuel Alegre para a fazer a exposição. Gosto de pô-los à descoberta do conhecimento.

Entrevistador: Considera que essas atividades são eficazes na construção do conhecimento?

Participante: Sim, sem dúvida. Por exemplo no Jornal, só o fato de eles procurarem, recortarem, construir o jornal da própria literacia subjacente, o gosto de pesquisar, discutir os temas. Isso é muito importante. E mais tarde acabam sempre por dizerem que estão mais atentos ao que se passa no mundo à sua volta.

Entrevistador: Relativamente à forma como é fomentada a participação democrática dos jovens na escola consegue identificar exemplos concretos de como ocorre este fomento: por exemplo existem assembleias de escola, de turma...

Participante: Um exemplo foi o que disse há pouco foi a questão da eleição para a associação de estudantes, a participação nas reuniões intercalares. Outras situações mais formais eu de facto não vejo. A título pessoal, aquilo que eu faço com a minha direção de turma, é a pré preparação para as reuniões intercalares. Na semana anterior, o que eu faço e é na aula de cidadania, faço uma assembleia de turma, explico como é que funciona, e depois digo-lhes agora vocês vão ficar aqui, vocês vão discutir portanto o que correu menos bem e o que correu bem, levantam questões e ficam aquele espaço tempo a discutir e depois escrevem um texto para levar e apresentar na reunião intercalar.

A nível de escola, não me parece, nem vejo que isto seja uma prática, e eu acho que era importante. Porque eu noto que até como turma eles fortalecem os laços. E eles eram, pequeninos, eram do 7 ano, mas eu acho que se estes momentos forem sendo fomentados, eles começam a perceber a importância da sua participação ativa e de terem voz ativa. Agora em termos dos outros órgãos da escola, a única coisa que aconteceu foi a eleição para a AE.

Entrevistador: O Parlamento Jovem existe? Não, já estive numa escola em que sim, mas nesta escola não há participação de nenhuma turma no parlamento jovem.

Participante: Consegue identificar-me algumas das suas dificuldades no tratamento destes temas?

Por vezes a maior dificuldades é o desconhecimento, e começarmos mesmo às vezes não temos ali coro, outra coisa que eu noto muito é uma certa resistência, às vezes não sei se é porque o que vem de casa, a ideia de isto não muda nada, porque são sempre os mesmos. Porque Eles falam, falam e não fazem nada portanto vêm com ideias feitas tem que ser desconstruídas para estarem abertos a verem o outro lado da política. Outras dificuldades sinto é a gestão do tempo; também a descrença, sentem que não vale a pena, e depois começar a fazê-los perceber que somos nós que podemos fazer a diferença, nós mas nós quem somos nós damos aquela ideia de que o todo faz a força. Estamos todos de acordo com essa resistência nestas idades, um discurso que trazem de casa, e a maior dificuldade é desconstruir estas ideias e dar o salto.

Entrevistador:A ideia de que há uma apatia alguns autores que defendem que os jovens são apáticos há também há autores que dizem precisamente o contrário não é que se interessam bastante e que se envolvem bastante em questões políticas na sua perspetiva como é que considera o posicionamento dos jovens perante questões de âmbito político?

Participante:Não. Eu não ia extremos eu não os considero completamente apáticos, mas falta-lhes motivação para avançarem, por exemplo quando falamos de temas ambientais eles aderem. Já nos temas políticos mais uma vez a questão da resistência. A apatia acontece, porque eles pensam às vezes que “nós não somos tidos nem achados nisto” “não vale a pena ninguém pois ninguém nos vai levar em consideração” a ideia é tentar fazer perceber que “se vocês não souberem dos factos, não tiverem opinião, e se tiver essa posição apática é claro que a vossa voz nunca vai ser ouvida. Lá está é preciso desconstruir isto, a apatia vem também do facto de muitas vezes nós não lhes mostrarmos que de fato de que com 14/ 15 anos a tua voz pode não ter grande força, mas é agora que tu vais construindo, que vais moldando, perceberes no que acreditas, para que quando chegares aos dezoito saberes no que acreditas. Senão for feito este caminho, tudo se mantém igual. Não adianta dizer que são apáticos, é normal que no tempo que vivemos a atratividade da política para estes alunos seja nula, não podemos comparar com geração como a que viveu o 25 de Abril. Que tinha uma ânsia por mudar, os jovens tinham vontade de querer saber e de mudar. Estes jovens vivem a liberdade, vivem-na, para eles é tudo muito normal. A política não é tema de conversa destes jovens tem de ser estimulado. Não motivação.

Entrevistador:Os dados eleitorais revelam uma abstenção dos jovens, embora nas últimas eleições houve um crescimento. O que no seu entender justifica esta abstenção?

Participante:Falta de estratégias, de atividades na escola em que eles vissem os mecanismo que lhes permitem ser cidadão mais ativos e participativos, sentirem que fazem a diferença. Que tem importância e que a sua opinião é válida, mais uma vez a escola está tão concentrada nos currículos e cumprimento de programas e nos testes que tudo o resto passa ao lado. A ideia de que eles crescem e depois ganham outra visão, é claro que isso não acontecesse se não houvesse essa cultura, essa formação, discutir com eles situações do dia a dia. Pedir-lhes opinião, e se no início essa opinião demora a aparecer com o tempo ela vai surgindo de forma natural. Começando a sentir que tem opinião e a justificar as suas posições.

Claro que depois uma vez que isso não sendo trabalho os alunos acabam a escolaridade obrigatória eles estão desligados. E é assustador ouvir universitários que não querem saber dos assuntos.

Entrevistador:Relativamente de forma geral como é que vê o uso das tecnologias digitais a no fomento e construção da participação política e democrática?

Participante:Quer dizer não vale a pena fugir daquilo que é o nosso mundo atual, portanto sim elas são elas são importantes. É preciso que haja um meio termo como em tudo em termos de participação. Por exemplo, noto que a participação democrática nas petições facilita, e passam várias pelo email ou das redes sociais, acho interessante pois consegue mobilizar muita gente para determinada causa. Noutros aspetos não estou a ver.

Entrevistador: E no ensino de que forma as tecnologias digitais poderiam dar um contributo?

Participante:Os alunos vivem no digital, acho que se houver um equilíbrio entre os alunos e a participação isso atrai, e isso é uma tendência natural para o fazer. Fazer uma pesquisa sobre os direitos humanos, fazer pesquisas o digital ajuda, isso sim considero importante. Em plena sala de aula de estarmos a trabalhar em assuntos e termos a facilidade de poder pesquisar.

Isso facilita e atrai. O telemóvel facilita, e não precisam de ir a uma biblioteca isso aproxima-os dos assuntos. Qualquer tema que tenha as tecnologias ao lado facilita.

Entrevistador:Tem alguma ferramenta digital, alguma aplicação que recorra para trabalhar estes assuntos.

Participante:Em específico não. Sempre que trabalho e quero pesquisar recorremos às pesquisas no browser. Ou usamos também por vezes os jogos lúdicos como o Kahoot. Eles utilizam mas não numa forma tanto de aprender mas para transmitir ao grupo de turma os assuntos que tiveram a trabalhar..

Entrevistador:De acordo com a sua experiência considera que esses recursos tecnológicos, estas ferramentas podem ser mais valia no fomento da participação democrática.

Participante:Sim, sim é uma forma de, é algo que está sempre com eles, é a melhor forma que eles têm de obterem informação de pesquisarem. De se esclarecerem, de obterem conhecimento.

Entrevistador:Nestas últimas eleições estive disponível uma AAV, teve acesso a esse instrumento, teve acesso alguma aplicação do género ou site?

Participante:Não, não me recordo.

Entrevistador: Considera que uma aplicação deste género enquanto instrumento educativo poderia ser útil na escola.

Participante:Sim, mais uma vez como base de esclarecimento, de obtenção de conhecimento. No caso deles é fundamental perceber como é que o sistema funciona. Como é o sistema de participação, as tendências, os partidos, à esquerda e direita, porque é que são assim designados. Se essas aplicações permitem aos alunos clarificar conceitos para ganharem conhecimentos, para não dizerem as coisas só porque sim, porque os pais acham que é assim, acho que sim.

Entrevistador:Tem alguma sugestão de como poderia ser desenvolvida uma aplicação para trabalhar estes tema ?

Participante:Não sei, por exemplo seria interessante que explicasse e ver o hemiciclo perceber como funciona a assembleia da republica. Mais visual.

Entrevistador:A receptividade dos alunos, como acha que seria.

Participante: Creio que a receptividade dos alunos seria boa, tudo o que é digital é excelente para eles, há uma curiosidade natural em explorar e isso que à décadas atrás era feito através dos livros, se hoje em dia for possível por meio de uma aplicação. Por exemplo cheguei a fazer os Escape Rooms, eles adoraram aquilo. Pois eles adquirem conhecimento através de uma atividade lúdica e no final fica o bichinho de quererem saber mais, não em todos,claro.

Entrevistador:Escola, tecnologias e participação de que forma estão em sintonia ou podem estar mais em sintonia?

Participante:Podem estar mais em sintonia, se for dado mais espaço e tempo para trabalhar os temas, e construir projetos que ponham os alunos como o Parlamento Jovem, a escola tem que ter em conta que todos nós somos sociedade e a escola é parte. Costumo dizer que os alunos quando saem da escola tem que saber do se passa na sociedade, a escola não pode estar desligada da Sociedade, e o que se passa é que se usa as tecnologias e que elas são importantes no nosso dia a dia. Eu acho que a escola enfia a cabeça na areia como a avestruz, meteu-se num ensino magistral, medieval e que acha que as coisas são daquela forma e não saem do modelo. E depois à um choque. A escola não pode estar em contra corrente, tem de coadunar com o que acontece no dia a dia. O problema é que a mudança é uma coisa que assusta e demora tempo. Os alunos deveriam sentir a escola mais sua, eles não veem a escola como espaço em que também eles são decisores, e isso não acontece na nossa escola.

Entrevistador– Chegámos ao fim da nossa entrevista eu não tenho mais nenhuma pergunta para lhe fazer, porém se tiver algo mais que queira acrescentar ou perguntar esteja à vontade.

Participante: Da minha parte não tenho mais nada a acrescentar. Confesso que também estou agora com alguma pressa pois tenho um compromisso já a seguir.

Entrevistador – Não lhe quero ocupar mais o seu tempo. E mais uma vez Obrigado pelo seu tempo e participação nesta entrevista.

Participante – De nada, disponha se voltar a precisar

Apêndice 11 – Entrevista a grupo focal

Entrevista Frupo focal

No dia 14 de Junho de 2022 por volta das 15 horas decorreu presencialmente a entrevista com um grupo de 8 alunos do 3.ºCiclo e Secundário numa das salas de aula do Agrupamento de Escolas em Estudo. Antes de dar início à entrevista, o investigador confirmou com os participantes a recepção do termo de consentimento informado assinado pelos seus encarregados de educação. Seguidamente foram apresentados os objetivos da entrevista, assim como a finalidade da investigação. Apresentou-se os princípios e normas Éticas e foi assegurada a confidencialidade das informações prestadas bem como o anonimato dos participantes. A entrevista teve início após um pedido formal de autorização para a sua gravação e teve a duração de cinquenta e dois minutos. O teor foi posteriormente transcrito.

Transcrição

Entrevistador (Ent.)

Estão aqui todos, de livre e espontânea vontade, certo? E aceitam participar neste trabalho de investigação?

Alunos: Sim, sim, sim,

Ent.

– (têm de falar, Ninguém vai ver as vossas expressões)

Vamos começar, então com uma primeira abordagem ao tema.

Nós estamos na escola e é na escola o sítio onde passam a maior parte do vosso tempo, certo?.

E por isso é muito provável que vocês aqui (na escol)discutam assuntos de várias dimensões, não é?

Eu gostava de saber se vocês por exemplo, discutem assuntos da actualidade, sobre as notícia, se vêem notícias, se não vem notícias. Se para vocês é importante o que se passa no mundo, o que se passa atualmente na sociedade.

A_ 5

–Nós costumamos por exemplo em Biologia falar muito sobre as notícias sobre os sítios.

Sobre, por exemplo, também falamos por um tempo sobre a guerra que estava a acontecer agora na Rússia. Sobre também o vulcanismo.

Ent.

. OK.

Inv. E vocês aqui deste lado?

(Risadas dos alunos)

Ent.

Entre amigos, por exemplo.

Vocês falam sobre acontecimentos como o que vivemos este ano: um período de eleições, é este um assunto que que veio à conversa, que despertou o vosso interesse.

A_ 7

Eu acho que sim, de vez em quando.

OK depende se acontecer assim, uma coisa mais impactante. Eu acho que é um tema que pode vir à conversa, sim.

Mas também depende das pessoas com quem estamos a falar

A_5

por exemplo, quando nós vemos aqueles partidos que são mais radicais do que os outros, a conversa já nós costumamos conversar, às vezes com os nossos colegas sobre isso, para que eles, por exemplo, não sejam eleitos. E assim, agora, quando não há partidos, tão radicais. Normalmente não é um tema de conversa.

A_2

Eu Não tenho nada sobre isto

(risos dos colegas)

Ent.

Mas porquê? Não é um assunto que se fale na escola ?

A_3

Não precisamos falar sobre isso.

A_4

Só se tipo for um Tema mais polémico.

A_3

Às vezes é para gozar mesmo.

Ent.

Mesmo com amigos?

A_3

É para gozar mesmo

Ent.

Mas e por exemplo na sala de aula? Há alguma disciplina, na qual falam sobre estes temas?

A_4

Em História, a professora de história fala muito sobre isso.

A_3

Isso em cidadania (a professora, quando nesse dia, não têm nada para fazer) (Risos)

A_1

É mas é, ou seja.

Ent.

Em História vocês falam, falam sobre.

A_1

Política

Ent.

Fala sobre política por exemplo?

Algum assunto que tenhas falado durante este ano

A_3

Tipo partido de esquerda, partidos direita.

Porque é que tipos eram tipo é?

A_2

Coisas desse estilo.

A_1

Onde eles se sentavam tinha E porquê

A_2,A_3,

(Murmuram algo imperceptível)

A_ 5

Mas em filosofia

A última matéria que nós demos foi mesmo sobre a filosofia política e as teses que são levadas horas para sistemas políticos e assim nós vemos isso e também qual era, por exemplo, o melhor sistema político que era justa. Falarmos mais sobre a política.

Ent.

E, por exemplo, houve algum assunto que tenha a ver convosco diretamente?

Há alguma situação aqui na escola?

Atividade tenha acontecido este ano que tenha envolvido a vossa participação ou tenha sido necessário vocês participarem ou manifestarem ou boicotarem ?

Aconteceu alguma coisa assim de extraordinário este ano que vos levasse a agir

Todos os Alunos

Não

Aqui não

A_6

Na Escola, Eu acho que não fui chamado para nenhuma atividade assim.

Ent.

e por tua iniciativa também? Houve alguma atividade que tivesses vontade de participar?

A_6

Eu também nunca tentei descobrir que atividade é que criavam, por exemplo na direção, isso tudo.

A_7

Isso é bastante estranho.

Ent.

Fala um pouco mais alto

A_7

Estou a falar das listas que ouvi na escola. Olha.

A_6 e A_4

Mais sim, houve

Ent.

Fala-me mais sobre esse assunto

Mais sobre isso?

A_7

Nada, só estava a dizer que nós somos votar, tipo eleger a lista.

Ent.

Mas porquê? Há uma associação de estudantes aqui na escola, OK?

A_4

Primeiro, eles mostraram as suas propostas e falaram connosco, vieram às nossas salas e depois no final houve uma eleição. Depois, ainda houve um momento de campanha em que eles faziam festas e assim para.

Que nós gostássemos deles, e depois houve um momento da votação.

Ent.

E quando houve esse tempo, momento de campanha de eleição

Como é que eles? Que eles se prepararam? Como é que eles fizeram para vos chamar a vossa atenção eles lançaram alguma coisa na Internet?

A_7

A página no Instagram.

A_6

Tiktok também.

A_7

No Tiktok? Ah ok!

Ent

Vocês viram alguma coisa assim ?

Todos os Alunos

Sim

Sim, eu também vi

Ent.

E funcionou, ou seja, vocês leram o que é que lá estava? Consultaram?

Alunos

Acho que Sim, SIM

Ent.

Sendo assim, temos aqui, temos uma associação de estudantes, não é? Temos uma associação de estudantes e houve este ano eleições como a todos os anos, ou não é bem assim?

A_7

Não, não.

A_5

Acho que é.

Acho que é de 2 em 2 anos.

A_3

2 em 2 anos.

A_2

E quanto a listas?

Ent.

E é quando há listas que nem sempre há listas?

A_5

sim.

Ent

Relativamente à Escola são promovidas ações em que vocês são chamados a dar a vossa opinião.

A_2

Nao

A_6

Votámos para o orçamento participativo

A_7

Votamos?

A_6

Eu Não votei porque esqueci-me de ir.

A_7

A pronto.

A_6

Mas a maior parte da escola votou.

A_4

Acho que sim

A_8

Podemos votar para as listas

Não aquela cena do orçamento tipo para sim,

A_6

Deram-nos um projeto nós votamos

Ent.

Deram-vos um projeto?

A_6

Não, nós criamos

A_7

Não vários projectos sim, pois nós podemos escolher um era tipo, os alunos que criavam projeto e depois afixavam e cada um escolhia

A_6

E depois cada um, cada aluno, escolhia aquele que preferia fotos.

Ent.

Era um dia de votos.

A_7

Sim é isso

A_8

Tinha um orçamento para o projeto que nós criamos. Para participar.

Ent

OK, ou seja isso foi votado.

Como é que foi promovido?

A_8

Façam foi a DT

Lemos um papel.

Vocês leem e tal e até dia 8 e votam

E de vez em quando perguntava se já tentaram participar?

Ent.

E vocês viram isso publicado.

A_2

A associação publicou no Instagram e também vimos e afixado na escola.

A_8

Eu por acaso não vi?

A_7

Eu vi, acho que ali na sala de convívio também estava

A_ 1,2,3,4

(Responderam que não viram)

A_ 4

Nem sequer nos falaram disso.

A_ 8

Acho que isso era só para o secundário

A_ 6

Só o secundário é que pode fazer, a partir dos décimos anos

A_ 5

Acho que só se mudarem se pode fazer já a partir do décimo.

A_ 7

Sim?

A_ 6

Acho que sim.

A_5

Era medidas para melhorar a escola.

Nós tínhamos um determinado orçamento que cada um podia fazer o seu projeto ou ideia para melhorar a escola, por exemplo, melhorar os estores, as lâmpadas e depois eram escolhidas certas ideias e depois voltavam as. Os alunos voltavam para uma determinada, para depois usarmos o orçamento, Né?

Ent.

Ou seja essa.

Foi uma das atividades, ou seja, primeiro, não tinha nenhuma, agora já tem. Já temos aqui 2 atividades em que vocês são convidados a participar, não é verdade?

Temos a associação de estudantes em que isso aconteceu. Temos um orçamento participativo. Houve também alguma atividade relacionada com o Parlamento de jovens aqui na escola este ano.

A_7

Que eu saiba, não.

Alunos

Nao

Acho que não.

Ent.

Não, e no ano passado no ano.

A_3

No ano passado também não,

Ent.

E a direção alguma vez foi à vossa turma

A_2

Última vez foi ontem

A_3

Alguns alunos começaram a atirar bombas de água.

A_3

Foi a única vez que a direção foi ter conosco

Ent.

E vocês?

Todos os alunos

À nossa não

A_1 e 8

Conosco foi é para reclamar

Ent.

Não para vos convidar para participar em alguma atividade ou para emitir alguma opinião?

Todos os Alunos

Não, e quando vem é quando há problemas

Ent

Aqui na Escola existe algum espaço em que vocês podem se reunir podem discutir, podem a falar sobre assuntos da atualidade.

Alunos

Não, acho que não

A_2

Acho que na rua

A_4

No bar.

A_8

Na biblioteca ?

Ent.

E sobre a atividade promovida pela Biblioteca, “os miúdos vão a votos”

Alguém me pode explicar?

(Os alunos reagiram em uníssono como se conhecessem a atividade)

A_8

Então nós vamos à biblioteca votar no livro que nós achamos que é o melhor que nós mais gostamos

E depois há um resultado.

A_4

É isso.

A_6

E biblioteca adquire o livro

A_7

Eu não sei, não sei se adquire.

A_2

Eu votei

A_6

eu votei este ano,

Ent.

E essa atividade promovida pelo técnico biblioteca, por exemplo, foi só promovida na biblioteca.

Ent.

Ou outros canais em que também foram promovidos essa.

A_7

Os professores perguntaram

A_6

Nós fomos com a professora de Filosofia

A_3

A professora foi só dizer depois, no mesmo dia que fomos lá, eu fui lá votar, não tinha lido nada.

Ent

OK.

A_8

(Mostra uma folha que terá sido utilizada para enumerar os número de votos que cada livro recebeu)

Ent

OK seja essa folhinha.

Que está aí com a listagem dos livros, não foi nada. Houve na Internet alguma informação a circular na página do Instagram, na página da escola.

A_8

As professoras iam dizendo : já foram votar, já foram votar?

Votar e a gente respondia sim ou nao

Ent

OK.

A_8

Nós dizíamos sim ou Não? mas diziam que iam votar, mas não iam.

A_5

Eles colocaram papéis na escola para falar sobre essa votação, mas acho que eles não têm nenhuma página nem nenhum site.

A_7

Bastante, não existe.

A_8

Era bom A escola criar uma página da escola.

A_7

Eu acho que é um blog da biblioteca.

A_4

Yá pois há aquilo a alguém, não é?

A_3

Quem é que vai ter um blog?

A_1

Alguém né

A_7

Ao Facebook, Sei Lá acho que.

A_5

Sim, acho que também tem um blog 7.

Ent.

O que é que vocês têm a dizer sobre isso? Ou seja Vocês sentem-se motivados, consideram que são pessoas ativas politicamente, sentem que se houver algum protesto para lutar a favor dos vossos direitos, vocês participam.

A_7

Nesta idade, eu acho que não.

Alunos

Riem-se

A_1

Eu acho que somos um bocadinho novos

A_4

Eu acho que nós ...(interrompido)

A_8

Acho que somos.

A_5

Um bocadinho novos.

A_3 A_1

Pois, na verdade, eu acho que nós não podemos fazer nada.

A_8

Que é que nós podemos mudar?

A_7

É claro que ainda nada

Alunos

Expressam a ideia de que nada podem mudar

A_ 7

A partir dos 18, é diferente

Ent

E aqui na escola, na escola é feito algum trabalho nesse sentido para que vocês, quando chegarem aos 18 anos, assumam essa responsabilidade de que eu tenho que ir votar.

A_8

Tipo é só os professores a dizer que votem, que foi um direito que vos foi dado

Alunos

ya

A_ 8

E devemos dar valor.

A_7

Mas é em filosofia se calhar mais.

A_5

E esta filosofia fala.

Ent

Ou seja, filosofia, história e cidadania também.

A_ 3 e 4

A cidadania nós não fazemos quase nada

A professora mostra o tempo onde já trabalhou.

(Alunos fazem comentários sobre o que a professora diz nas aulas)

Ent

É, mas vocês não têm propriamente cidadania, ou seja, os do décimo ano não tem propriamente cidadania enquanto disciplina, certo?

A_ 5,6,7,8

Não

Ent.

Mas têm momentos em que são desenvolvidas atividades que estão relacionadas com a cidadania, sim.

A_ 6 , 7 e 8

Sim

Sim

Acho que sim.

A_ 8

Já foi aquela vez em que assistimos aquele filme

A_ 7

Qual?

A_ 8

Em Filosofia aquele filme com aquela menina.

A_ 7

Yeah, Juno? Sim, mas não tem a ver com política diretamente, por acaso eu acho.

A_6

Hoje a Stôra falou sobre isso do filme?

Vamos ver um filme , aquele “ adeus Lenine”

A_ 5

Ai, sim, sim, sim, também tem.

Ent

E fora da escola.

Quando vocês, enquanto jovens acredito que tenham “canais” que vos conectem com mundo, como por exemplo,

A_7, 2, 4,6,8

Enunciam canais de televisão (porque eu utilizei a palavra “canais”)

Ent

E Internet, frequentam ao seguem algum blog ou algum site ou algum Instagram?

A_6

Computador, aquela carinha das notícias.

A_ 2

As notícias do Google Notícias

A_ 8

Isso

Ent

Ou seja, vocês aqui estão a dizer?

Que lêem as notícias

na Internet é isso?

Aluna 7

Ora também papel, os meus pais compram o jornal, às vezes eu vejo.

Aluno 6

Aquelas que despertam mais interesse, e sim.

Ent

E vocês desse lado ligam às notícias

Aluna 1

Às vezes

Aluno 4

Estou a jantar, meu pai está a ver e também vejo

Ent

Ou seja, mas na Internet não pesquisam nada sobre esse assunto.

Aluno 3

Ou seja, só se se perguntar.

Aluno 6 e 7

pesquisas para saber mais

Aluno 4

Por exemplo : Aquele que ia fazer um atentado?

Alunos

(Dão como exemplo o atentado feito por um jovem, e como isso lhes captou a atenção e os levou a pesquisar para saber mais sobre o assunto)

Aluna 5

Até à medida que nós vamos crescendo, vamos ficando mais interessados nas notícias do exterior, porque enquanto estamos, por exemplo, entre os 14 -15 (anos), ainda não se liga muito às Notícias só se promoverem cá na Escola e também não, não promovem falarem sobre notícias sobre política, não?

Ent. 3

E, aqui na escola?

É incentivada esta participação.

Aluna 5

Na política?

Ela não é incentivada e que há muitas coisas para dar, então isso fica lá no fundo e se houver algum tempo e falar, mas praticamente nunca é falado

Aluna 8

A nossa stôra de inglês fala muito nas notícias. Ela diz, vamos ver as gordas de hoje.

Ent.

E a nível pessoal, por exemplo, você alguma vez fizeram um boicote?

Aluno 3

Isso é o quê?.

Ent.

Um boicote é , vou dar-vos um exemplo: ouvem uma notícia que o McDonald 's faz um grande abate de árvores na Amazónia para poderem ter mais espaço para as vacas e assim terem mais carne disponível para o fabrico de hambúrgueres.

Então vou fazer um boicote, já não vou mais ao McDonald's durante os próximo tempos

Aluno 8

Ahhh

Eu fiz isso com a Zara

Porque andar para enrolar notícias que diziam que quando entravam pessoas negras, os seguranças avisavam uns aos outros? Olha, entraram 2 negros. Olha, entrou uma Senhora Negra, então?

Desde lá, nunca mais fui. Já foi tipo, há.

Faz um ano e tal fim.

Ent

Fizeste um boicote à Zara por causa disso, e isso circulou onde? .

Aluna 8

Na Internet, no Instagram principalmente.

Então não, como não ouviram? (pergunta a aluna aos colegas)

Alunos

Não

Ent.

E vocês, tem algum exemplo?

Alunos 1,2,3,4

Não

Aluna 7

Eu só vi aquela notícia que era da brandy tinha era tipo as camisolas, era tudo mesmo tamanho não Viste?

Aluna 8

Ya

Ah e assim há maquilhagem também há marcas que eu também não compro Por que não fazem bases para pessoas negras?

E depois dizem : dá para todos os tipo de pele

Aluno 4

Foi tipo algo concreto, e não tipo boates, boates.

Até podem fazer nada e aí?

Ent.

Imagine que na escola era promovida uma atividade que tinha por objetivo promover uma alteração aqui na escola?Uma alteração que vos dissesse respeito diretamente , que vos implicaria diretamente. Vocês acham que se vos convidasse a participar relativamente a essa alteração, vocês estariam dispostos a participar?

Aluno 4

Depende da alteração.

Aluno 1

Exato

Aluno 6

eu iria.

Aluna 7

E também acho que sim.

Aluna 5

Se vai nos vai afetar diretamente

Aluna 8

Que tipo de alteração?

Ent

Por exemplo, estão a pensar construir muros altíssimos à volta da escola.

Aluno 4

Não, isso não, isso não?

Aluna 6

Mas tu irias dizer que não querias?

Aluno 4

Assim eu iria dizer que não.

Aluna 5

Sim, podíamos, tipo, fazer uma petição para todos os alunos assinarem.

E depois nós dávamos, por exemplo, a direção.

Para eles podiam tentar parar isso

Aluno 2

Isso era só um desperdício, de dinheiro

Alunos

Entretanto começam a dar exemplos de iniciativas que os levariam a intervir.

Ent

É difícil trabalhar estes temas, os temas relacionados com a política?

Aluno 2

Eu acho que não

Aluno 3

Não

Aluno 6

Quando não nos acompanham, acho que é difícil

Aluna 7

Eh pá.

Aluno 2

Difícil , não?

Aluno 7

Sim, quem normalmente, quem não está inteirado do assunto, eu acho que é mais complicado.

Aluno 4

Fazer um trabalho com alguém numa aula é mais fácil?

Ent

Mas por causa da linguagem utilizada?

Aluna 7

Não, eu acho que é mesmo desinteresse. Acho que as pessoas pensam que a política é só para a...

Não interessa os outros é que sabem

Aluna 5

Há também falta de conhecimento.

aluna 7

Falta de conhecimento.

Aluna 7

Desvalorizam muito

Ent

e vocês acham que as tecnologias podiam ajudar nesse sentido?

Aluno 6

Eu acho que sim. Sim.

Aluno 3

sim

Aluna 7

Eu acho que já ajudam a divulgar.

Aluna 8

sim

Aluna 7

Divulgar algumas coisas.

Por exemplo?

(não há resposta)

Ent. 3

Que poderiam fazer as tecnologias quando falamos em tecnologia, falamos em Internet, falamos de ferramentas digitais. Exemplo, de que forma é que poderiam ajudar?

Imaginem, eu agora sou aluno desta escola. E quero lançar uma campanha, uma campanha de sensibilização para o lixo que lançam no pátio

O que é que eu poderia fazer para que chegasse a toda a escola?

Aluna 8

As pessoas fazem logo panfletos e cartazes, mas acho que isso era pouco, mais coisas interativas, não?

Aluno3

Ir às salas,

Aluna 7

Sim

Aluna 8

Tem que participar.

Ent

Coisas interativas, como por exemplo.

Aluno 8

Curtas-metragens vermos um filme Sei Lá. Juntarmos ali na sala de convívio toda a escola, Toda a escola se conseguirem.

Vermos um filme.

Ent

Sobre isso e jogos digitais.

Aluno 3, 4

Sim, também

Ent.

Acham que seria uma boa iniciativa?

Alunos

Sim

Ent

E quando falamos em política

Agora, quando foram as eleições

Eu sei que vocês são jovens, e sabem que não podem ainda votar por isso não é propriamente muito um assunto do vosso interesse, esta é provavelmente a ideia que está subjacente.

Mas vocês tinham algum conhecimento acerca do que estava a acontecer naquele momento.

E como é que esse conhecimento chegou a vocês?

Aluna 7

Em Casa.

Aluno 2,3

Na internet

Aluno 6

Procurava, gostava de saber o que é que se passava

Aluno 3

Procurava, gostava de saber

Aluno 4

Perguntava aos meus pais , não em quem é que eles votavam , eles não iam dizer.

Aluna 7

Não dizem mesmo

Int

Houve algum sítio na Internet?

Houve algum jogo que foi promovido para que vocês tivessem ouvido falar. Deixa-me cá ver quais são os partidos e quais são as suas ideias.

Aluno 6

Acho que não?

Aluna 7

Já na televisão

Aluna 5

Por exemplo, tínhamos que ser nós a ir pesquisar, por exemplo, os professores falavam, mas por exemplo, se os professores e os adultos não existissem e fôssemos só nós tínhamos que tinha que ser autonomamente.

Nós íamos ver mais notícias, porque senão íamos ficar praticamente ao escuro.

Aluno 3

Ou seja praticamente não íamos, não ia quase ninguém

Aluno 4

Sim, não é?

Aluna 5

Também eu, sinceramente, não sei. Que eleições é que estão a falar?

A que tipo de eleições é?

Aluna 6

Não, não sei quando é que foram as eleições nessas eleições, só falar porque Eu Não sabia que tinha havido eleições, por exemplo.

Ent

Conseguem me dar alguns exemplos de como é que os professores poderiam contribuir para vos motivar para estas áreas para a área da participação, participação cívica, participação política.

Aluno 4

Eu acho que por dar exemplo ao invés daquelas aulas de EV ou Oficina, darem esse tipo de conhecimentos

Aluna 7

ya

Aluno 4

E essas disciplinas são mais ou menos inúteis

Aluna 7

Se não vê a ver, não é inútil, mas só podiam criar uma disciplina à parte. 1 hora a parte no nosso horário para invés de cidadania ser, sei lá, falar sobre estes temas atuais para promover a participação das pessoas. Eu acho que seria mais interessante.

Ent

E só para falar ou para algo mais, por exemplo.

Aluno 6

Podemos fazer trabalho, pesquisas, ouvir coisas que nos obriguem a ir ver e depois nós vemos, ficamos interessados ou não.

Ent

Simular, por exemplo, não é?

Aluna 8

Fazer uma votação entre a turma dizer, assim a vamos voltar agora? Quem é o mais? Quem é o menos?

E vemos o quanto isso vai ser importante, não é a gente.

Ent

Nunca aconteceu aqui na escola.

Aluna 7

Já para delegado e subdelegado

Ent.

Como é que é esse voto? Como é que vocês fazem? Como é feita essa eleição?

Aluno 3

Com papelinhos, por exemplo.

Aluno 4

Escrevemos o nome

Ent.

Não usaram nenhuma aplicação?

Alunos

NÃO

Aluna 1

A intenção é um papel. A gente pega uma folha e rasga, assim as folhinhas dão a cada um.

Enquanto tira.

Aluno 2

começam a contar.

Ent.

Voltando novamente às tecnologias digitais

Já foi aqui na escola, realizado em alguma disciplina algum jogo ou com uma atividade ou um Quizz

Aluno 2

Já vão fazendo.

Aluno 7

Espera aí, não sabes sobre o quê foi

Aluno 3

Sobre matéria

Aluno 2

Sim por exemplo,

Aluno 7

Ah, sim

Alunos

Sim, fazemos

Aluno 8

Fizemos agora a educação física

Aluno 2

A certa disciplinas.

Ent

Por exemplo, em que disciplinas.

Aluno 6

Biologia, Oficina,

Ent.

Só relacionado com alguma matéria concreta que vocês estão a trabalhar?

Aluno 1

Sim

Aluna 5

Por exemplo, para sumarizar matéria por exemplo nós fazemos Kahoots, também quizzes.

Aluno 8

Eu fazia muito no ano passado, na minha outra turma, com a professora de Inglês, em quase todas as aulas.

É divertido, não é? A gente ficava a interagir todos

Aluno 4

Nós geralmente era em ciências

Ent.

Sentem que aprendem alguma coisa quando fazem essas actividades

Aluno 2

Eu acho que não

Aluno 6 e 7

Eu acho que sim.

Eu acho que sim.

Aluno 6

Obriga-nos a pensar.

Aluno 8

É mais divertido do que estar a fazer ali sozinhos, não é fazer 11 ficha.

Aluna 7

Olha depende, depende

Aluno 3

A maioria das vezes fazemos porque fazemos

Aluno 6

Há matéria, que não dá para fazer. Mas há outras que tens que olhar, tens que pensar para fazer.

Aluno 3

Fazer para depois dar a matéria

Aluno 2

É só resumos

Responder, mas aprender nada novo.

Ent.

Sim, mas acham que depois dessa atividade fica consolidado o conhecimento.

Aluno 3

Eu acho que sim

Ent.

A tecnologia ajuda? Ou seja, esses jogos realizados em Kahoot ou num quizz ajudam a consolidar , a estudar?

Alunos

Sim

Aluna 5

Porque nós estudamos e depois para treinar ajuda muito para saber se estamos preparados ou não.

Aluna 7

Se estamos preparados ou não.

Aluno 5

Se acertarmos na maioria das coisas é porque estamos preparados.

Aluna 8

E depois é divertido, é mais divertido do que fazermos uma ficha.

Aluno 5

Exato

E depois há pódios, vamos querer acertar.

Ent.

Então, quais são as aplicações digitais que vocês mais usam na escola?

Aluno 3

Na Escola?

Aluno 6

Classroom

Aluno 2

Isso mesmo, e-mail.

Aluno 4

Dantes era o Zoom

Alunos

Ya

Aluno 6

O Edmodo

Aluna 5

Também o Google Forms para fazer questionários e formulários- Também existem testes online. Apesar de eu já não acontecer tanto, na época do Covid fizeram-se muitos.

Ent.

Por curiosidade, qual é que é a pra vocês? O que é que é melhor vir para aqui, para a escola ou estar em casa?

A reação geral dos alunos foi: a Escola, em casa não se aprende nada, e depois temos o convívio.

Aluno 6

Refere que podia ser misto, às vezes poderiam ter aulas em casa.

Aluna 5

É melhor ficar na escola, por exemplo, com covid toda a nossa matéria ficou atrasada, mas aprendemos muito menos do que devia ser e, por exemplo, agora, para os exames até vai ser mais difícil.

Aluno 6

Algumas não, alias não são todas a ver.

Bom, então, imagina matemática, vens cá, não biologia, dás a matéria e pronto vais para casa e fazes

Aluna 7

Eu não aprendi nada de matemática.

Aluno 2

Eu não aprendi nada.

Ent.

Os professores propõem usar computadores para fazer atividades?

Alunos

Não, não, não.

Aluna 7

Depende, tipo a professora de história está a fazer revisões para o teste e pergunta se querem usar o telefone para fazer pesquisas.

Aluno 4

Na maioria das nossas aulas de inglês e Cidadania , como já demos tudo a professora dá liberdade para pegar no telemóvel para conversar.

Aluna 5

Aulas mais práticas seria mais motivador

Ent.

E quando falamos em democracia?

O que é que nos vem à cabeça

Aluno 3

Eu não sei o que é essa palavra.

Aluno 4

Mais poder escolher.

Aluna 8

Ter voz

Aluna 1

Justiça,

Ent.

E quando falamos em participação democrática?

Alunos

Votar

Aluno 2

Mudar.

Aluna 8

Estar atento aos passos da política e não votar só por votar

Tem noção do que se está a fazer?

Ent

Conhecem ou ouviram falar do movimento da Friday's for future

Aluno 3

Aqui, Não

Ent

Algum movimento de protesto como por exemplo sobre o ambiente?

Os alunos não identificam nenhum movimento concreto.

Aluno 6

Veio um senhor fazer uma apresentação

Aluna 5

Quando foi dia 25 de Abril?

Veio essa semana uma senhora que era mesmo de uma associação feministas falar sobre a emancipação da mulher

Ent

Os que já estão no, há aqui 2 grupos, pelo menos temos alunos do oitavo e do décimo ano.

As questões relacionadas com a participação são agora mais trabalhadas ou já foram mais trabalhadas ?

Aluno 6, 7,8,4,

Já foram muito mais.

Aluna 8

A Cidadania, pelo menos, é o sexto e sétimo.

Aluna 7

Eu acho que nunca foram sinceramente isso antigamente não.

Aluno 1

Haviam alguns stores

Havia um futuro.

Aluna 6

Não, mas eu acho que não.

Aluno 4

Que nunca fizemos nada prático

Aluno 2

Menos em português

Fizemos representação dramática

Aluna 8

O secundário é muito, muito teórico.

Matéria e teste, matéria, teste, e nota,

Aluna 5

Já não há muito espaço para darmos essas coisas acerca de política, pois temos que preparar para os exames

Aluna 7

Mas devia haver tudo.

Aluna 5

Já não há tempo para isso?

Aluno 7

Se queres, tens que ser tu a querer.

Aluno 6

Tens de ser autonomo

E saber.

Ent

Por exemplo, vocês têm História, certo?

Aluno 5

Alguns

Ent.

Este ano deram falaram sobre a democracia grega.

Aluno 3

O que é isso: "Democracia?", não entendo essa palavra?

Alunos: sim

Ent.

Fizeram alguma relação alguma com a democracia atual?

Aluna 7

Eu acho que pequena eu acho que.

A grega, com a romana, foi assim uma.

Coisa, mas acho que nós depois comparámos a Democracia romana, os cargos com a democracia atual.

Ent.

E como é que vocês fizeram isso?

Aluna 6

A professora falou que na grega era uma democracia direta e agora é uma democracia indireta. Foi assim mais nessas coisas, os partidos também.

Aluna 8

mais superficial, nada muito profundo

Aluna 7

Ya

Aluna 8

A Stôra dizia que o Presidente de agora era era isto na época

O Primeiro-Ministro de agora era isto na época, depois disse que aqui não existia.

Aluno 7

A Assembleia era a Assembleia, não sei.

Ent.

Se vocês fossem professores?

Se quisessem dinamizar as vossas aulas, vocês iriam usar mais ou menos a Internet?

Alunos

Mais

Ent.

E o que é que iam usar na Internet? O que é que vocês iriam fazer? O que é que vocês conhecem que vos poderiam ajudar a dinamizar as vossas aulas?

Aluno

Não sei, acho que alguns vídeos.

Aluna 8 e 7

Os power points

Aluno 4

YouTube muito isso.

Aluno 3

Ele explica muito melhor.

Do que o professor?

Aluna 7

Às vezes eu estou na aula , chego a casa e vejo um vídeo e vejo que a Stora demora 2 horas a explicar o que explicaram em 5 minutos.

Aluna 8

Ja,

Não sei.

Aluna 5

Eu acho que iria utilizar menos tecnologia do que estão a usar agora,

porque eu acho que os alunos já estão muito focados nas tecnologias e assim, então nós que passamos mais tempo na escola.

Se eu usasse mais tecnologias ainda, eles iam ficar praticamente nisso. Depois era afetada Visão, ortografia. Tudo isso era afetado, por isso vou usar menos a ortografia, mas ser mais dinâmico em vez de apenas a matéria de tentar fundamentar para que eles pensem, porque é que será que ISTO acontece eu acho que seria melhor do que estar a usar tecnologias, depois escrever também é muito importante para que vai desenvolver o nosso cérebro e vai nos permitir decorar.

Aluno 6

Eu acho que os stôres já fazem um bom trabalho , com o que têm.

Porque eu também usam os PowerPoint. Se usar só o livro aquilo não vai dar nada. Acho que ainda é pior do que estamos como agora, mas acho que não podemos esquecer que temos sempre de escrever, não é verdade?

Mas acho que alguns vídeos às vezes podiam pôr, em vez de estarem lá, só falar a mesma coisa e depois perguntavam o que é que nós achávamos, o que é que nós sabíamos. As storas às vezes põem um filme e depois fez as questões sobre.

Aluno 4

Às vezes as professoras ficam, tipo, só falar.

Aluno 2

A história do ano passado só falava, e depois nos testes tinham todos negativa.

Neste ano a professora interage com os alunos

Aluna 5

Então não será a mesma coisa do que ver um vídeo?

E depois faz perguntas que se vocês tem dúvidas ou não, e pronto já está dada a matéria.

Aluno 4

Mas um vídeo resume as coisas.

Aluno 3

Com os videos não aprendo muita coisa.

Aluna 5

Mas depois os vídeos resumem tudo de uma maneira muito mais rápida. Eu acho que é melhor dar as coisas de maneira detalhada, porque, por exemplo, depois nos testes eles vão perguntar coisas, se calhar não vão perguntar o que está no video.

Ent.

E nos manuais há alguma indicação? Como por exemplo: Vão explorar este Power Point ou vão explorar este vídeo.

Aluno 6

Isso sim, mas temos que pagar 80 Paus pela escola virtual.

Aluna 7

Não, não, mas tipo. Normalmente há stôres que utilizam a escola virtual e usam essas plataformas.

Ent.

Voltando ao nosso assunto de política, democracia.

Consideram que quando terminarem a escola, vocês vão sair daqui com bons conhecimentos nessa área?

Aluno 6

Sim algumas.

Aluna 7

Eu acho que não.

Estes conhecimentos adquiri mais em casa. A escola não promove esses conhecimentos é mais tipo em casa.

Se te sentires interesse? Eu acho pesquisar sobre isso e se também estiveres pessoas em casa que promovam como pais e avós.

Mas nem os pais promovem muito esse tipo de assunto.

Aluna 8

É muito importante.

Aluno 6

Podiam nos levar ao parlamento.

Isso com esta idade, acho que seria interessante ir e ver. Como é que funciona aquilo lá?

Aluna 5

Mesmo também podiam vir até nós, em vez de termos de ser nós. Acabamos o secundário e não sabemos e só depois a novidade.

Aluna 7

Bom, isso também não é muito, não é fácil.

Como é que eu voto? Como é que eu faço estas coisas e devolver muito mais as questões que foi?

Ent

Acham que poderia ajudar uma aplicação para a sobre o como é que funciona a política do nosso país há como é que funciona o sistema democrático do nosso país?

Aluna 7

Sim? Acho que sim.

Aluno 4

Acho o mesmo, melhor do que estar a ler um livro com 100 páginas.

Aluna 7

Ou do que estar sempre a pesquisar na Internet sobre isso.

Aluna 8

Realmente depende da pessoa que me sugerisse

Se fosse um professor tudo bem, teria interesse em ver como funciona, que tipo de informação tem. Se fosse alguém da rua eu não iria dar crédito.

Aluna 1

Eu acho que a professora poderia ter esse papel e me informar melhor porque eu não vou até o aplicativo tendo a possibilidade de essa informação vir até mim.

Eu não iria ligar se a professora não me dissesse

Aluno 6

A pessoa tinha mesmo de ter interesse

Ent

Então se tivéssemos que desenvolver uma aplicação cujo objetivo seria promover a participação democrática, o que poderia ter esta aplicação?

Aluna 8

Notícias

Aluna 7

Informações, Sei Lá, tipo conceitos do que é que significa cada cena tipo dos partidos, quais é que são as propostas?

Aluna 8

Quem manda aqui que andam a fazer e quer devolver.

Aluno 2

Os problemas que estão a acontecer

Aluno 8

As soluções para os problemas

Aluno 7

O orçamento de Estado

Aluno 5

Também simulações nesta aplicação, por exemplo, nós estávamos a ser eleito, já tínhamos que votar a mim mesmo personagem e fazia-se uma maneira em que era uma eleição e a pessoa.

Ent

Alguma vez vocês fizeram aqui na escola, uma simulação de eleição, tipo com acontece nas eleições para o Presidente da República.

Alunos

Não

Ent

Nunca foi feito tipo por exemplo: agora vocês são do Partido A e tu és do Partido B, vocês têm que apresentar as vossas propostas.

Aluno 7 e 5

Sim

A Filosofia

Aluna 5

Isso já aconteceu na aula de Filosofia. Nós tivemos mesmo que discutir e debater sobre as opiniões sobre o que era a justiça e qual era o melhor sistema político da Europa .

Assim qualquer coisa, não sei se já fizeste, eu acho que este ano.

Ent

Gostam quando vos convidam a participar em debate, para discutir ideias.

Aluno 4

Eu gosto sempre.

Aluna 7

Eu tenho vergonha.

Aluna 8

Eu gosto.

Aluno 6

Eu gosto de debater.

Acho que devia haver mais debates.

Ent

Achas que deviam haver mais debates aqui, por exemplo?

Aluno 6

Um clube de política, onde podíamos discutir sobre política.

Aluna 7

Política ou assuntos atuais, Sei Lá.

Ent

Como é que poderíamos fazer isso?

Aluna 8

Falávamos com as listas e eles publicavam na Internet.

Há vários seguidores cá na escola.

E depois combinamos, pedimos uma sala, não é?

E combinamos na agenda .

Ent.

E as tecnologias podem ajudar a promover essas atividades?

Aluna 7

Publicar no Instagram

Aluna 8

Se a escola tivesse um blog

Aluna 7

Eu não sei, nunca fui ver , sinceramente.

Aluna 6

Sobre outras disciplinas, mas os outros têm códigos e depois vão lá os alunos e tiram fotos e fazem as atividades

Aluno 6

Pedimos votar por lá, votar nas propostas

Aluna 4

Acho que é um bocado complicado, não é criar uma Aplicação, mas era uma boa ideia fazer sobre isso.

Ent

Sendo assim chegámos ao fim da nossa entrevista eu não tenho mais nenhuma pergunta para lhe fazer, porém se tiverem algo mais que queiram acrescentar ou perguntar estejam à vontade.

Alunos

Não

Entrevistador– Muito obrigado por terem estado aqui e terem participado neste trabalho, foi com grande prazer que aqui estive convosco e fico grato por terem pacientemente respondido e participado no estudo.

Apêndice 12– Pedido de registo de inquérito ao MIME –Monitorização de Inquéritos em Meio Escolar

Designação

Aplicações Digitais como Instrumento de Educação para a Participação Democrática em Portugal

Descrição

Os ambientes vividos em vários países têm-se polarizado e o crescimento dos partidos extremistas e as ameaças aos principais valores e direitos democráticos tais como a tolerância e a liberdade de expressão têm sido sentidos um pouco por todos os continentes e têm constituído uma ameaça à democracia (Hess & McAvoy, 2014; Mathé, 2018).

Os baixos níveis de participação eleitoral, verificados nas últimas três décadas em Portugal, geram um sentimento de crise democrática. A realização de eleições livres, justas e regulares, como um critério salutar numa democracia deve servir para que os cidadãos se expressem conquanto aos seus governos (Fernandes, 2017). Segundo Huntington, “as eleições dão não só vida à democracia como também representam a morte das ditaduras”, constituindo um “elemento nuclear e a forma como a democracia opera” (Almeida & Alcario, 2009, p. 13).

Os elevados números da abstenção eleitoral em Portugal são significativos e, com base na investigação existente, relativa à participação eleitoral, Portugal é um dos países em que a diferença entre os eleitores mais jovens e os mais velhos é mais pronunciada (Dassonneville, 2017, p. 144). A baixa propensão para o voto é visível na faixa etária entre os 18 e os 30 anos, ou seja, são os jovens quem menos votam (IDEA, 1999; Cancela & Vicente, 2019).

Neste contexto, a participação e o envolvimento político dos cidadãos, em particular dos mais jovens requer a nossa atenção. As tecnologias digitais, e, conseqüentemente, o surgimento de uma multiplicidade de ambientes virtuais abrem caminho para novas formas de participação, construção e envolvimento político. Diante das considerações apresentadas justifica-se a pertinência de se estudar o contributo que as aplicações digitais podem oferecer como instrumento de educação para a construção de conhecimento político, o fomento da discussão política e a promoção da participação democrática nos jovens eleitores em Portugal, contributo que consideramos especialmente relevante para os jovens futuros eleitores. Neste sentido levantamos o seguinte problema de investigação: De que forma o uso de aplicações digitais pode contribuir para a construção de conhecimento político, fomentar a discussão política e promover nos jovens eleitores maior participação democrática em Portugal?

Objetivos

1. Perceber de que forma é promovida a construção de conhecimento político por parte dos alunos nas escolas do 3º ciclo do ensino básico e do ensino secundário;
2. Identificar como é fomentada na escola a participação democrática dos jovens, nomeadamente no 3º CEB e no ensino secundário em dois Agrupamentos de Escola da zona da Grande Lisboa;
3. Descrever o papel dos documentos de orientação curricular (Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória; Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania; Aprendizagens Essenciais

das disciplinas de História, Cidadania e Desenvolvimento, e Filosofia) na formação do indivíduo como cidadão participativo.

Nota metodológica

Participantes, instrumentos de recolha de dados e procedimentos para a sua análise.

A investigação segue uma abordagem investigativa de cariz qualitativo (Tukman, 2000), baseando-se no método do estudo de caso, em concreto “um estudo de caso múltiplo” (Amado & Freire, 2013, p.128), de natureza fenomenológica interpretativa.

Os casos em estudo são dois Agrupamentos de Escolas da região da Grande Lisboa.

Os participantes neste estudo são professores das disciplinas de História, Filosofia e Cidadania e Desenvolvimento, bem como alguns dos respetivos alunos do 3º ciclo do ensino básico e do ensino secundário.

A investigação organiza-se nas seguintes fases:

1. Análise documental dos documentos de orientação curricular nacional (como o caso do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória; Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania; Aprendizagens Essenciais – das disciplinas de História, Filosofia e Cidadania e Desenvolvimento do 3º ciclo e do ensino secundário), bem como de documentos disponibilizados pelos Agrupamentos de Escolas que integram os casos em estudo (como são exemplo o Projeto Educativo, o Plano Anual de Atividades, entre outros...).

Esses documentos serão analisados através da técnica de análise de conteúdo, nomeadamente a análise categorial (Bardin, 2016) ou temática (Esteves, 2006).

A operação central da análise de conteúdo é a categorização, “operação através da qual os dados (invocados ou suscitados) são classificados e reduzidos, após terem sido identificados como pertinentes, de forma a reconfigurar o material ao serviço de determinados objetivos de investigação” (Esteves, 2006, p. 109). Houve uma primeira formulação de categorias inspirada pelos objetivos estabelecidos no guião de preparação das entrevistas (Esteves, 2006), tal como se anexa.

2. Numa segunda fase serão realizadas entrevistas semi-diretivas a professores das disciplinas de História, Filosofia e Cidadania e Desenvolvimento, do 3º ciclo e do ensino secundário, e entrevistas em grupo focal aos respetivos alunos, pertencentes a dois Agrupamentos de Escolas. A sua participação será inicialmente devidamente autorizada pelos Diretores dos Agrupamentos, com quem contamos para colaborarem na identificação e contacto inicial dos professores e respetivos alunos.

As entrevistas serão realizadas seguindo um guião de entrevista (em anexo) que procurará ir ao encontro do problema em estudo, considerando o quadro teórico do estudo e os resultados obtidos na primeira fase. Avaliado quanto à relevância, clareza e compreensão (Hill & Hill, 2009), de modo a garantir que é efetivo e responde ao problema e aos objetivos definidos, foi submetido à apreciação e validação por um especialista na área.

Aos professores será realizada uma entrevista semidiretiva individualizada, online com recurso a uma plataforma de videoconferência (a título de exemplo o Zoom- Colibri), de acordo com a disponibilidade dos entrevistados. Pretende-se entrevista pelo menos 3 professores, um de cada disciplina entre as selecionadas (História, Filosofia, Cidadania e Desenvolvimento). Para o efeito foi construído um guião (em anexo) pelo qual se deve reger o investigador, e no qual se definirá e registará o essencial do que se pretende obter. Os dados serão igualmente gravados em formato

áudio, com a devida autorização dos entrevistados, complementados por notas tomadas durante a sua realização. Posteriormente, as entrevistas serão transcritas e sujeitas a tratamento recorrendo à técnica de análise de conteúdo.

Quanto aos alunos serão auscultados através da técnica grupo focal. A entrevista de grupo focal (guião em anexo) será aplicada a dois grupos de alunos, um de cada escola, sendo cada grupo constituído entre 6 e 8 alunos. As entrevistas serão realizadas online com recurso a uma plataforma de videoconferência (a título de exemplo o Zoom- Colibri), de acordo com a disponibilidade dos entrevistados. Os dados serão gravados em formato áudio, com a devida autorização dos encarregados de educação dos alunos participantes nos grupos focais, complementados por notas tomadas durante a sua realização. Posteriormente, as entrevistas serão transcritas e sujeitas a tratamento recorrendo à técnica de análise de conteúdo.

Antes de dar início aos processos de entrevista, o titular dos dados tem de manifestar a sua vontade explícita em autorizar, para tal será apresentado aos participantes um documento respeitante ao consentimento informado (em anexo), que deverá ser lido e assinado (em anexo). No caso dos alunos, menores de idade, será apresentado aos representantes legais um documento para darem o devido consentimento, no qual será disponibilizada a informação sobre o estudo e as condições de recolha e tratamento dos dados, garantindo a privacidade dos participantes e o anonimato das informações recolhidas, de modo a que possam zelar pelos interesses dos participantes menores.

Com este procedimento pretende-se corresponder aos princípios éticos enunciados na Carta da Ética do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa e ao mesmo tempo estabelecer uma relação de confiança, pautada pela honestidade, consistência e cumprimento do acordado sobre a utilização exclusiva dos dados no âmbito da presente investigação. Em anexo enviamos o parecer favorável concedido pela Comissão de Ética do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.

No caso de algum aluno ou professor se recusar a participar ou a continuar a participar no estudo, a sua decisão será sempre respeitada, mesmo que tenham assinado o consentimento informado ou já tenha sido obtida a autorização dos seus representantes legais, no caso dos alunos.

Apresentamos a calendarização do Projeto (abril 2022 a outubro 2022) para uma melhor perceção das fases descritas anteriormente:

| Fase | meses | Atividades |
|--------|------------------------------|---|
| Fase A | <i>fevereiro -abril 2022</i> | Desenho da metodologia de trabalho (objetivos, técnicas e instrumentos de recolha e de análise de dados). |
| Fase B | <i>maio 2022</i> | Realização de entrevistas. |
| Fase C | <i>maio - junho</i> | Tratamento dos dados. |
| Fase D | <i>outubro</i> | Apresentação e divulgação dos resultados obtidos. |

Data do início do período de recolha de dados: maio 2022

Data do fim do período de recolha de dados: junho 2022

Universo: alunos e professores do 3º ciclo do ensino básico e do ensino secundário de dois Agrupamentos de Escolas da zona da Grande Lisboa
Unidade de observação: cada um dos respondentes
Método de recolha de dados: entrevistas semi-diretivas a professores e entrevistas em grupo focal a alunos
Inquérito registado no Sistema Estatístico Nacional: Não
Inquérito aplicado pela entidade: Sim

Referências Bibliográficas

Almeida, C., & Alcario, I. (2009). O Maquiavel Democrático. *Relações Internacionais*, p.11–16.

Amado, J. & Freire, I. (2013). Uma visão holística da(s) indisciplina(s) na escola. In J. Machado & J. Matias Alves (orgs.), *Melhorar a Escola. Sucesso escolar, disciplina, motivação, direção de escolas e políticas educativas* (p. 55–71). Porto. Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica Portuguesa/CEDH & SAME.

Bardin, L. (2016). *Análise de Conteúdo*. Lisboa. Edições 70.

Cancela, J., & Vicente, M. (2019). *Abstenção e Participação Eleitoral em Portugal*. Câmara Municipal de Cascais.

Dassonneville, R. (2017). Age and voting. In K. Arheimer, J. Evans, & M. Lewis –Beck. *The Sage Handbook of electoral behaviour* (vol.2, pp.137–158). Thousands Oaks, CA. SAGE.

Esteves, M. (2006). *Análise de conteúdo*. In J. A. Lima e J. A. Pacheco (Orgs.). *Fazer investigação*. Porto. Porto Editora (p. 105–126).

Fernandes, T. (2017). *Variedades de Democracia na Europa do Sul 1968–2016. Uma comparação entre Espanha, França, Grécia, Itália e Portugal*. Imprensa de Ciências Sociais.

Hess, D. E., & McAvooy, P. (2014). *The political classroom: Evidence and ethics in democratic education*. Routledge.

Hill, M. M. & Hill, A. (2009). *Investigação por questionário*. Lisboa: Edições Sílabo.

IDEA, I. (1999). Youth Voter Participation. <https://www.idea.int/sites/default/files/publications/youth-voter-participation.PDF>

Mathé, N. E. H. (2018). Engagement, passivity and detachment: 16 year old students' conceptions of politics and the relationship between people and politics. *British Educational Research Journal*, 44(1), p.5–24

Tuckman, B. (2000). *Manual de Investigação em Educação*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian.

ANEXOS

Anexo 1 – Parecer da Comissão de Ética do IE–ULisboa



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA COMISSÃO DE ÉTICA

PARECER

A Comissão de Ética do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, tendo procedido à análise dos elementos relativos ao projeto de investigação do estudante do curso de Mestrado em Educação, especialidade Educação e Tecnologias Digitais, Henrique Torres Deger, intitulado “Aplicações digitais como instrumento de educação para a participação democrática em Portugal”, considera que os princípios éticos, bem como as orientações éticas para a investigação, expressos na Carta Ética para a Investigação em Educação e Formação do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, são respeitados.

IEUL, 3 de março de 2022,

A Vice- Presidente,

Assinado por: **MARIA LEONOR DE ALMEIDA
DOMINGUES DOS SANTOS**
Num. de identificação: 81003107582
Data: 2022.03.03 16:34:44+0000



(Prof.ª Doutora Leonor Santos)



Anexo 2 – Email com aprovação do pedido ao MIME

De: mime.noreply@min-educ.pt
Assunto: Monitorização de Inquéritos em Meio Escolar: Inquérito n.º 0825900001
Data: 1 de junho de 2022 16:13
Para: h.torres@edu.ulisboa.pt, h.torres@edu.ulisboa.pt



Exmo(a)s. Sr(a)s.

O pedido de autorização do inquérito n.º 0825900001, com a designação *Aplicações Digitais como Instrumento de Educação para a Participação Democrática em Portugal*, registado em 18-04-2022, foi aprovado.

Avaliação do inquérito:

Exmo.(a) Senhor(a) Henrique Torres Deger
Venho por este meio informar que o pedido de realização de inquérito em meio escolar é aprovado uma vez que, submetido a análise, cumpre os requisitos, devendo atender-se às observações aduzidas.
Com os melhores cumprimentos
José Vítor Pedroso
Diretor-Geral
DGE

Observações:

- a) A realização dos Inquéritos fica sujeita a autorização das Direções dos Agrupamentos de Escolas do ensino público a contactar para a realização do estudo. Merece especial atenção o modo, o momento e condições de aplicação dos instrumentos de recolha de dados em meio escolar, revelando sensibilidade, devendo fazer-se em estreita articulação com a Direção do Agrupamento de Escolas e com os encarregados de educação ou quem tutele os menores.
- b) Deve considerar-se o disposto legal em matéria de garantia de anonimato dos sujeitos, confidencialidade, proteção e segurança dos dados pessoais a recolher (focus group e entrevistas gravadas) junto dos titulares dos dados. Deste modo, procura-se garantir o tratamento lícito dos mesmos e a conformidade com os termos procedimentais indicados e legislação em vigor. Considerados os documentos que foram anexados e para efeitos da proteção de dados a recolher junto dos inquiridos resultam obrigações que o responsável se propõe cumprir. Destas deve dar conhecimento a todos os inquiridos e a quem intervenha na recolha e tratamento de dados. É obrigatório recolher previamente as declarações de consentimento inequívoco, informado e esclarecido, junto dos inquiridos, titulares dos dados, no caso de menores, pelos seus representantes legais. Não deve haver cruzamento ou associação de dados entre os que são recolhidos pelos instrumentos de inquirição e os constantes da declaração de consentimento informado, pelo que as autorizações assinadas deverão ficar em poder das Direções dos Agrupamentos. Recomenda-se que, dado o exposto, para efeitos de proteção de dados e cumprimento do disposto legal, o/a Encarregado/a de Proteção de Dados da entidade responsável pelo estudo possa apoiar todo o processo.

Pode consultar na Internet toda a informação referente a este pedido no endereço <http://mime.dgeec.mec.pt>. Para tal terá de se autenticar fornecendo os dados de acesso da entidade.